

Santa Giovana Mendes Giordani

A ATUAÇÃO DOS BOMBEIROS NA GUERRA DOS  
FARRAPOS (1835-1845): agentes de informação e redes de  
espionagem.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Alessandro Batistella.

Passo Fundo  
2020

CIP – Catalogação na Publicação

---

G497a Giordani, Santa Giovana Mendes  
A atuação dos bombeiros na Guerra dos Farrapos  
(1835-1845) [recurso eletrônico]: agentes de informação e  
redes de espionagem / Santa Giovana Mendes Giordani. –  
2020.  
7 MB ; PDF.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Batistella.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade  
de Passo Fundo, 2020.

1. Rio Grande do Sul (Brasil) - História - Guerra dos  
Farrapos, 1835-1845. 2. Espionagem. 3. Guerra irregular.  
4. Bombeiros. I. Batistella, Alessandro, orientador.  
II. Título.

CDU: 981.65

## Banca Examinadora do Mestrado

Prof. Dr. José Iran Ribeiro (UFSM)

Prof. Dr. Tau Golin (UPF)

Prof. Dr. Alessandro Batistella (UPF)

## RESUMO

A presente pesquisa se destina a tratar das atividades desenvolvidas pelos agentes de informação durante a Guerra dos Farrapos no período de 1835-1845. Sendo assim, o espaço de estudo será a Província de Rio Grande de São Pedro, criada em 28 de fevereiro de 1821. Estes agentes de informação são denominados de espias, bombeiros e vaqueanos. Que durante toda a guerra, operacionalizaram-se numa rede de espionagem que ocupou todo o conflito. Ao longo de quase dez anos de guerra, as duas forças divergentes, deslocaram uma rede de agentes sobre os principais pontos da província. Os rebeldes foram os primeiros a montar uma rede de espionagem no sentido de mover-se em campo aberto. Com o tempo, os imperiais passaram a trabalhar com essa estratégia de guerra. Os informantes atuavam em localidades satélites e estrategicamente localizadas. Eram incumbidos de informar os oficiais e demais comandantes acerca dos preparativos militares desenvolvidos na província. Esses agentes informavam as posições exatas das forças inimigas, os preparativos militares, além de, quando possível, as futuras movimentações. Infiltravam-se algumas vezes, no corpo do exército inimigo e suas informações facilitavam as previsões ofensivas e defensivas, lançando patrulhas de reconhecimento e observação. Desta forma, tais agentes de informação tiveram papel importante para as estratégias militares, tanto dos farrapos quanto dos imperiais. Devemos considerar que e em tempos de guerra a rede de espionagem aumentava, e com isso a confidencialidade das atividades desenvolvidas pelos agentes de informação. Assim sendo, lidamos com a natureza discreta dessa atividade, sendo ela essencial, para estabelecer as relações de reciprocidade e confiança entre comandante e comandado. Tais relações instituídas na província expressam as hierarquias sociais e as relações de poder da sociedade sulina. Contudo e de forma geral a função dos espões, era a de coleta e repasse de informações, informações estas que deveriam chegar de forma modesta e confiável às autoridades superiores e das quais pretendemos mapear.

Palavras-chave: Guerra dos Farrapos. Espionagem. Bombeiros. Guerra Irregular.

## ABSTRACT

The present research intend to treat the activities developed by the agents of information during the War of Farrapos in the period of 1835-1845. Thereby the space of study will be the *Rio Grande de São Pedro* province, created in February 28, 1821. These agents of information are denominated as *espias, bombeiros e vaqueanos*. During the war, they operated in an espionage network that last by all the conflict. By the almost then years of war, the two opposite's sides displaced this network of agents by the main spots of the province. The rebels has been the first to assemble the espionage network on the purpose to move in the open field. By the time, the imperials pass to work with this war strategy. The informants act in satellite strategically placed locations. They are delegated to inform the officials and commanders to the military preparations being developed in the province. These agents inform the exactly positions of the enemy forces, their military preparations, besides, when possible their future moves. Infiltrating, sometimes, in the enemy army corps and their information's are helpful the offensive and defensive previsions, launching recon and observation patrols. In this way, the agents of information had a significant role in the military strategies to both *farrapos* and imperials. We should consider that in war times the espionage network increase and with that the confidentiality of the activities developed by the agents of information. Therefore, we deal with the classified nature of this activity being essential to establish the relations of reciprocity and confidence between commanders and commandeers. These relations found in the province express the hierarchy and the relations of power in the southern society. In general, the functions of the spies was the gather and transfer of information, information which has to arrive modestly and reliably to the superior authorities the ones we intend to trace.

Keywords: War of Farrapos. Espionage. Bombeiros. Irregular war.

## **LISTA DE FIGURAS**

<b>FIGURA 1-</b> Pirâmide social do Período Farroupilha.....	41
--	----

## **LISTA DE TABELAS**

**TABELA 1-** Relação dos oficiais de 1ª linha do Exército pertencentes a Província..... 78

**TABELA 2-** Comparativa de efetivos do Exército Farroupilha e Exército Imperial..... 96

## LISTA DE MAPAS

<b>MAPA 1-</b> As fronteiras de Rio Grande e Rio Pardo.....	28
<b>MAPA 2-</b> Municípios do Rio Grande do Sul em 1834.....	38
<b>MAPA 3-</b> Planta da cidade de Porto Alegre em 1833.....	39
<b>MAPA 4-</b> Movimentação de Bento Manuel na Batalha do Fanfa.....	59
<b>MAPA 5-</b> Cidade de Rio Grande e Vilarejo de São José do Norte.....	88



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AHR – Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APBC – Arquivo Pessoal do barão de Caxias

CV – Coleção Alfredo Varela

NDH – Núcleo de Documentação Histórica

UPF – Universidade de Passo Fundo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO I:</b> Fronteira, Sociedade e Militarização Rio-grandense.....	20
1.1 A Capitania de São Pedro e a Formação de uma Fronteira na América Meridional.....	20
1.2 O Processo de Formação Socioeconômico na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.....	32
1.3. Exército e a Guarda Nacional: o Poder de Recrutamento dos Comandantes Militares....	44
<b>CAPÍTULO II:</b> O Sítio a Porto Alegre (1835-1838) .....	52
2.1 Primeira Fase: Proclamação da República Rio-Grandense.....	52
2.2 Agentes de Informação: Espias, Bombeiros e Vaqueanos.....	64
<b>CAPÍTULO III:</b> A Guerra de Informação.....	74
3.1 Segunda Fase: Atuação dos Agentes de Informação na Guerra dos Farrapos (1838-1840) .....	74
3.2 Ataque a Guarnição de São José do Norte.....	84
<b>CAPÍTULO IV:</b> A Guerra Estratégica de Caxias.....	94
4.1 Terceira Fase: Movimentação de Caxias (1840-1845) .....	94
4.2 O Caso de Porongos: “não deixe de mandar bombear” .....	107
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	113
<b>FONTES</b> .....	117
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	119

## INTRODUÇÃO

O espaço de estudo será a Província de Rio Grande de São Pedro, criada em 28 de fevereiro de 1821. Como evento central temos a Guerra dos Farrapos, sendo ela o principal conflito armado da província, em que parte da elite rio-grandense, caudilha, defendendo seus interesses em 1835 durante a crise regencial no Brasil declara o rompimento com o império brasileiro e, em 1836, declara-se uma república, que durou até 1845.

Dada a sua importância, muito já se escreveu sobre esse conflito. A historiografia abre espaço para os diferentes vieses inseridos na “Revolução Farroupilha” tanto no termo utilizado quanto nos demais estudos sobre o período, como, o estudo da participação dos escravos na guerra dos farrapos, principalmente no episódio que contempla a chamada Batalha de Porongos<sup>1</sup>, em novembro de 1844. Quanto ao termo, esse sofreu diversas interpretações, tais como “Grande Revolução”<sup>2</sup>, ou “Guerra Civil”<sup>3</sup>, e a mais comumente utilizada “Revolução Farroupilha”<sup>4</sup>. Neste contexto de diferentes nomenclaturas optamos por um termo mais genérico que será “Guerra dos Farrapos”, do qual tentamos não tomar partido por nenhuma das concepções, já que pretendemos tratar da atuação dos agentes de informação no período que abrange a guerra, e não do fato em si.

Dessa forma, o presente trabalho pretende buscar os agentes de informação, que pouco são citados, como os dos “corpos auxiliares chamados de guerrilhas, vaqueanos e Bombeiros”<sup>5</sup>. Trataremos desses agentes de informação principalmente os “bombeiros” e os “vaqueanos”, tendo esses agentes papel importante para as estratégias militares, tanto dos farrapos quanto dos imperiais. Em período anterior ao estudado, tínhamos como agente de espionagem o chamado “espia”.

Com isso a pesquisa a ser desenvolvida será destinada à tratar da atuação dos agentes de informação que operaram na Guerra dos Farrapos no período de 1835 a 1845. A pesquisa foi instigada pela busca de informações sobre espionagem, tema ao qual demos início no

---

<sup>1</sup> MENDES, Jeferson. *O Barão de Caxias na Guerra contra os Farrapos*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo, 2011, pp. 79-83.

<sup>2</sup> VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. Porto Alegre: Globo, 1993.

<sup>3</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 1986.

<sup>4</sup> Autores como Moacyr Flores, Walter Spalding e Spencer Leitman, utilizam-se de mais de uma nomenclatura, alternando entre “Revolução Farroupilha” e Guerra dos Farrapos”.

<sup>5</sup> CIDADE, General F. de Paula. *Lutas, ao do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes (1680-1828): notas da história militar brasileira: reexame de questões políticas e militares*, 1948, p. 147.

Trabalho de Conclusão de Curso, pré-requisito para o grau de licenciado em história, pela Universidade de Passo Fundo, no qual trabalhamos apenas com um dos agentes de informação, sendo ele o “bombeiro”.

Ao tratarmos da história, devemos ter em mente que estamos trabalhando com o passado, ao qual precisamos dar sentido histórico. “O que ocorre é que o historiador precisa dar voz efetiva aos personagens históricos que constituem a sua trama”<sup>6</sup>. Sendo assim, ao tratar dos agentes de espionagem, devemos dar sentido a eles, fazendo com que suas atuações na Guerra dos Farrapos, tenham alguma relevância histórica. Fazemos isso, a partir do conhecimento sobre as funções desses agentes de informação: O que faziam? Como atuavam? Quem eram? De que lado estavam? Seguiam ordens de quem? Que relevância sua atuação tem na guerra? São perguntas que dão sentido ao trabalho de espionagem desses homens.

Objetivamos, então, compreender o processo de coleta e repasse de informações, bem como as relações de reciprocidade e confiança entre comandante e comandado seguindo o sistema de hierarquia política da província, durante o período da Guerra dos Farrapos (1835-1845). Dessa forma, mapearemos a transitoriedade dessa rede de agentes de informação, compreendendo os movimentos dos operadores envolvidos no circuito das comunicações, como foram importantes durante toda a guerra, identificando os atores sociais envolvidos e quem comandava tais espões, de acordo com a hierarquia e as relações de poder instituídas na província, além de estudar casos e eventos específicos da utilização dos serviços dos agentes de informação. A transmissão das informações era feita por meio escrito aos comandantes de diferentes patentes. Assim, cartas, ofícios e missivas eram utilizadas para o repasse de informações. Neles, verificaremos o conteúdo, a frequência e o trajeto.

“O historiador – por analisar um objeto ou um processo que se encontra em outra época, apartada da sua – precisa trazer em seu texto aquilo que torna viva essa época, que permite rerepresentá-la quando ela não está mais presente (representá-la, literalmente)”<sup>7</sup>. É preciso dar voz àqueles personagens, que por norma, foram esquecidos pela história oficial. E para que possamos tornar vivos estes personagens, necessitamos encontrar toda e qualquer informação pertinente à pesquisa, para que possamos reestabelecer alguns fatos do passado desses homens.

É de suma importante lembrar a parca existência de pesquisas sobre a atuação dos agentes de informação na Guerra dos Farrapos. Entre os trabalhos, encontramos apenas o

---

<sup>6</sup> BARROS, José D’Assunção. Parte IV ç Os conceitos na História. In: \_\_\_\_\_. Os conceitos: seus usos nas ciências humanas. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 141.

<sup>7</sup> BARROS, José D’Assunção. Parte IV ç Os conceitos na História. In: \_\_\_\_\_. Os conceitos: seus usos nas ciências humanas. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 142.

artigo de Daniela Vallandro de Carvalho, intitulado: “Da fuga dos exércitos a fuga para os exércitos: meandros das estratégias cativas em tempos de guerra no sul do Império (guerra civil farroupilha, século XIX)”, no livro organizado por Miquéias Mugge e Adriano Comissoli, *Homens e Armas, recrutamento militar no Brasil, século XIX*”, que fala sobre um dos agentes de informação abordado nesta pesquisa, tendo a autora tratado de casos específicos de escravos usados como bombeiros.

Podemos considerar ainda alguns trabalhos que tratam dos agentes de informação em períodos anteriores ao estudado como é o caso de Adriano Comissoli que, pesquisando o final do século XVIII e o início do século XIX, trata da comunicação política dentro da monarquia portuguesa, mais especificamente dos espões portugueses. Temos também, Marcia Miranda Eckert que trabalha a província de São Pedro dentre os anos de 1808 a 1831, e o General F. de Paula Cidade que traz uma nota de rodapé dando explicações sobre bombeiros e vaqueanos em seu livro “*Lutas, ao sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes (1680-1828): notas da história militar brasileira: reexame de questões políticas e militares*”.

Ao não identificarmos trabalhos que enfoquem o real envolvimento dos agentes de informação na guerra, tem-se aí a principal contribuição desta pesquisa. Além de que, tanto imperiais quanto farrapos se utilizaram dos serviços dos agentes de informação, mantendo uma rede de espionagem organizada. Dessa forma pretendemos determinar a procedência desses espões, já que pelos indícios, temos espões de diferentes classes sociais, desde espões escravos como já citado, quanto espões da elite rio-grandense como é o caso do Dr. Magalhães Calvet, médico, irmão de José de Paiva<sup>8</sup>.

Pesquisar o passado dos agentes de informação na guerra dos farrapos é de interesse do pesquisador em torná-los visíveis. E, para isso, precisamos analisar as documentações pertinentes, reestabelecendo os fatos a partir de pequenos vestígios, ou ainda, deixados por seus comandantes, já que, por norma, quem escrevia as cartas eram os comandantes das tropas. Sendo assim, o vestígio deixado sobre os agentes de informação advém de cartas e documentos, escritos por terceiros. Mas é a partir dessas fontes que nos chegamos às informações.

Temos alguns fragmentos da história, que nos possibilitam estabelecer algumas narrativas históricas, mas não teremos em hipótese alguma uma plena verdade, já que não temos como reconstituir o passado realmente como ele se deu. Podemos levantar hipóteses e

---

<sup>8</sup> SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio, seguida das “Efemérides” principais de 1835-1845, fartamente documentadas*. 3.ed. São Paulo: Ed. Nacional; Ed. Universidade de Brasília, 1982, p. 30.

tentar comprová-las. De acordo com alguns autores Bento Manuel Ribeiro comandava uma rede de bombeiros na Guerra dos Farrapos. Além de guerrear nos dois lados conflitantes, foi um dos responsáveis por núcleos de bombeiros atuantes na província, comandava “grande número de espiões ou bombeiros”<sup>9</sup>, os quais espalhou pela redondeza. Temos uma afirmativa, mas não temos como comprovar a dimensão da sua rede de informações, já que possuímos apenas uma carta que comprova a atuação de bombeiros a mando de Bento Manuel.

Desse modo, podemos deduzir que seus bombeiros eram muito bem camuflados e que por sua inteligência e perspicácia Bento Manuel não dava parte de seus bombeiros a comandantes superiores, para que não houvesse interceptações das cartas pelo exército inimigo. No entanto, não temos como comprovar tais ideias sobre esse comandante; diferentemente do General Neto, do qual se tem uma gama maior de documentos que comprovam a existência de agentes de informação a seu mando, que atuaram na Guerra dos Farrapos

Devemos também ponderar o fato de lidar com natureza discreta dessa atividade, a qual pode nos impedir de obter dados massivos. Nesta perspectiva a função do bombeiro, como de qualquer outro espião, era a de coleta e repasse de informações, as quais deveriam chegar de forma discreta e confiável às autoridades superiores. Dessa forma, “a confidência é um dos motivos que apoiam a produção epistolar”<sup>10</sup>, os quais traduziam hierarquias sociais expressas na apresentação formal da escrita, ou seja, “convertiam a carta em um artefato capaz de representar as regras do pacto social e, portanto, de projetar uma determinada imagem de quem a tinha escrito e de sua posição naquela sociedade”<sup>11</sup>.

A rede de informações passava por diferentes aspectos, havendo momentos de coleta e repasse, de síntese de informações, bem como de avaliação, de sua utilidade e viabilidade. Isso nos permite então contextualizar as estratégias desse serviço de inteligência e sua relevância para a administração da província, tanto quanto sua importância em tempos de guerra.

Esta investigação dedica-se então a localizar as cartas contendo tais informações ou menções a elas, reconstruindo a comunicação entre os informantes e seus superiores a partir

---

<sup>9</sup> SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio, seguida das “Efemérides” principais de 1835-1845, fartamente documentadas*. 3.ed. São Paulo: Ed. Nacional; Ed. Universidade de Brasília, 1982, p. 39.

<sup>10</sup> GÓMEZ, Antonio Castillo. “*Como o polvo e o camaleão se transformam*”: modelos e práticas epistolares na Espanha Moderna. In: *Destino das Letras: história, educação e escrita epistolar*. (Orgs). BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana C. Venancio. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 21.

<sup>11</sup> GÓMEZ, Antonio Castillo. “*Como o polvo e o camaleão se transformam*”: modelos e práticas epistolares na Espanha Moderna. In: *Destino das Letras: história, educação e escrita epistolar*.(Orgs). BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana C. Venancio. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 45.

desses escritos que serviam de instrumento de repasse de informações. Sendo assim o estudo basear-se-á na documentação da Coleção Varela contemplando 22 volumes, disponíveis no AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, disponíveis também no AHR - Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (alguns volumes), e alguns volumes encontram-se disponíveis online e pela editora Oikos.

Como fonte temos também um ofício do APBC - Arquivo Pessoal do Barão de Caxias, que menciona as atividades dos bombeiros, além das diversas menções aos agentes de informação nas bibliografias consultadas. A pesquisa contou com 14 volumes da Coleção Varela, contando com mais de 140 cartas, sendo nossa fonte primária que faziam menção aos bombeiros, aos vaqueanos, tanto quanto a bombear, bombeações, vigiar, observar o inimigo etc.. Manteremos a grafia original, conforme as mencionarmos.

A coleção Varela foi constituída a partir de documentos que passaram pelas mãos de Domingos José de Almeida, que, após o fim da guerra farroupilha, passou a guardá-los. A principal fonte desse conjunto que é o núcleo principal da Coleção Varela, composta por Almeida, que após um longo processo de captação de documentos de diversos lugares, passou às mãos de Alfredo Varela, que fez com que a coleção pudesse aumentar ainda mais. Em posse desses documentos Alfredo Varela produziu em 6 volumes a “História da Grande Revolução” e acabou por doá-lo a uma instituição pública. A instituição contemplada com a então coleção denominada Coleção Varela<sup>12</sup> foi o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul<sup>13</sup>, que com o centenário da guerra dos farrapos passa a publicá-los em forma de anais, os quais estão contemplando no momento 15 volumes impressos 3 volumes online, 1 volume esgotado (volume 19) e 3 volumes disponíveis pela editora Oikos (impressos).

Dessa forma, é certo que durante o período da Guerra dos Farrapos houve uma intensa atividade de espionagem, sendo que, após a tomada de Porto Alegre, capital da província do Rio Grande do Sul, e deposição do presidente da província Antônio Rodrigues Fernandes Braga em setembro de 1835, os rebeldes intensificaram a ação de espões pelas regiões da província. Após a retomada da capital pelos imperiais, os farroupilhas intensificaram a mobilidade na província e formaram uma rede de espionagem pelas regiões centrais. De tal forma, para configurarmos importância ao fato, devemos mencionar que, segundo alguns estudos, o conflito que durou dez anos teve como motivações econômicas o aumento do

---

<sup>12</sup> Mais informações sobre a Coleção Varela, ver (ARCE, 2011).

<sup>13</sup> A história do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul inicia em 1906, com a criação do Arquivo Público do Estado – APERS. Em 1925 foi anexado ao Museu Júlio de Castilhos, quando surgiu a denominação hoje corrente, de Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Seu surgimento como instituição independente, porém, ocorreu somente em 29 de janeiro de 1954, quando foi criada a Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/ahrs>

imposto sobre a produção do charque no Estado<sup>14</sup>, pois ele era importado do Uruguai a preços mais baixos, além das políticas centralizadoras do Império.

O historiador tem um compromisso com a história, com o passado, com as pessoas que não sabem a dimensão dos acontecimentos no processo histórico. Na Guerra dos Farrapos os agentes de informação tiveram papel de extrema importância no processo de guerra. No entanto, poucos sabiam da existência de tais agentes. No Sul, a história da guerra é vista pela ótica dos heróis farrapos. Bento Gonçalves é tido como o principal comandante da guerra, e comemora-se isso como se nada mais fosse importante. Os comandantes farrapos, bem como os imperiais, tinham bombeiros a seus serviços, e muitos dos êxitos na guerra foram devido às bombeações empregadas pelos mesmos.

E para compreender o processo de coleta e repasse de informações, e as relações de reciprocidade e confiança entre comandante e comandado, seguindo o sistema de hierarquia política da província, utilizaremos com uma abordagem proposta pela história social e pela história política. São os termos teórico-metodológicos dos quais idealizamos a possibilidade de relacionarem-se de forma complementar, sendo que “Atualmente, mesmo a história política, até mais recentemente atrelada a uma abordagem tradicional, passa a fazer parte do campo de atuação desta história-problema, como dimensão específica da vida em sociedade”<sup>15</sup>. Sendo assim uma análise do tema a partir dessa perspectiva, tendo em conta que tais abordagens foram bem desenvolvidas nos últimos anos, além de considerar que a “a história social passa a ser encarada como perspectiva de síntese, como reafirmação do princípio de que, em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam”<sup>16</sup>.

A fonte documental dispõe de diversas cartas as quais serviam de instrumento de repasse de informações, bem como toda a coletânea de documentos da Coleção Varela. Devemos atentar para a redação de tais missivas. A epistolografia obedece a certas normas tanto de redação quanto de apresentação, de acordo com as normas epistolares da época. O ensino de sua redação seguia modelos e fórmulas previamente estabelecidas. Dessa forma a comunicação epistolar “veio a desempenhar funções tão variadas como pudessem sê-lo as

---

<sup>14</sup> LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

<sup>15</sup> CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (Coord.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. São Paulo: Campus, 1997.

<sup>16</sup> CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (Coord.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. São Paulo: Campus, 1997.



motivações que as geraram”<sup>17</sup>. As razões para a escrita das cartas podem ser de caráter diverso, como por exemplo: pessoais, familiares e religiosas, tanto quanto administrativas, burocráticas e militares. Por essa razão, iremos deter-nos nas razões militares e sociais da escrita epistolar.

De acordo com Gómez, “cada carta busca um interlocutor, reclama a presença da pessoa ausente. Preserva os vínculos na distância e configura um espaço através do qual se expressam e desenvolvem as identidades pessoais, familiares ou sociais”<sup>18</sup>. Desse modo, buscaremos no contexto tratado, identificar quem escreve e para quem escreve de acordo com o contexto de relações sociopolíticas e militares que ocorreram na província, além da possibilidade de identificar sobre o que ou quem se escreve. Lembrando que as informações repassadas aos comandantes militares originaram-se das informações relatadas oralmente ou de forma escrita pelos bombeiros, aparentemente de acordo com sua classe social, considerando que houvesse tal diferenciação social.

Para compreender as relações entre comandantes e comandados, as informações sobre os agentes serão organizadas de acordo com os seguintes campos: a) Autor ou remetente do documento; b) Destinatário; c) Data e local de redação ou de emissão; d) Local de destino; e) Assunto; f) Pessoas mencionadas; g) Lugares mencionados.

Essas perguntas tornam possível compreender os circuitos percorridos, buscando recorrências nos trajetos espaciais, tanto quanto nos sujeitos envolvidos na elaboração, repasse e recepção das missivas. Buscamos cuidadosamente fazer o mapeamento das fontes por meio da leitura e da transcrição. Com o objetivo de reunir o máximo de informações possíveis e passíveis de compreensão, localizamos e identificamos as correspondências que tratam de coleta e repasse de informações. Nesse contexto, realizaremos o exame do material procurando encontrar os aspectos relevantes, em que os fragmentos podem ser palavras, menções, termos ou frases significativas de uma mensagem. A mensagem pode ser apreendida, decompondo-se o conteúdo do documento em fragmentos mais simples, que revelem sutilezas. A etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos.

O primeiro capítulo será destinado a tratar de aspectos gerais da Capitania de Rio Grande de São Pedro, tais como: a fronteira, seu desenvolvimento econômico e social, bem

---

<sup>17</sup> GÓMEZ, Antonio Castillo. “*Como o polvo e o camaleão se transformam*”: modelos e práticas epistolares na Espanha Moderna. In: Destino das Letras: história, educação e escrita epistolar. (Orgs). BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana C. Venancio. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 18.

<sup>18</sup> GÓMEZ, Antonio Castillo. “*Como o polvo e o camaleão se transformam*”: modelos e práticas epistolares na Espanha Moderna. In: Destino das Letras: história, educação e escrita epistolar. (Orgs). BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana C. Venancio. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 22.

como relações de reciprocidade entre comandante e comandado seguindo a hierarquia política e militar na província além das relações parentais e de compadrio, buscando estabelecer como tais relações se mantinham por longo tempo, considerando ainda o Cabedal político e militar dos oficiais de alta patente do exército e da Guarda Nacional. Nos capítulos subsequentes, buscamos compreender o período da Guerra dos Farrapos de 1835 a 1845.

Contudo, a Guerra será separada em 3 fases distintas. A primeira, de 1835 a 1838, considerando o período de sítio da cidade de Porto Alegre, após a tomada da capital em 1835, não permanecendo por muito tempo sob domínio dos farroupilhas. A segunda fase será entre os anos de 1838 a 1840 em que temos uma perda da força dos farroupilhas no território, já que os recursos começavam a escassear-se depois de 5 anos de guerra. E a terceira fase será de 1840 até o final da guerra, em 1845, período de maior bombeação pelos imperiais. É também o momento em que entra em ação Barão de Caxias, que com suas técnicas e estratégias consegue enfraquecer ainda mais os farrapos e debelar o conflito.

O segundo capítulo abordará o início da Guerra dos Farrapos no ano de 1835, com a insurreição de uma parcela dos caudilhos rio-grandenses até o ano de 1838, momento em que cessam as investidas a Porto Alegre. Para que possamos entender, nesse contexto de belicosidade a influência dos agentes de informação na Guerra dos Farrapos. Posteriormente partiremos para o nosso alvo da pesquisa, distinguindo os diferentes agentes de informação, envolvidos mesmo em anos anteriores ao abordado nesta pesquisa, no circuito de comunicações.

Dessa maneira, o nosso agente principal é denominado de bombeiros, pouco conhecido, por isso, trataremos de definir o termo, bem como bombear, além de determinar quem são os bombeiros, o que fazem, como devem agir, entre outros aspectos relevantes. Além disso procuramos saber como eles foram empregados no decorrer da Guerra dos Farrapos, quais foram as atribuições dadas a eles pelos comandantes, e o que aconteceu com os mesmos em suas bombeações as tropas inimigas, demonstrando todo esse processo de espionagem, que são descritos nas cartas descobertas nesta pesquisa, e como se faziam necessários os serviços desses agentes de informação.

O terceiro capítulo detém-se a falar da segunda fase de movimentação dos agentes de informação na Guerra dos Farrapos, sendo de 1838 a 1840. Veremos como foram as movimentações nesse período, de acordo com a documentação de casos encontrados, no qual se utilizava a espionagem na província, tratando ainda das movimentação em São José do Norte, sendo um dos casos mais interessantes que encontramos a sequência de 14 cartas de Antônio Soares de Paiva, Coronel Comandante da Guarnição de São José do Norte, na qual

dá parte de todos os movimentos de seus bombeiros no período de um ano, de 10 de julho de 1839 a 5 de julho de 1840.

O quarto capítulo abordará a terceira fase da Guerra dos Farrapos, considerando o período de 1840 a 1845, comparando os efetivos das forças armadas que combateram na província. Devemos considerar que são poucas as informações sobre os efetivos das forças armadas que operavam na guerra no sul, durante os dez anos do conflito. No entanto, utilizaremos de uma comparação entre os dados dispostos por Hélio Moro Mariante e José Iran Ribeiro, os quais nos demonstram as disposições de efetivo das duas forças que combatiam na guerra.

Abordaremos ainda a atuação do Barão de Caxias na guerra após assumir a comandância das tropas imperiais em novembro de 1842, que juntamente com Bento Manuel pressionava os farrapos ao fim do conflito, tratando ainda da chamada Batalha de Porongos ou Traição de Porongos, discorrendo sobre a carta do Barão de Caxias a David Canabarro, o qual manda bombear o local antes do ataque.

## **CAPÍTULO I**

### **FRONTEIRA, SOCIEDADE E MILITARIZAÇÃO RIOGRANDENSE.**

Neste primeiro capítulo, buscamos compreender o território fronteiriço e todo o processo que permitiu o envolvimento da Província do Rio Grande de São Pedro em um conflito armado que se estendeu por dez anos. Isso pode ter ocorrido pela tentativa de mudança na estrutura econômica da província pelo Governo Imperial.

Como poderemos observar a doação de sesmarias proporcionou o desenvolvimento econômico da sociedade rio-grandense, assentado na pecuária e na agricultura, além de práticas contraventoras como o contrabando praticado no Sul. Dessa maneira, os homens viviam na província e faziam parte da elite, adquiriam consciência de seu papel na sociedade, ou seja, não tinham interesse de mudar a estrutura vigente, já que, além de manterem suas propriedades rentáveis, detinham reconhecimento social, e seu poder de mando aumentava cada vez mais.

Para compreendermos, então, como se davam as diferentes formas de relações na província, devemos pensar sob a ótica estrutural estabelecida, fundamentada nas relações familiares e nas relações de compadrio. A compreensão desses fatores será de grande importância, pois já vinham se desenvolvendo há um longo tempo, além do estabelecimento de uma relação de confiança entre os comandantes militares e os nossos agentes de informação.

Faremos ainda um breve estudo sobre as forças do exército, sendo elas de 1ª, 2ª e 3ª linhas, das quais posteriormente se estabelecem a Guarda Nacional, e as relações de mando dos comandantes militares.

#### **1.1 A CAPITANIA DE SÃO PEDRO E A FORMAÇÃO DE UMA FRONTEIRA NA AMÉRICA MERIDIONAL**

Trataremos da região de fronteira rio-grandense nos séculos XVIII e XIX, enquanto capitania e posteriormente como província. Dentro dessa perspectiva temporal, sem marcos específicos, o que pretendemos tratar, é referente aos aspectos que são contemplados nessa fronteira de grande mobilidade, tanto de pessoas e animais, quanto de mercadorias e

informações. A abordagem será feita por meio das novas perspectivas de fronteira aliadas à ideia de contrabando, voltadas para a criação da autonomia e poder de mando dos rio-grandenses.

A historiografia recente traz consigo, críticas à historiografia tradicional, sendo ela vinculada à ideia de criação de um Estado nacional, da qual geralmente destaca a existência de uma fronteira devidamente delimitada, e de um local de conflito e distanciamento entre os territórios das duas coroas ibéricas.

As historiografias brasileira, argentina e uruguaia da primeira metade do século XX foram marcadas em grande medida, pelo nacionalismo. Os trabalhos acerca de temas coloniais foram produzidos da primeira metade dos 1900 em diante sob a forma de narrativas factuais cronológicas, nas quais a preocupação com a historicização da pátria através do resgate de acontecimentos de um tempo imemorial foi uma constante. Assim, a representação da história colonial, anterior à formação do Estado-Nação (período colonial), assume, no trabalho de muitos historiadores tradicionais, um sentido predeterminado a ajustar-se às fronteiras políticas do país, ao mesmo tempo em que se descrevia a heroicidade dos antepassados<sup>19</sup>.

A historiografia tradicional nacionalista, se fez sobre a abordagem político-administrativa territorial, que se levou a omitir *“todo lo que refiere a las innegables influencias castellanas sobre el territorio de Río Grande del Sur”*<sup>20</sup>. No entanto, ao tratar de uma fronteira, principalmente a fronteira sulina, devemos pensá-la de forma heterogênea, não nos “restringindo aos movimentos de avanços e recuos do limite geográfico e político[.]”<sup>21</sup>. Destacamos ainda que:

A noção de fronteira no período colonial, entendida como espaço de conflito e animosidade mútuas entre portugueses e espanhóis, deve ser relativizada, pois não leva em conta a inexistência de Estados nacionais unificados e territorialmente definidos ao longo do século XVIII. A noção de nacionalidade no contexto colonial setecentista não se colocava para os homens e mulheres que vivenciaram os conflitos e tréguas entre Portugal e

<sup>19</sup> PRADO, Fabrício Pereira. A Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII. Porto Alegre: F.P. Prado, 2002. p.23-24.

<sup>20</sup> TEJERINA, Marcela. Frontera urbana, frontera colonial. Historias de la región platina durante el dominio de las coronas ibéricas : siglos XVI al XIX / Marcela Tejerina. - 1a ed. - Rosario : Prohistoria Ediciones, 2018. p. 17.

<sup>21</sup> FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. Contrabando e contrabandistas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul – (1851-1864). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2007. p. 29.

Espanha na região platina. Assim, sem desconsiderar a importância do povoamento e da ocupação luso-brasileira da região sulina do Brasil, queremos chamar a atenção para os variados influxos demográficos de um território fronteiriço<sup>22</sup>.

Devemos ter consciência, de que, na prática os limites nacionais só começaram a ser fixados em meados da década de 1850, a partir da consolidação dos Estados-Nacionais. Consequentemente, não podemos falar em “fixação dos limites territoriais” no período da história colonial, ainda mais se considerarmos que foi apenas entre 1909 e 1913 que os limites brasileiros foram definitivamente fixados entre Brasil e Uruguai. Além de que, a concepção de fixação territorial é estabelecida pela “geografia política” em que “o Estado moderno necessita do estabelecimento de limites bem definidos para sua área de soberania e concentração”<sup>23</sup>, mas apenas a partir da consolidação do Estado-Nação.

A fronteira sul rio-grandense é cheia de subjetividades, principalmente no período colonial, não podendo ser caracterizada apenas pelos seus limites territoriais e seu aspecto político-administrativo, nem mesmo podemos reduzi-la “a la *“guerra de fronteras” ni al estudio de la “ocupación del suelo”*. *Hombres y mujeres se distribuyeron en el espacio y ocuparon distintos territorios antes de que aparecieran las nociones modernas de Estado y nación*”<sup>24</sup>. Temos, nesse período, diversos acordos, os quais tentavam demarcar as linhas divisórias entre os dois impérios ibéricos. No entanto, já nos faz perceptível que “Os limites eram relativamente flexíveis no período colonial, comparando-se com o conceito moderno de fronteira”<sup>25</sup>.

A historiografia tradicional deixa de lado as relações existentes nessa fronteira, negligenciando a diversidade social e cultural das pessoas que transitam na fronteira sulina, “*trazaba líneas divisorias “recortando” el espacio ‘nacional’, descuidaba el estudio de la diversidad al interior de ese espacio construído*”<sup>26</sup>, mesmo sendo a fronteira um local de

---

<sup>22</sup> KUHN, Fábio. Breve História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002. p. 26.

<sup>23</sup> GOLIN, Tau. *A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002, v.1. p. 10.

<sup>24</sup> FREGA, Ana. Pertencias e identidade em uma zona de frontera. La región de Maldonado entre la revolución lusitana (1816-1820). UDELAR; Uruguai. p. 1.

<sup>25</sup> GOLIN, Tau. *A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002, v.1.p. 10

<sup>26</sup> FREGA, Ana. Pertencias e identidade em uma zona de frontera. La región de Maldonado entre la revolución lusitana (1816-1820). UDELAR; Uruguai. p.1.

*“pasajes y de refugio entre las áreas dominadas por portugueses y españoles”*<sup>27</sup>. Mas para repensar a história das relações entre hispanos e lusitanos como menciona Fabio Kuhn, precisamos “apontar novas perspectivas na compreensão do fenômeno fronteiriço, que ultrapassem as visões tradicionais e indiquem novos caminhos de entendimento do passado, favorecendo a integração cultural dos países de origem ibérica”<sup>28</sup>.

Temos, dessa maneira, novas perspectivas sobre a história fronteiriça, advinda das mais recentes pesquisas realizadas sobre fronteira. Uma das novas perspectivas é a da “fronteira em movimento”, do próprio Fabio Kuhn, que ao trabalhar com a ideia sugere, então, uma nova abordagem em que o “espaço fronteiriço colonial deve ser compreendido como uma fronteira em movimento, com intensa circulação de homens e mercadorias, em um contexto demográfico heterogêneo e numa conjuntura de instabilidade política”<sup>29</sup>. Confirmando-nos a ideia de que, é sim, uma região de plena movimentação, e circulação de pessoas e animais, tanto quanto de mercadorias e informações, dentro de uma conjuntura que se estendeu pelo século XVIII e XIX onde as coroas viveram em conflito pelo domínio da região platina.

Outra pesquisadora que nos traz novas perspectivas sobre fronteira é Mariana Thompson ao apresentar duas visões diferentes de fronteira: uma é a “fronteira dinâmica” e a outra “fronteira manejada”. Inicialmente em sua dissertação, apresenta “uma “fronteira dinâmica” capaz de, num mesmo espaço e tempo, revelar a constituição de variados significados para diferentes agentes”<sup>30</sup>, considerando a região de fronteira como um local de diversas relações possíveis de serem estabelecidas. Posteriormente, no mesmo trabalho, vai falar sobre a fronteira manejada, ao mesmo tempo em que descreve as atividades da elite guerreira rio-grandense:

Para a elite estancieira guerreira a demarcação das diferenças de nacionalidades também se colocavam, ou eram suprimidas, em determinadas situações, sendo manejadas à medida que se faziam necessário. Essa elite rural – que não deve ser entendida como um grupo de interesses homogêneos – em função de sua condição fronteiriça, sempre desfrutou de certa autonomia política tendo, muitas vezes, ido de encontro aos interesses

---

<sup>27</sup> TEJERINA, Marcela. Frontera urbana, frontera colonial. Historias de la región platina durante el dominio de las coronas ibéricas : siglos XVI al XIX / Marcela Tejerina. - 1a ed . - Rosario : Prohistoria Ediciones, 2018. p. 16.

<sup>28</sup> KUHN, Fábio. Breve História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002. p. 30.

<sup>29</sup> KUHN, Fábio. Breve História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002. p. 27.

<sup>30</sup> FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. Contrabando e contrabandistas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul – (1851-1864). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2007. p. 39.



do poder central imperial. De ambos os lados da fronteira, ela estabeleceu uma infinidade de relações, seja empreendendo guerrilhas privadas, seja estabelecendo alianças políticas e até mesmo lações de parentesco e compadrio. O fato de atuarem de forma autárquica e ininterruptamente nas guerras da fronteira lhes abria a possibilidade de estabelecerem diversas alianças políticas<sup>31</sup>.

Esse trecho além de trazer a ideia de uma fronteira manejada, também é elucidativa, assim como as ideias de vários autores sobre a autonomia dos rio-grandenses no território, sendo então um dos nossos objetivos ao elaborar este capítulo. Conquanto as ideias de fronteira dinâmica e manejada são revisadas por Mariana Thompson em sua tese, na qual ela deixa de utilizar a ideia de “fronteira dinâmica” e passa a se utilizar apenas da perspectiva de “fronteira manejada”, “indicando a consciência que os distintos agentes sociais tinham da presença dos limites e os utilizavam com estratégias adequadas às respectivas pretensões”<sup>32</sup>.

Mais uma contribuição para a história da fronteira platina é elaborada por Marcela Tejerina, ao tratar das várias influências populacionais nos diversos núcleos urbanos localizados na fronteira colonial platina. Seu trabalho tratará de um distinto panorama elaborado pela autora, tendo como ponto de partida

*la frontera urbana que comienza a delinarse desde los inicios del poblamiento de la cuenca del Plata y, desde allí, iniciar el recorrido por el largo proceso de constitución de la región de frontera platina colonial. Para ello ponemos el foco en el papel de las villas, ciudades y poblados que la fueron integrando, así como en el de sus habitantes, en tanto agentes dinamizadores de su transformación. No desconoceremos, sin embargo, los designios políticos de las coronas ibéricas y su desarrollo a lo largo del tiempo, a la luz del influjo de intereses geopolíticos y estratégicos. Tampoco lo haremos con los procesos de revolución e independencia que posteriormente dieron lugar al surgimiento de los nuevos estados nacionales<sup>33</sup>.*

Por Consequente, Marcela Tejerina traz um novo cenário voltado para a “fronteira urbana”, tendo sido criada a partir da constituição da região platina, dos núcleos urbanos, dos

<sup>31</sup> FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. Contrabando e contrabandistas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul – (1851-1864). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2007 p. 44-45.

<sup>32</sup> FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. CRIMES DE FRONTEIRA: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Tese de Doutorado. Porto Alegre: 2012, p. 16.

<sup>33</sup> TEJERINA, Marcela. Frontera urbana, frontera colonial. Historias de la región platina durante el dominio de las coronas ibéricas : siglos XVI al XIX / Marcela Tejerina. - 1a ed. - Rosario : Prohistoria Ediciones, 2018. p. 12.



centros populacionais, sendo eles cidades, vilas e aldeias. Ainda, a autora vai ao encontro das ideias de Fabio Kuhn sobre uma “fronteira em movimento”, relatando que:

*“Este espacio rioplatense también ha sido caracterizado como una frontera en movimiento, permeable a todo tipo de influencias, que nos permite volver la atención sobre los variados influjos poblacionales de un territorio fronterizo colonial, como el que involucraba a territorios que en la actualidad se encuentran bajo la jurisdicción de Río Grande del Sur, del Uruguay o del litoral argentino”<sup>34</sup>.*

A proposta da autora era a de demonstrar, assim como os demais autores, que havia uma permeabilidade na fronteira, de que as interações entre os diferentes atores sociais ocorriam, que se deslocavam de um território para o outro, ultrapassando qualquer linha demarcatória. Portanto, pretendemos pensar essa região além das fronteiras nacionais, sendo necessário pensar o Rio Grande de São Pedro como um todo, levando em conta o espectro de região, pois: “A região e sua reprodução passam, pois, pelo engajamento de forças sociais, de grupos sociais, de elites regionais, pela militância de indivíduos que subjetivam e participam do processo de subjetivação da identidade regional”<sup>35</sup>.

A partir do Tratado de Madri, em 1750, criaram-se condições para o estabelecimento dessa fronteira. Contudo, “o elo rio-grandense-uruguaio estabeleceria uma inter-regionalidade, um espaço interfronteiriço compartilhado, um verdadeiro subsistema [...] define a fronteira sul-rio-grandense-uruguaia como de caráter internacional sem, no entanto, deixar de ser inter-regional”<sup>36</sup>. Podemos dizer, então, que por mais que se tenham tentado fixar uma linha de fronteira, havia uma instabilidade desses limites, considerando que os moradores de ambos os lados da fronteira cruzavam frequentemente os limites oficiais. Ou seja,

Portugueses e espanhóis ocupavam espaços contíguos e interagiam constantemente, fosse por meio de ações destrutivas como a guerra e o roubo

<sup>34</sup> TEJERINA, Marcela. Frontera urbana, frontera colonial. Historias de la región platina durante el dominio de las coronas ibéricas : siglos XVI al XIX / Marcela Tejerina. - 1a ed. - Rosario : Prohistoria Ediciones, 2018. p. 21.

<sup>35</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. Fronteiras. Dourados, v. 10, n. 17, 2008.p. 60.

<sup>36</sup> GOLIN, Tau. *A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002, v.1.p. 53.

de gado, fosse por meio de comércio ou de devolução de desertores e escravos fugitivos, como frequentemente os oficiais militares praticavam<sup>37</sup>.

Após a assinatura do Tratado de Madri, a região Sul do país, tornou-se uma região de extrema importância para o governo central, já que “a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central”<sup>38</sup>. Sendo assim “o controle dos recursos para a guerra e os meios para extraí-los definiram as especificidades da relação entre o Estado e a sociedade militarizada que aí se constituiu”<sup>39</sup>, bem como o apoio de estancieiros, charqueadores e comerciantes rio-grandenses, para o estabelecimento e fortalecimento da fronteira do Rio Grande de São Pedro, nas lutas pelo território. Marcia Miranda explana sobre o papel da guerra na defesa da fronteira:

A guerra teve papel importante nesse processo, quando a fixação da população, a criação de instâncias administrativas e o fortalecimento dos laços entre a metrópole e os estancieiros transformaram a região numa estalagem na fronteira, capaz de fornecer à metrópole os meios e os agentes necessários para viabilizar a guarda e a expansão desse território. Nesse processo de construção da estalagem, consolidou-se a presença lusa na região, conformando uma sociedade militarizada que mantinha com a metrópole uma relação alicerçada em interesses comuns<sup>40</sup>.

Todo esse empenho do poder central manteve os domínios portugueses na fronteira, e a busca pela manutenção territorial se fez necessária para o domínio luso na região, visto que “Somos seres territoriais desde as mais recuadas formas de organização social humana. O espaço, a habitação de um lugar, a prática de um lugar, a defesa de um espaço, a implantação espacial vem sendo uma característica da espécie humana”<sup>41</sup>, fazendo com que todos os recursos necessários fossem utilizados para manutenção desse espaço fronteiriço.

---

<sup>37</sup> COMISSOLI, Adriano. Bombeiros, espias e vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa (Rio Grande de São Pedro, sécs. XVIII-XIX). *Revista de Indias*, 2018, vol. LXXVIII, núm. 272, Págs. 113-146, ISSN: 0034-8341. p. 118.

<sup>38</sup> GOLIN, Tau. *A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002, v.1.p. 11.

<sup>39</sup> MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o Império: Crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*, Campinas, São Paulo: 2006. Tese de Doutorado. p. 15.

<sup>40</sup> MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o Império: Crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*, Campinas, São Paulo: 2006. Tese de doutorado. p. 35.

<sup>41</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*. Dourados, v. 10, n. 17, 2008, p. 62.

Contudo, as disputas das coroas ibéricas não cessaram, e seguiram as rivalidades da seguinte maneira:

A concorrência tomou forma na invasão espanhola à vila de Rio Grande em 1763 e no estado de guerra que se seguiu pelos treze anos seguintes, quando em 1776 foi retomada pelas forças lusas. No ano seguinte os espanhóis efetuaram uma nova invasão, desta vez na ilha de Santa Catarina e na Colônia de Sacramento. O avanço se deteve com a assinatura do tratado de Santo Ildefonso (1777). Por quase um quarto de século os conflitos recuaram, mas nova guerra eclodiu em 1801, culminando na anexação dos setes povos missioneiros a oriente do rio Uruguai. A paz novamente se fez relativa, visto que ambos os lados faziam pouco caso dos limites arbitrados e adentravam os terrenos pertencentes a seu vizinho. Nova onda de enfrentamentos se iniciou com o processo de emancipação do vice-reino do rio da Prata a partir de 1810<sup>42</sup>.

Essa região de fronteira, como podemos perceber, é uma região de intensa beligerância, fazendo com que as tropas se mantivessem em prontidão. Devemos mencionar que haviam três significantes comandos na capitania de acordo com sua jurisdição militar, sendo “Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo”<sup>43</sup>. Nessa perspectiva militar, as mais importantes nesse período eram as fronteiras de Rio Grande e Rio Pardo.

---

<sup>42</sup> COMISSOLI, Adriano. Bombeiros, espias e vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa (Rio Grande de São Pedro, sécs. XVIII-XIX). *Revista de Índias*, 2018, vol. LXXVIII, núm. 272, Págs. 113-146, ISSN: 0034-8341. p. 119-120.

<sup>43</sup> COMISSOLI, Adriano. Bombeiros, espias e vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa (Rio Grande de São Pedro, sécs. XVIII-XIX). *Revista de Índias*, 2018, vol. LXXVIII, núm. 272, Págs. 113-146, ISSN: 0034-8341. p.119-120.

**MAPA 1 - As fronteiras de Rio Grande e Rio Pardo**



Fonte: Arquivo Histórico Moysés Vellinho, Porto Alegre (Brasil), Mapoteca, H1, gaveta 01. Apud: COMISSOLI, Adriano. Bombeiros, espias e vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa (Rio Grande de São Pedro, sécs. XVIII-XIX). Revista de Índias, 2018, vol. LXXVIII, núm. 272, Págs. 113-146, ISSN: 0034-8341. p. 121.

Ainda referente às fronteiras de Rio Grande e Rio Pardo, Adriano Comissoli define-as, considerando que:

Rio Grande controlava a porção mais meridional dos domínios portugueses. Dividia-se em onze distritos militares com efetivo de 403 homens, além de abrigar a Legião de Cavalaria Ligeira, força exclusiva da capitania. O oficial comandante desde 1777 era Manuel Marques de Souza. A do Rio Pardo tinha comando no quartel do prestigiado regimento de Dragões. Seu encarregado era Patrício José Correia da Câmara, cuja responsabilidade era a porção ocidental da capitania, a qual em 1801 adicionou o amplo território

das Missões e passou a contar treze distritos, os quais em 1805 dispunham de 315 defensores das tropas regulares<sup>44</sup>.

A fronteira então é permeada por conflitos bélicos, tratados, busca por ampliação territorial, além de permitir trocas comerciais e culturais, bem como a atuação de contrabandistas nessa mesma fronteira. Por esses e outros fatores, pensamos ser necessária uma breve discussão sobre a fronteira rio-grandense e o contrabando praticado no Sul. Sendo assim, contamos com Tiago Gil para debatermos o tema, e de acordo com ele: “A questão da fronteira é fundamental para se entender o contrabando”<sup>45</sup>, ademais podemos pensar de forma adversa e considerar que “a questão do contrabando também é fundamental para entendermos a fronteira”. Além de que “O que chamamos de fronteira aqui é referente a uma região. É nessa região que se desenvolvem as tramas que estudamos, que compreendem conflitos, negócios, meios de sobrevivência e outros relacionamentos”<sup>46</sup>.

Para corroborar essa ideia, contamos também com Daniela Valandro de Carvalho, que trata do Rio Grande de São Pedro, no período de 1835-1850, e que diserta sobre a região fronteira e do contrabando.

A região fronteira do Brasil com os estados platinos historicamente foi um espaço de disputas, conflitos e trocas culturais. Sobretudo a fronteira do Rio Grande de São Pedro com a Banda Oriental constituiu um espaço que teve utilidades diversas para grupos sociais distintos, sendo utilizado, por exemplo, para o contrabando e enriquecimento econômico ou para o aumento de prestígio político de estancieiros e comandantes militares lá alocados<sup>47</sup>.

Dessa maneira, não temos apenas conflitos bélicos, tratados, ampliação territorial, comercial e ou cultural, mas vemos nas fronteiras sulinas, o enriquecimento econômico, e o aumento do prestígio político provenientes do contrabando. Esses fatores implicavam também

---

<sup>44</sup> COMISSOLI, Adriano. Bombeiros, espias e vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa (Rio Grande de São Pedro, sécs. XVIII-XIX). Revista de Indias, 2018, vol. LXXVIII, núm. 272, Págs. 113-146, ISSN: 0034-8341. p. 119-120.

<sup>45</sup> GIL, Tiago Luís. Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. 2002.p. 22.

<sup>46</sup> GIL, Tiago Luís. Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. 2002. p. 22.

<sup>47</sup> CARVALHO, Daniela Vallandro de. Fronteiras da Liberdade: Experiências Escravas de Recrutamento, Guerra e Escravidão: (Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850). Tese de doutorado. Rio de Janeiro, 2013. p. 112.

no prestígio social que determinavam as relações de compadrio e clientelagem, bem como relações de confiança entre comandantes e comandados.

A permeabilidade da fronteira rio-grandense ocorre por ambos os lados, e são variados os interesses, tanto de indivíduos, quanto de grupos sociais ao ultrapassarem os limites oficiais, principalmente no que se refere ao contrabando, pois, “Era um grupo que envolvia sujeitos de todos os estratos da sociedade. Peões, charqueadores, lavradores, negociantes, estancieiros, militares, oficiais da Coroa, todos articulados em uma rede permeada por relações de reciprocidade e parentesco”<sup>48</sup>.

Tiago Gil, em seu estudo, expõe que os contrabandistas atuavam no território desde meados de 1760. Segundo o mesmo é “aproximadamente o momento em que se inicia o tipo específico de contravenção”<sup>49</sup>, e ainda que o “contrabando era um negócio que ultrapassava as fronteiras Imperiais”<sup>50</sup>. Além de relatar que “o comércio ilícito entre portugueses e espanhóis ocorre ao mesmo tempo em que seus impérios estão em guerra. Esta é apenas uma, frente a muitas outras características das relações estabelecidas entre lusos e espanhóis em tempo de guerra”<sup>51</sup>. Sendo assim, as negociações do comércio ilícito não cessam, nem mesmo em tempos de guerra.

Ainda pensando em novas contribuições para a historiografia temos o trabalho de Fabrício Pereira Prado, “A Colônia do Sacramento: O Extremo Sul da América Portuguesa no Século XVIII”, no qual ele irá contrapor a ideia de que a Colônia do Sacramento não é um “ninho de contrabandistas”. Sendo assim o objetivo do autor é de que:

através da análise do significado do espaço urbano e das principais atividades desenvolvidas na Colônia do Sacramento (notoriamente comércio), aprofundar o conhecimento sobre os grupos sociais presentes na cidade, seus interesses, o tipo de sociedade que se organizou e a inserção regional que Sacramento e seus habitantes possuíam. A partir de documentos burocráticos, mapas e cartas de governadores e mercadores, podemos perceber a estruturação de uma cidade mais complexa e rica do que a retratada pela historiografia tradicional. Dentro da noção do Império Português e da fronteira aberta que era a região platina, procuramos discutir o significado social e comercial do espaço urbano e Colônia do Sacramento,

---

<sup>48</sup> GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. 2002. p. 11-12.

<sup>49</sup> GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. 2002. p. 11.

<sup>50</sup> GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. 2002. p. 11.

<sup>51</sup> GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. 2002. p. 29.



que, segundo nos parece, transcendia em muito a noção de “ninho de contrabandistas”<sup>52</sup>.

Concordamos com a opinião do autor de que não havia um ninho de contrabandista como Luis Fernando de Almeida apoiava em seu trabalho denominado de “A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha”, no entanto, sabemos por diferentes análises de diferentes autores, que temos, sim o desenvolvimento do comércio ilícito, voltado para o enriquecimento de estancieiros, dando-lhes prestígio o poder. A região Sul foi marcada por uma política de interesses, tanto pelo poder central quanto pelos estancieiros militarizados. Isso fez com que o poder central fechasse os olhos para as atividades ilícitas praticadas no Sul. De acordo com Tiago Gil

o negócio ilícito foi de um modo ou de outro, tolerado pelas autoridades lusas, que sempre estiveram informadas de sua ocorrência. Não se tratava de um simples descaso. Tal negócio, pela sua saliência econômica e social, era praticado por alguns dos sujeitos mais relevantes, não só no governo local, como também na defesa dos territórios. Eram, *grosso modo*, concessões que a Coroa acabava fazendo, diante de sua incapacidade de prover militarmente seus domínios e mesmo de reprimir os tratos ilícitos<sup>53</sup>.

Os rio-grandenses que estavam acostumados com os privilégios concedidos pelo poder central não viram com bons olhos várias medidas tomadas pelo governo metropolitano. No entanto, a relação entre governo central e os estancieiros militarizados era uma via de mão dupla, “a interação entre guerra e o poder extrativo do Estado criava condições para a manutenção expansão do território ao mesmo tempo em que gerava oportunidades de novos negócios, de enriquecimento e de fortalecimento do poder privado através da formação e ampliação de estâncias e dos rebanhos resultantes do êxito na guerra”<sup>54</sup>. “No Sul, a Coroa superou suas limitações fiscais e militares estabelecendo relações de cooperação com os

---

<sup>52</sup> PRADO, Fabrício Pereira. A Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII. Porto Alegre: F.P. Prado, 2002. p. 20-21.

<sup>53</sup> GIL, Tiago Luís. Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. 2002. p. 12.

<sup>54</sup> MIRANDA, Márcia Eckert. A estalagem e o Império: Crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831), Campinas, São Paulo: 2006. Tese de doutorado. p. 7-8.

estancieiros, o que a obrigava a conceder-lhes poder e tolerar sua autonomia de ação”<sup>55</sup>. Dessa maneira, as condições eram estabelecidas por ambos.

A autonomia dos rio-grandenses nasce da necessidade de o poder central manter o domínio sob o território fronteiriço. Dessa forma, podemos observar que:

O contrabando contribuía na manutenção daquela sociedade e o fazia não apenas engrossando os cabedais daquelas famílias, mas servindo de ligação entre os mais diversos estratos sociais, permitindo que poucos tivessem acesso a ganhos e relacionamentos vedados a maioria da população, reproduzindo assim a exclusão e a hierarquia social típicas daquele mundo<sup>56</sup>.

Toda essa situação entre rio-grandenses e o governo imperial, historicamente só irá mudar com a Guerra dos Farrapos, em que os rio-grandenses se rebelaram contra o império. Na Guerra dos Farrapos, os rio-grandenses movimentavam-se frequentemente pela fronteira, assim como faziam durante o período colonial e imperial, bem como na guerra, ao buscar refúgio, montaria e víveres. Todas as relações estabelecidas na região de fronteira tiveram dois objetivos: povoá-la e defendê-la. Dessa maneira, todos os envolvidos nas guerras de ampliação e manutenção territorial foram de extrema importância, para que conseguissem alcançar tais objetivos estipulados pela coroa.

As relações da sociedade rio-grandense com o poder central foram mantidas durante anos de guerra. Assim sendo, a Coroa cooperou com os estancieiros, fazendo com que eles cooperassem também. No entanto, isso obrigava a coroa a conceder-lhes poder e autonomia, para que agissem da forma que achassem necessário. E tudo correu bem até a Guerra Cisplatina (1825-1828), em que o efeito da volumosa dívida passiva da província originada na guerra sobressaiu-se sobre as outras províncias, acarretando descontentamento dos rio-grandenses.

Devemos perceber a permeabilidade dessa fronteira sul-rio-grandense-uruguaia, em que os protagonistas formaram um grupo heterogêneo, e suas atuações foram diversificadas na região sulina. Desse modo, as operações na capitania/província foram de extrema importância para o domínio territorial português.

---

<sup>55</sup> MIRANDA, Márcia Eckert. A estalagem e o Império: Crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831), Campinas, São Paulo: 2006. Tese de doutorado. p. 67.

<sup>56</sup> GIL, Tiago Luís. Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. 2002. p. 12.



## 1.2 O PROCESSO DE FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICO NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

Inicialmente ao falarmos do desenvolvimento da Província, devemos mencionar que ela se fez, como pudemos perceber no capítulo anterior, através das disputas entre Portugal e Espanha pelo domínio da região do Rio da Prata. “A incorporação do Rio Grande do Sul ao mundo luso-brasileiro resultou de um longo processo geopolítico e de movimento espontâneo, cuja conquista, ocupação e povoamento, teve a centralidade da guerra real e de seu imaginário”<sup>57</sup>, Dessa maneira, o governo português funda a Colônia do Sacramento, em 1680, visando novas oportunidades comerciais. Mas é apenas no século XVIII que o governo português dá início à ocupação efetiva do Rio Grande de São Pedro com a criação de um forte em Rio Grande, em 1737, com objetivo meramente geopolítico já que: “o Sul era a porta de entrada natural para um possível ataque castelhano ao Brasil”<sup>58</sup>. O povoamento do Rio Grande do Sul, de acordo com José Iran Ribeiro, visava “garantir a defesa do território contra as invasões estrangeiras e assegurar para Portugal o domínio do Prata”<sup>59</sup>.

Segundo Tau Golin, a primeira expedição naval significativa de exploração ao Rio Grande, foi feita por Silva Pais, no

dia 19 de fevereiro de 1737 se constituiu em uma data fundante do longo processo de ocupação espontânea e semioficial. As 410 pessoas<sup>13</sup> ingressaram no canal nas galeras Leão Dourado e Bonita, no bergantim Bichacadella e na balandra de El-Rei. Fundearam na margem meridional e desembarcaram na costa do rancheiro e fortim de Cristóvão Pereira. Oficialmente, “254 homens, além de cinco marinheiros, algumas pessoas e escravos [...] ficaram em terra” Na relação, o contingente inaugurante e formado por um Comissário de Mostras, um Tesoureiro da Real Fazenda e seu ajudante, três capitães, três alferes, sete sargentos, 90 soldados infantes do Rio de Janeiro, 56 soldados infantes da Bahia, 37 soldados dragões, 37 soldados artilheiros e diversas praças.

Em sua gênese, o Rio Grande nascia como a mais complexa representação do Brasil, o laboratório espacial para a mistura formativa de seu futuro povo, com mamelucos, cafusos, índios de várias nações, mestiços de outras

<sup>57</sup> GOLIN, Tau. A centralidade da guerra e a ocupação luso-brasileira do Continente do Rio Grande de São Pedro. Artigo. p. 1.

<sup>58</sup> ZARTH, Paulo Afonso. Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. p. 50.

<sup>59</sup> RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: Os Milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2001, p. 21-22.

misturas regionais, adensados como baianos, lagunenses, paulistas, fluminenses, negros, com alguns representantes portugueses. Na sua maioria eram indivíduos da mobilidade bandeirante, das entradas e das expedições, das guerras coloniais. Gradativamente, equalizariam seus fenótipos nas relações múltiplas. Formariam um povo de muitas tonalidades como se o pigmento de bronze catalisasse seus corpos. O modo de vida seria o império da identidade continentina em formação. As demais levas de povoadores fortaleceriam a matriz mestiça<sup>60</sup>.

Nesse contexto então, nascia um povo com cultura complexa e, plenamente miscigenado. E, “a guerra constituiu o evento fundante, pois sustentou a territorialidade, fez a transposição de populações das regiões brasileiras, açorianas, africanas e europeias, de cujos pilares flexíveis da mestiçagem se desenvolveu o imaginário identificativo de uma região de destino”<sup>61</sup>.

A dominação portuguesa do espaço territorial sulino foi legitimada através do princípio do *uti possidetis*, “pensamento que, ao defender o domínio a partir da ocupação efetiva das terras, orientou a expansão portuguesa”<sup>62</sup>. De acordo com José Iran Ribeiro, “Diferentemente dos espanhóis, a política expansionista lusitana pretendia garantir através das doações a posse efetiva das terras cada vez mais ao ocidente. Assim, ao mesmo tempo que alguém recebia terras garantia o alastramento das posses portuguesas adentrando no território em disputa”<sup>63</sup>. Sendo assim, a grande quantia de terras distribuídas estava de acordo com os projetos expansionistas do governo imperial.

Podemos definir a região Sul a partir do aspecto militarizado e pelo seu processo de ampliação territorial. Considerando ainda,

A inclusão, manutenção e ampliação do território do Rio Grande do Sul, no Brasil meridional, teve a sua amarração na vitória luso-brasileira de 1776 sobre as tropas espanholas, como parte de um processo de conflito geopolítico de 1763 a 1778. A guerra da *reconquista* consagrou o esteio dos movimentos espontâneos de penetração, na instalação do primeiro enclave de Rio Grande de São Pedro, em 1737; a intrusão no oeste missioneiro entre 1754 e 1757, com a fixação da Fronteira do Rio Pardo; e, por fim, a base de organização militar e povoamento, para a conquista das Missões e as

<sup>60</sup> GOLIN, Tau. A centralidade da guerra e a ocupação luso-brasileira do Continente do Rio Grande de São Pedro. Artigo. pp. 7-8.

<sup>61</sup> GOLIN, Tau. A centralidade da guerra e a ocupação luso-brasileira do Continente do Rio Grande de São Pedro. Artigo. p. 1.

<sup>62</sup> REICHEL, Heloisa; BANDIERI, Susana. Redescobrimdo as fronteiras. A sobrevivência histórica das regiões no processo de construção estatal do Brasil e da Argentina. In: REGUERA, Andrea; HARRES, Marluza (Orgs.) Da região à nação. São Leopoldo: Oikos, 2011, pp. 17-48. p. 21.

<sup>63</sup> RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: Os Milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2001, p. 15.

sustentações das fronteiras do Chuí, lagoa Mirim, Jaguarão, rios Santa Maria-Ibicuí e rio Uruguai, em 1801<sup>64</sup>.

Contudo, a partir de 1777, houve a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, devido ao “esgotamento da capacidade militar das Coroas ibéricas”<sup>65</sup>, fazendo com que um período de paz se fizesse ecoar no território rio-grandense, favorecendo a expansão da agricultura e da pecuária.

Um dos principais produtos agrícolas do Rio Grande do Sul e que inseriu os rio-grandenses no mercado interno brasileiro foi o trigo, tendo se tornado principal produto de exportação, desde meados de 1730. Segundo Fábio Kuhn, a atividade tritícola resultou no “enriquecimento e ascensão social de alguns açorianos”<sup>66</sup>. Contudo, seu auge ocorreu entre os anos de 1787 e 1815, ainda que em 1748 tenha alcançado “220.300 alqueires” e em 1815, “228.477 alqueires”<sup>67</sup>, entrando “em decadência a partir de 1820”<sup>68</sup>.

Já a pecuária teve praticamente três fases: a “primeira caracterizada pela preia do gado selvagem, ou seja pela verdadeira caça aos animais soltos no campo”<sup>69</sup>, que se deu até meados de 1730. Sendo que o “gado foi a riqueza que viabilizou economicamente a ocupação europeia, a partir do século XVIII, e deu origem a uma poderosa classe de latifundiários dedicados à pecuária”<sup>70</sup>. Isso foi possível devido à facilidade do desenvolvimento do gado no Sul, em “função das características favoráveis do território, coberto por vastas campinas com boas pastagens naturais. [...] Naturalmente, o gado espalhou-se pelas áreas de campo nativo, nas quais seriam estabelecidas as primeiras fazendas pastoris”<sup>71</sup>.

A segunda fase inicia-se com o esgotamento dos rebanhos, acarretando na criação das estâncias, consistindo no “estabelecimento rural que se dedicava à criação de bovinos, equinos, muares e ovinos, tendo geralmente a extensão de uma ou mais sesmarias, com boa

---

<sup>64</sup> GOLIN, Tau. A centralidade da guerra e a ocupação luso-brasileira do Continente do Rio Grande de São Pedro. Artigo. p. 1.

<sup>65</sup> COMISSOLI, Adriano. A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2011, p. 49.

<sup>66</sup> KUHN, Fábio. Breve História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002. p. 65.

<sup>67</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 16.

<sup>68</sup> KUHN, Fábio. Breve História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002. p. 65.

<sup>69</sup> KUHN, Fábio. Breve História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002. p. 66.

<sup>70</sup> ZARTH, Paulo Afonso. Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. p. 51.

<sup>71</sup> ZARTH, Paulo Afonso. Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. p. 51.

pastagem e aguada”<sup>72</sup>. Segundo Maria Medianeira Padoin, a sesmaria foi a origem da estância e da propriedade privada de grande extensão. Eram concedidas a partir de

doação oficial e governamental através da Carta Régia, a título gratuito, por merecimento, até a Lei de 1822, para, por exemplo, militares, sacerdotes, e tropeiros. [...] era a forma de garantir a ampliação do Império português através da posse e povoamento das terras do sul, estendendo-se à Bacia do Prata<sup>73</sup>.

A partir de 1822, cessaram-se as doações de sesmarias, no entanto as concessões de terras continuaram a ser realizadas pelos comandantes militares, prática essa recorrente às forças militares no Estado<sup>74</sup>. Ou seja, mesmo após o fim das doações, as distribuições de terras continuaram a ser feitas, estando diretamente ligadas a estancieiros militares que dominavam a região. A questão referente a conflitos de terras, à prática de doações e ao poder dos comandantes só diminuiu com a “Lei de Terras (1850) e a atuação mais efetiva, a partir de 1860, dos juízes comissários, cargo criado por aquela legislação”<sup>75</sup>.

De acordo com Moacyr Flores o autor Dante de Laytano após exaustivo processo de análise da propriedade da terra, defende a ideia de que “a estância era o alicerce da economia rio-grandense”<sup>76</sup>. Tal teoria vai ao encontro da opinião de Maria Medianeira Padoin, de que a “estância foi a base da estrutura econômica e social da sociedade rio-grandense, fundamentada nas relações de compadrio e mando sustentadas pela posse da terra, de gado e escravos e pelas atividades de cunho militar, especialmente na região fronteira da campanha”<sup>77</sup>.

A terceira fase da produção pecuária se dá com as charqueadas, sendo ela o “estabelecimento que industrializa a carne de gado abatido, os magarefes cortam-na em mantas que são salgadas e secas ao sol. O charque é uma das formas mais primitivas e rústicas

<sup>72</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 13.

<sup>73</sup> PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: companhia Editora Nacional, 2001, p. 79.

<sup>74</sup> Nas primeiras décadas do século XIX, era comum a prática de conceder terras e presas de guerras como incentivo para que homens ingressassem nas forças militares.

<sup>75</sup> FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira do Brasil(1825-1865)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010, p. 182.

<sup>76</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

<sup>77</sup> PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: companhia Editora Nacional, 2001, p. 79.

de conservação de carne”<sup>78</sup>. A partir da fundação das charqueadas elas tiveram papel predominante na economia rio-grandense, tendo um crescimento acelerado entre os anos de 1780 a 1820, quando passa a ter concorrência com o charque platino. Segundo Comissoli, o “comércio, impulsionado pela carne salgada do charque e pelos couros assistiu significativo crescimento, atraindo para a região um contingente populacional sem precedentes”<sup>79</sup>. Ratifica-se o que Helen Osório fala sobre o aumento populacional nos anos de 1780 a 1805, que “duplicara, passando de 17.923 habitantes para 41.023, excluindo destes 4.000 vagos que se calculava existir naquele momento”<sup>80</sup>.

Nesse contexto, segundo Fabio Kuhn as

duas principais consequências do desenvolvimento da economia charqueadora foram a valorização do rebanho bovino e o aumento do número de escravos africanos, utilizados como mão-de-obra preferencial. Devido a sua localização estratégica, Pelotas passou a ser o grande centro de charqueador gaúcho. Entre outros motivos do sucesso das charqueadas pelotenses estava o fácil acesso aos rebanhos de gado e às vias de escoamento fluviais e marítimas (o porto de Rio Grande)<sup>81</sup>.

Pelotas era uma das cidades mais importantes da província, nela “localizavam-se mais de 300 negociantes, graças ao grande número de charqueadas situadas nos arredores. A vila se destacava pelo ativo comércio, luxo de casas, ruas bem construídas e intensa vida cultural”<sup>82</sup>. A cidade fazia parte do processo de organização político administrativa, que acarretou em:

Uma primeira rede de Vilas era criada em torno da fronteira, definindo um modelo de urbanização garantidor da posse do território conquistado do oeste. Entre 1803 e 1809, a Coroa portuguesa buscou um maior controle do continente organizando a justiça, o comércio, a instrução, as finanças, modelando a divisão administrativa da região na tentativa de melhorar sua estrutura política<sup>83</sup>.

<sup>78</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 14.

<sup>79</sup> COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2011, p. 49-50.

<sup>80</sup> Osório, Helen, *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*, São Leopoldo, Oikos, 2017. p. 152-155.

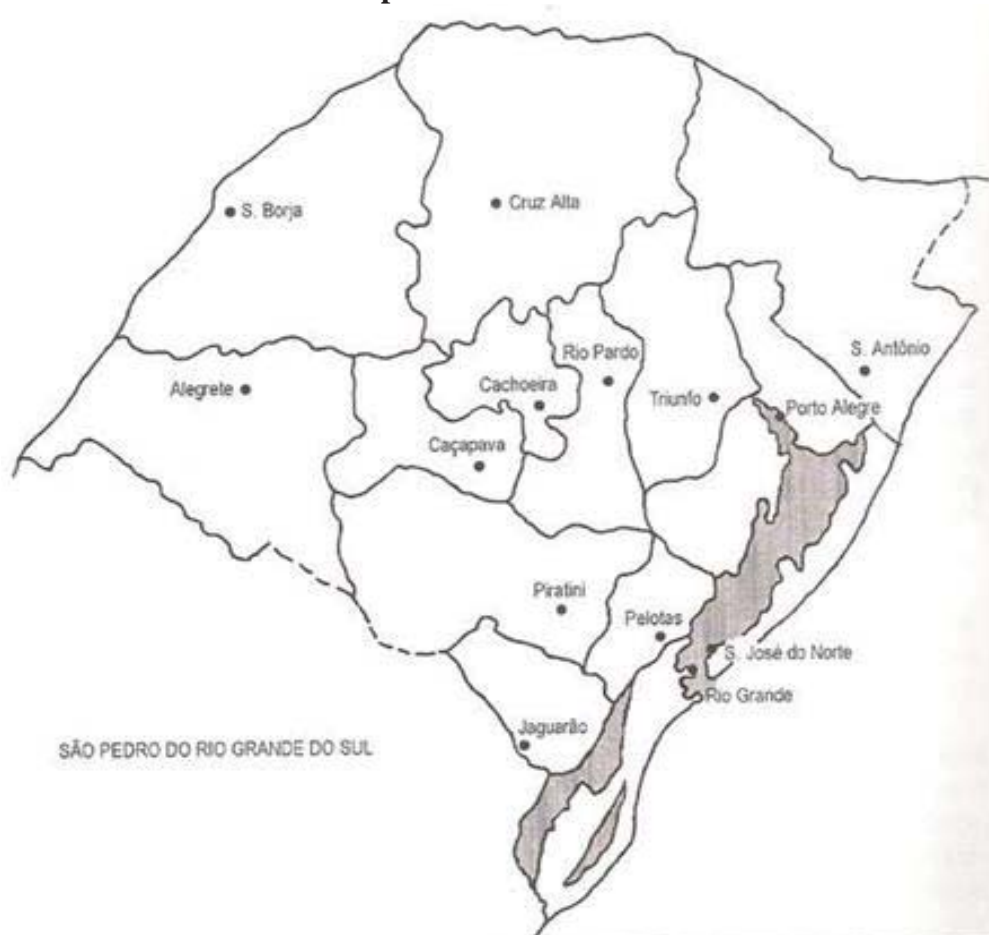
<sup>81</sup> KUHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002, p. 69.

<sup>82</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 10.

<sup>83</sup> RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: Os Milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2001, p. 14.

Segundo Moacyr Flores a Província do Rio Grande de São Pedro estava dividida em 14 municípios em 1834.

**MAPA 2 - Municípios do Rio Grande do Sul em 1834.**



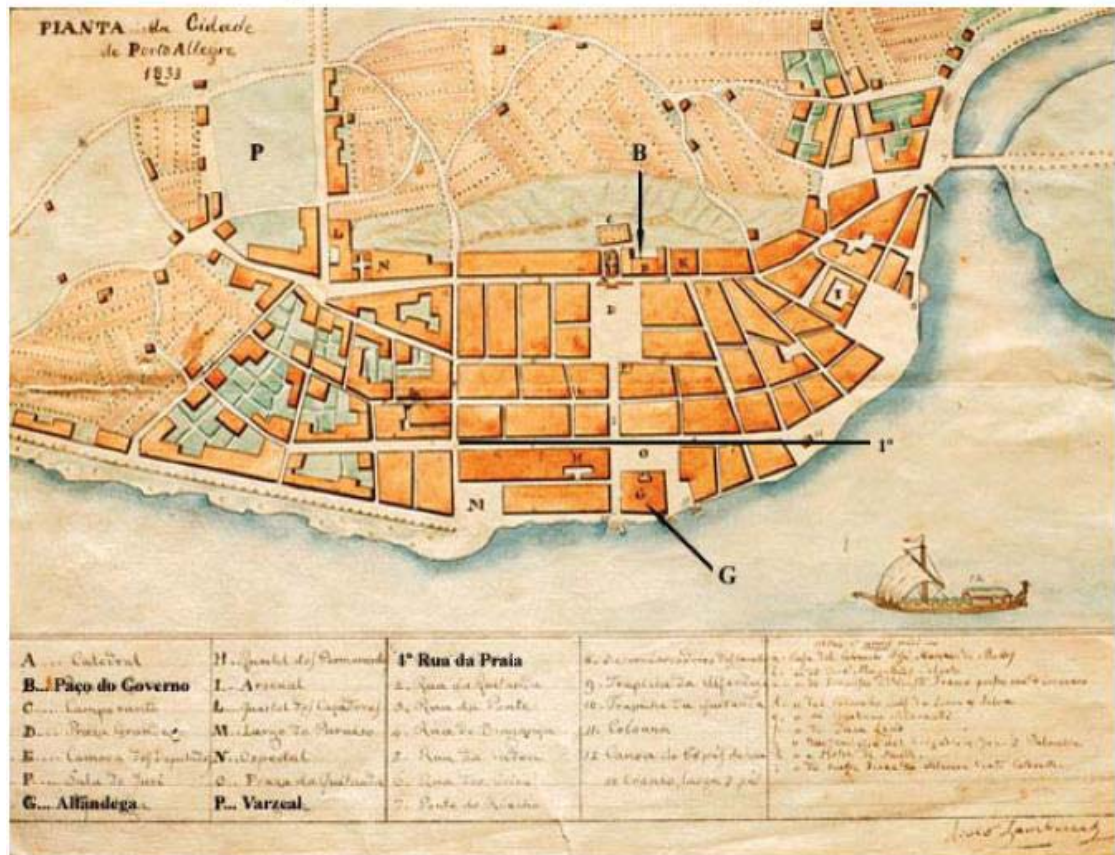
**Fonte:** FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 8.

As cidades mais importantes dos 14 municípios eram “Porto Alegre, Rio Pardo, Pelotas e Rio Grande”. Porto Alegre teria seu “desenvolvimento ao fato de ser a capital da província, abrigando grande número de funcionários civis, militares e eclesiásticos, consumidores de casas comerciais que estavam com excelente porto fluvial, localizado na confluência das águas dos rios Jacuí, Gravataí, Sinos e Caí”<sup>84</sup>.

<sup>84</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 9.



**MAPA 3 - Planta da cidade de Porto Alegre em 1833.**



**Fonte:** "Planta da Cidade de Porto Alegre (1833). Autor: Lívio Zambeccari. Acervo: Museo Del Resorgimento, Bologna, Itália. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (IHGRGS). **Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre (século XIX e início do século XX)**. Porto Alegre: IHGRGS, 2005 [CD-ROM]. Apud: BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercantis e agentes mercantis (1808-1850)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2011. p.169

Conquanto cada vila ou cidade dos 14 municípios eram de grande importância para a província. “Dentre estes espaços urbanos, das capelas, povoados, freguesias e vilas, havia, naturalmente, aqueles com maior importância que os demais”<sup>85</sup>. Dessa forma, destacamos neste momento outras duas cidades, sendo Rio Grande tida de acordo com Moacyr Flores, como “a porta de entrada da província, apesar das dificuldades de acesso à barra, que permitia apenas a entrada de embarcações de pequeno porte”<sup>86</sup>. A outra é Rio Pardo sendo considerada como polo “dos transportes da província; de todos os pontos do interior convergiam carretas e

<sup>85</sup> RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: Os Milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2001, p. 16.

<sup>86</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 10.

carretilhas, tropas de mulas e gente a cavalo, que faziam o transbordo para os veleiros e canoas que navegavam a Porto Alegre, seguindo pela Laguna dos Patos até Rio Grande”<sup>87</sup>.

Além da estância e das charqueadas, havia outros estabelecimentos rurais na província que eram as chácaras das quais são “pequenas propriedades rurais nos arredores das povoações, plantavam árvores frutíferas, hortaliças e legumes, criavam porcos, galinhas e vacas na forma de subsistência, tendo como base o trabalho escravo”<sup>88</sup>.

A estância era tida por alguns historiadores como sendo o alicerce da sociedade rio-grandense, independentemente da estrutura a que alicerçou a sociedade, essa realidade só se fazia presente para a elite, fazendo com que homens livres e pobres não tivessem os mesmos privilégios na sociedade rio-grandense; conforme Helen Osório, “O próprio ordenamento jurídico, a legislação das sesmarias, corroborou para a monopolização das terras. Apesar de a concessão ser gratuita, seus trâmites de obtenção eram muito custosos, inacessíveis e impraticáveis aos simples lavradores, sem vinculação com a administração colonial”<sup>89</sup>. Portanto, muitos homens pobres e livres não tinham posse formal da terra, na maioria das vezes encontravam-se marginalizados, assim como os escravos fugitivos, foragidos da justiça, quanto desertores do exército que se refugiavam nas regiões de matas e ervais.

Podemos dizer que a sociedade rio-grandense se alicerçou muito mais na exploração do trabalho escravo, já que a mão-de-obra foi primordial para o desenvolvimento da produção. “Historiadores e ideólogos dos grandes proprietários rurais procuram minimizar ao máximo a presença dos africanos na formação social do Rio Grande”<sup>90</sup>. Insinuam ainda que “Estancieiros, peões e escravos seriam quase iguais socialmente”<sup>91</sup>. Mas que na prática não era isso que acontecia, o escravo era tratado como uma mercadoria, passível de compra e venda, até mesmo porque temos algumas classificações do perfil e qualidade do escravo.

Os escravos classificavam-se como domésticos, de ganho, de lavoura e campeiro. O doméstico desempenhava funções na manutenção da casa, cozinhando, lavando, limpando, carregando água e dejetos. O escravo de ganho possuía profissão, como pedreiro, padeiro, sapateiro, mariola (carregador), boleiro, oleiro, entregando uma parte do seu ganho s seu senhor ou sendo por ele alugado. Utilizavam o negro de lavoura mais nas

<sup>87</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 10

<sup>88</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 15

<sup>89</sup> Osório, Helen, *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*, São Leopoldo, Oikos, 2017. p. 19.

<sup>90</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. p. 105.

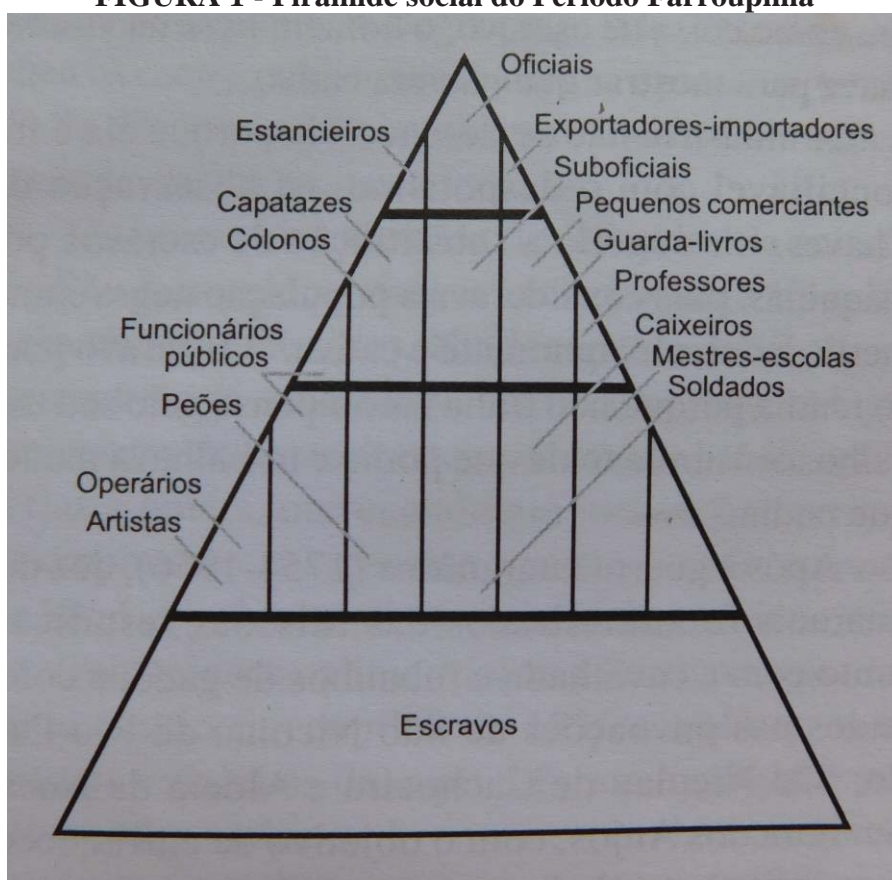
<sup>91</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. p. 105.



chácaras ao redor das cidades ou vilas, no cultivo de hortigranjeiros. O escravo campeiro trabalhava nas estâncias como peão, domador, tropeiro e até capataz. O pior lugar de trabalho era nas charqueadas, com jornada de trabalho e produção a ser cumprida<sup>92</sup>.

Desse modo, os escravos ou a mão-de-obra escrava eram a base da sociedade rio-grandense. Moacyr Flores apresenta uma pirâmide social elaborada a partir de anúncios e artigos de jornais da época em que apresenta o escravo negro como base da pirâmide social.

**FIGURA 1 - Pirâmide social do Período Farroupilha**



Fonte: FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, P.19.

Com referência a pirâmide social percebemos ainda que, tirando a base da sociedade que era escrava, as demais classes ou demais camadas eram ocupadas pelos grandes estancieiros ou proprietários de terras, “No ápice da pirâmide social colonial, localizavam-se os grandes proprietários de terras e de cativos. Eles eram habitualmente brancos, e não raro,

<sup>92</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 18-19.

portugueses natos. No sopé, encontram-se os cativos crioulos e africanos”<sup>93</sup>. Ainda temos a presença do militar, ocupando a segunda camada os soldados, a terceira, os suboficiais, e no ápice da pirâmide, os oficiais, assim como os estancieiros. Além do mais,

Esses grupos sociais mantinham-se na seção superior porque possuíam riquezas e poder. A conquista do território, com suas constantes lutas com o Prata e as Missões, gerou uma sociedade de guerreiros, que tinha na terra o símbolo da riqueza e da autoridade. Não podemos esquecer que, em seus primórdios, o Rio Grande do Sul formava uma comandância militar e seus principais centros de urbanos surgiram em decorrência de estratégia militar, à sombra de um forte, como Rio Grande e Rio Pardo. Porto Alegre era uma cidade fortaleza, murada e com postos de baterias<sup>94</sup>.

Essas características são de extrema importância para que se possa compreender a sociedade rio-grandense, não apenas em seus aspectos econômicos e políticos, mas sim em seu aspecto social. Porque tais estancieiros, comandantes militares tiveram liberdade de fazer o recrutamento, cujo sucesso dependia de sua posição militar e força de mando. Não apenas isso: também mantinham uma rede de espionagem, tanto no período colonial quanto no imperial.

Contudo, podemos salientar, ainda, que acostumados com a maior autonomia da região perante a metrópole; esses estancieiros e militares formaram a elite econômica do Rio Grande de São Pedro e, por meio de seus clientes e escravos, constituíram pequenos contingentes paramilitares que funcionaram como pequenos exércitos particulares, atuando no contrabando, no roubo do gado e no saque do inimigo<sup>95</sup>, quase sempre intocáveis e respaldados por suas relações de “poder”<sup>96</sup>.

De tal forma, é a partir desse contexto que se formou na sociedade rio-grandense o que Maria Medianeira Padoin, denominou de “estancieiro militarizado” que era

---

<sup>93</sup> MAESTRI., Mario. História e historiografia do trabalhador escravizado no RS: 1819-2006. In: LECHINI, Gladys (Org). Los estudios afroamericanos y africanos em America Latina: Herencia, presencia y visiones del otro. Córdoba: CLACSO, Cediciones, 2008, p. 55.

<sup>94</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 21-22.

<sup>95</sup> MUGGE, Miquéias H.; COMISSOLI, Adriano. Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2011.

<sup>96</sup> MUGGE, Miquéias H.; COMISSOLI, Adriano. Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2011. COMISSOLI, 2011

o caudilho rio-grandense: ou porque possuía cargo militar oficial ou pela contingência do contexto histórico espacial, onde este homem e sua força ou bando armado foram instrumentos importantes e eficazes nas lutas de fronteira para as conquistas territoriais da coroa Portuguesa e depois do Império do Brasil<sup>97</sup>.

Ainda de acordo com a autora, essa situação “propiciou que esses homens tivessem consciência de seu papel no cenário político brasileiro e garantiu-lhes a autoridade, o poder de mando e certa independência na administração e luta por seus interesses particulares”<sup>98</sup>. Décio Freitas tem uma outra denominação para os grandes proprietários de terras, o de “empresários-guerreiros”

Nesse processo de conquista, emergira como dominante a classe dos estancieiros – grandes proprietários de terras e gado. Eles controlavam a matéria-prima da indústria saladeril, a mais importante da região. Não apenas possuíam notável experiência militar, como também estavam em condições de arregimentar, rapidamente, forças irregulares, o que permitiu dizer-se que eram empresários-guerreiros<sup>99</sup>.

Tais características não surgiram de imediato no período estudado, mas vinham sendo conquistados ao longo dos anos pelos estancieiros militares. Exemplo disso foi a atuação de contrabandistas, que faziam parte da elite rio-grandense, como é o caso do mais notável contrabandista, Rafael Pinto Bandeira. Paulo Zarth traz representada essa classe de militares como “estancieiros-soldados”

Durante a guerra luso-espanhola pela posse do Rio Grande do Sul, os militares adquiriram grande prestígio e autonomia, à medida que faziam avançar as fronteiras portuguesas em troca, e como estímulo, ganhavam os campos conquistados. [...] Esse processo deu origem a uma poderosa classe de estancieiros-soldados que preocupava o próprio governo português, pelo poder que adquirira<sup>100</sup>.

<sup>97</sup> PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: companhia Editora Nacional, 2001, 2001, p. 79-80.

<sup>98</sup> PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: companhia Editora Nacional, 2001, p. 80.

<sup>99</sup> FREITAS, Décio. Farrapos: uma rebelião federalista. In: PESAVENTO, Sandra J.; DACANAL, José Hildebrando. *A Revolução Farroupilha: História e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. p. 115.

<sup>100</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. p. 59-60.

Até o presente momento, evidenciou-se como se desenvolveu a agricultura e a pecuária após a celebração do Tratado de Santo Ildefonso, bem como o papel da doação de sesmarias no desenvolvimento econômico da sociedade rio-grandense, embora acreditemos que a mão-de-obra escrava tenha sido importantíssima para esse desenvolvimento produtivo, em razão das variadas atividades desenvolvidas pelos escravos, nos diferenciados estabelecimentos rurais. Apesar disso, constatamos que as estâncias, os demais estabelecimentos rurais, as propriedades de terras, o meio de produção, a mão-de-obra são características da sociedade rio-grandense e estavam ligados ao desenvolvimento econômico e social da província de tal maneira, que qualquer mudança nessa estrutura poderia acarretar em problemas futuros.

### **1.3. EXÉRCITO E A GUARDA NACIONAL: O PODER DE RECRUTAMENTO DOS COMANDANTES MILITARES**

A questão militar, desde que os primeiros portugueses chegaram ao Rio Grande do Sul, fez parte do dia-a-dia das populações gaúchas. A própria situação regional fazia com que a população local se habilitasse para as lides da guerra. A fronteira ainda não estava consolidada, as disputas pelo gado e terras definiam-se nos combates, garantia-se a sobrevivência pelas armas. As ameaças de invasões externas, o incentivo e a presença das organizações militares fizeram a população gaúcha se organizar para defenderem-se, ao mesmo tempo que se mantinha a presença lusitana na região<sup>101</sup>.

As forças militares no Brasil desde o período colonial tinham uma organização tríplice. Havia forças de 1ª linha como efetivo profissional, que recebiam soldo, de tal forma que, quando se fala em exército, refere-se a essas topas de 1ª linha. As de 2ª linha eram chamadas de terços de auxiliares, que a partir de 1796 passaram a ser denominadas Milícias, sendo elas constituídas por habitantes locais que prestavam serviço militar por vontade própria, sem receber remuneração, e ainda com armas próprias, que poderiam sair de seu território, diferentemente das forças de 3ª linha, que eram chamadas de ordenanças, das quais

---

<sup>101</sup> RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: Os Milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2001, p 35.

seus membros não podiam sair de seus limites de moradia<sup>102</sup>. Esse contingente só era utilizado na falta de unidades de 1ª e 2ª linhas

Tal força de 3ª linha servia de reserva para o exército; sempre que fosse necessário eram acionados a prestarem serviço. A partir de 1831 houve uma mudança nesse processo, quando a Guarda Nacional passa a substituir as Milícias e as ordenanças. Com isso, “uma das grandes diferenças da Guarda Nacional em relação às antigas forças de 2ª linha era que ela não estaria subordinada ao exército de primeira linha”<sup>103</sup>, a não ser em casos específicos, como guerras ou grandes conflitos internos. Além disso o exército deixou de ser responsabilizado pela manutenção da ordem interna, passando a ser realizada pelos guardas nacionais, cada vez mais as tropas profissionais de 1ª linha eram empregadas apenas em situações de guerras, mesmo que tenham perdido seu contingente, de 30.000 para 14.342 homens<sup>104</sup>.

As medidas tomadas pelo Império tiveram origem na desconfiança das autoridades imperiais, com o contingente do exército profissional. Mesmo tendo um efetivo considerável, tinham medo de possíveis insurreições, porque grande número de seus oficiais eram portugueses. Podemos considerar ainda alguns outros pontos para que se esclareça a desconfiança do governo:

“Durante e depois da abdicação de D. Pedro I, em 1831, a possibilidade de restauração do Brasil como colônia de Portugal e os inúmeros tumultos em várias cidades brasileiras, onde se juntaram efetivos insubordinados e civis desordeiros, motivavam a desconfiança da elite política civil brasileira a respeito dos militares. Este receio em relação à tropa de 1ª linha, devia-se a incerteza de poderem ou não confiar numa instituição armada comandada por oficiais, em grande parte, portugueses de nascimento. Para se ter uma idéia da expressão dos portugueses no Exército brasileiro, basta considerar que, entre 1830 e 1831, dos quarenta e quatro generais em serviço no Exército Imperial, vinte seis haviam nascido na ex-metrópole e dezesseis eram brasileiros. Se a cúpula das forças armadas era pouco confiável aos olhos daquela elite política, menos ainda acreditavam na base do Exército, constituída por uma reunião forçada de indivíduos com pouca consideração social e potencialmente perigosos – eram negros, mulatos, pobres, na maioria das vezes, sem qualificação profissional”<sup>105</sup>.

<sup>102</sup> MUGGE, Miquéias H.; COMISSOLI, Adriano. *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 19.

<sup>103</sup> FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2007, p.170.

<sup>104</sup> SCHMITT; Anderson Marcelo. *"Não admitindo escusa alguma": confisco e recrutamentos na guerra civil rio-grandense (1835-1845)*. Dissertação de Mestrado, Passo Fundo: 2014, p. 95-96.

<sup>105</sup> RIBEIRO, José Iran. *"De tão longe para sustentar a honra nacional": Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2009, p. 41.

Dados esses fatores é que instituíram a Guarda Nacional, que deveria ser formada por cidadãos ativos (votantes e com renda mínima de 200\$000 ao ano), o que não era necessário nas forças profissionais. Ainda a guarda deveria “sustentar a ordem vigente e manter a integridade do Império, sob o comando das autoridades civis, como os juízes de paz, os presidentes de província, o ministro da justiça”<sup>106</sup>. Todo esse processo foi criado para servir de controle Local do Governo Imperial, diminuindo o poder do exército, além de ser uma instituição da qual apenas os cidadãos de bem poderiam participar, de tal forma que os indivíduos indesejáveis da sociedade sentavam praça no exército.

Contudo, mesmo após a criação da Guarda Nacional, o sistema militar continuou o mesmo, já que faziam parte desta as forças de 2ª e 3ª linhas, causando vários conflitos na província. O serviço da guarda era considerado menos perigoso ao mesmo tempo que conferia mais prestígio, com isso se alistavam mais para a guarda, e não para o exército profissional de 1ª linha. Mesmo com todo o esforço do Império para manter o controle local, a Guarda Nacional foi o maior contingente de praças a lutar na guerra ao lado dos farroupilhas e do exército. “Alguns pais alistavam seus filhos pequenos para a guarda, para que não fossem convocados para o exército” de tal forma que o recrutamento para o exército se tornou ainda mais difícil. Cada vez mais, considerando ainda que o recrutamento obedecia a uma série de isenções tais como:

as relativas aos homens casados, aos filhos únicos de lavradores ou um à sua escolha, aos empregados de determinadas profissões. Com esse critério, o recrutamento para as tropas de 1ª linha, que envolvia serviços permanentes e, muitas vezes, em áreas distantes dos locais de moradia, acabava por recair sobre os mais desfavorecidos na escala social, além de servir como punição para criminosos e desajustados. O poder de recrutamento ficava nas mãos dos comandantes militares locais, com grande margem de manobra para decidir entre os que se enquadravam ou não dentro do perfil dos que eram suscetíveis de serem chamados. Havia forte resistência ao serviço no exército. Muitos eram os que se evadiam, escondiam-se, ou buscavam contar com a proteção de familiares ou de patronos influentes<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> RIBEIRO, José Iran. *"De tão longe para sustentar a honra nacional": Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2009, p. 42.

<sup>107</sup> FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2007, p. 170.



Dessa maneira, percebemos a dificuldade que havia para recrutar contingente necessário para o exército, de tal forma que a carga do recrutamento recaia sobre os ombros dos comandantes militares. Percebe-se, também, que havia “relações de clientela entre os comandantes militares”<sup>108</sup>, e podemos caracterizar o clientelismo como: “cultura política fundamentada em relações pessoais e alicerçadas em trocas de favores, protagonizada por algum sujeito que detém o poder e concede a outrem quaisquer tipos de proteção/auxílio, para receber em troca fidelidade, apoios políticos e lealdades pessoais”<sup>109</sup>. Buscavam com isso, na maioria das vezes, isenção do serviço militar. Afinal

“Ao mesmo tempo, estes senhores dependiam da criação das redes para garantir seus status de lideranças locais. A troca de favores por obediência se mantinha ao menos até que uma das partes quebrasse a união de interesses recíprocos. Aos que deviam obedecer, manter a fidelidade e assim o faziam, a proteção possível; aos que cabia mandar e atender as necessidades da sua clientela, e assim procediam, o poder. Mas se os primeiros deixassem de se submeter às autoridades, o recrutamento era uma das punições possíveis; se os segundos deixassem de proteger sua clientela, o castigo era a diminuição do poder e da influência”<sup>110</sup>.

Tais ações eram comuns na sociedade rio-grandense; quem detivesse o poder de mando determinaria quem seria recrutado ou isentado. Eram comuns também as “relações familiares em que estavam inseridos esses senhores demonstra que mesmo aqueles que jamais ocuparam altos postos marciais costumavam ter um parente próximo”<sup>111</sup>, facilitando as relações de compadrio na província. “A lógica do recrutamento militar refletia muito claramente as hierárquicas estruturas de poder, de sociabilidade, dos arranjos econômicos, enfim, da estrutura hierárquica da sociedade brasileira até o final do Império”<sup>112</sup>. Com isso, podemos afirmar que havia uma distinção social muito grande entre quem tinha força de mando militar e política dos que apenas serviam no exército, e na Guarda Nacional, mesmo

---

<sup>108</sup> FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2007, p. 170-171.

<sup>109</sup> MUGGE, Miquéias H.; COMISSOLI, Adriano. *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 193.

<sup>110</sup> RIBEIRO, José Iran. *“De tão longe para sustentar a honra nacional”*: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, 2009, p. 13.

<sup>111</sup> FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2007, p. 169.

<sup>112</sup> RIBEIRO, José Iran. *“De tão longe para sustentar a honra nacional”*: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2009, p. 7.

que esta última configurasse mais status social, caracterizando então três patamares sociais. Com isso, o serviço do exército sempre recaía sobre os mais desfavorecidos já que:

Os homens bem nascidos que se dirigiram à vida militar não ingressavam como praças e soldados, a qualidade social atribuída a seu nascimento lhes garantia a inserção em postos de comando, fazendo com que as forças regulares reprisassem a hierarquia da sociedade. Era virtualmente impossível que um praça humilde galgasse posições até o alto oficialato<sup>113</sup>.

O alto oficialato era composto então por: “alféres, tenentes, capitães, tenentes-coronéis, coronéis, brigadeiros e marechais”<sup>114</sup>. E quem compunha as forças do exército eram os homens pobres, libertos, criminosos entre outros, já que em tempos de guerra eram necessários muitos homens, justificando o recrutamento de negros e escravos, tanto nas forças legais, quanto como lanceiros, mesmo que tal ato provocasse desentendimentos dentro da tropa, “pois o alistamento não podia se valer dos membros indesejados da sociedade”<sup>115</sup>, principalmente negros libertos e escravos.

Portanto, para que se pudesse arrematar efetivo para as tropas de 1ª linha eram necessários todos os meios possíveis para o recrutamento, mecanismos de aliciamento, negociações e até mesmo coação. Com isso, crescia ainda mais a importância dos comandantes militares encarregados dessas atividades, em que conseguir homens e armas tornou-se um sinal de prestígio e poder para eles. Isso ligado ao “cabedal político e militar” dos comandantes, o qual determinava a manutenção das relações de reciprocidade e confiança entre comandantes e comandados. Sendo assim, devemos levar em consideração que o prestígio de um comandante dependia do cabedal militar que ele possuísse:

este era formado exatamente por sua capacidade de conseguir homens, cavalos, suprimentos, por seu conhecimento das guerras do sul, por suas relações com lideranças platinas. Um cabedal militar sólido embasava o grau de autonomia relativa desses comandantes, ou seja, suas possibilidades de

---

<sup>113</sup> COMISSOLI, Adriano. *Espadas e penas*: o papel dos comandantes de fronteira nos circuitos de comunicação política da capitania do Rio Grande de São Pedro (século XIX). In: *Postais: Revista do Museu Correio*. Brasília: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Departamento de Gestão Cultural, 2014, p. 15.

<sup>114</sup> COMISSOLI, Adriano. *Espadas e penas*: o papel dos comandantes de fronteira nos circuitos de comunicação política da capitania do Rio Grande de São Pedro (século XIX). In: *Postais: Revista do Museu Correio*. Brasília: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Departamento de Gestão Cultural, 2014, p. 16.

<sup>115</sup> FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais*: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2007, p. 172.



posicionar-se nas guerras e alianças instáveis do sul, de se tornar um aliado desejável para os lados em luta, de poder negociar sua entrada nas guerras de forma que considerasse mais adequada e vantajosa<sup>116</sup>.

Sendo assim, um dos comandantes militares a ser abordado nesta pesquisa é Bento Manuel Ribeiro, já identificado como um dos agentes envolvidos no recrutamento e na manutenção dos núcleos de bombeiros na província. Tal fator é justificável pelo seu cabedal militar, que além de conferir certo grau de autonomia, “permitiu a Bento Manuel trocar de lado três vezes, ao longo da revolução e, mesmo assim, continuar tendo sua chegada comemorada por cada um dos lados para o qual ele pendia”<sup>117</sup> (iremos tratar especificamente de tal comandante mais à frente). Dessa forma, o Cabedal Militar dos comandantes influía diretamente nas relações sociais, e podemos considerar ainda que:

“Nesse contexto, os comandantes militares possuíam grande poder e reconhecimento social. Eles tinham ingerência sobre doações de terras, repartição de gado, recrutamento de combatentes, abastecimento das tropas, passagem de animais e mercadorias pela fronteira, além da política regional. Todos estes fatores tinham implicações diretas na economia pecuária e na vida social<sup>118</sup>.

Os poderes dos comandantes, com o tempo, foram diminuídos, no entanto não desapareceram e seguiram influenciando a economia e a reprodução da hierarquia social vigente. Segundo Luís Augusto Farinatti,

a influência dos comandantes militares na solução de conflitos, e sua ingerência informal, na garantia dos direitos sobre a terra, devem ter continuado ativas, ao menos, até meados do século. Isso em se tratando de épocas de paz, porque nos períodos de guerra aberta seus poderes se ampliavam para vários outros setores da sociedade<sup>119</sup>.

---

<sup>116</sup> FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2007, p. 179-180.

<sup>117</sup> FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010, p. 231.

<sup>118</sup> FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2007, p. 167.

<sup>119</sup> FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010, p. 225.

Na sociedade sul rio-grandense, ser um “oficial militar” significava muito, de tal forma que lhe conferia reconhecimento social, prestígio e poder. Contudo, isso se dava também a partir da capacidade do comandante de: “vencer as guerras, de valer a seus protegidos e de ser útil ao governo”<sup>120</sup>. Contavam também para o prestígio do comandante a sua trajetória militar e o conhecimento estratégico; isso embasava o grau de autonomia desses comandantes. Tal distinção social, conferida aos comandantes militares, acompanhava-os mesmo após o fim do serviço militar. Podemos afirmar o referido reconhecimento devido à prática de “integrar a patente militar ao nome do sujeito, como uma espécie de título. A constatação vale não apenas em documentos de ordem militar, mas nos mais diversos registros produzidos como menções da Câmara Municipal, inventários post-mortem e registros eclesiásticos”<sup>121</sup>.

Esse fato era ainda mais concreto no Rio Grande do Sul, de acordo com Luís Augusto Farinatti, sendo assim especifica-nos melhor como e dava essa situação:

A praxe nos documentos oficiais era a de explicitar a patente do sujeito sempre que se fosse referir seu nome. E isso não apenas em correspondências militares ou administrativas, mas também em escrituras públicas, contratos, inventários post mortem, processos criminais, ações cíveis. Quem comprava um campo não era Bento Manoel Ribeiro, mas o Brigadeiro Bento Manoel Ribeiro. Quem fazia um testamento não era José Antônio Martins, mas o Coronel José Antônio Martins. Brigadeiro, Coronel, Major, Capitão eram expressões que traziam, implícitas, uma história de reconhecimento por parte de instâncias superiores quanto ao valor e às qualidades da pessoa, e também traziam a suposição quanto às possibilidades que tais senhores tinham de proteger seus aliados. Ao invés de uma designação “profissional” das forças armadas, eram formas de expressar um modo de hierarquização social, construído a partir dos cabedais militares de cada um<sup>122</sup>.

Foi esse cabedal político e militar que permitiu sustentar a insurreição durante dez anos contra o Governo Imperial, na Guerra dos Farrapos, principalmente pelo cabedal militar implícito na figura do comandante Coronel Bento Gonçalves da Silva. Por mais que os

---

<sup>120</sup> FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2007, p. 179-180.

<sup>121</sup> COMISSOLI, Adriano. *Espadas e penas: o papel dos comandantes de fronteira nos circuitos de comunicação política da capitania do Rio Grande de São Pedro (século XIX)*. In: *Postais: Revista do Museu Correio*. Brasília: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Departamento de Gestão Cultural, 2014, p. 15-16.

<sup>122</sup> FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2007, p. 179-180.

rebeldes tenham aceitado a anistia do Império, com a assinatura do “tratado de paz” de Ponche Verde, eles ainda puderam negociar os termos do tratado da forma que considerassem mais adequada e vantajosa.

Temos a considerar ainda que:

No caso dos rebeldes, a estrutura de postos da Guarda Nacional e do próprio Exército foi a base utilizada para a organização das forças insurgentes. Acrescenta-se a estes homens uma experiência belicosa adquirida na prática sobre a uma região fronteiriça há muito disputada. Para estas elites, exercer poderes militarizados na fronteira constituiu, muitas vezes, um elemento de vantagem em relação àquele exército imperial que se formava e estruturava em meio aos conflitos<sup>123</sup>.

Contudo, os comandantes militares, além dos fatores já mencionados, eram responsáveis por manter suas tropas, mantendo o bem-estar de seus homens, não deixando que lhes faltasse nada, dessa maneira mantendo a boa vontade da tropa, mediante confiança em seu comandante. “A relação entre líder e o liderado funcionava na base da troca de favores”<sup>124</sup>, com isso os comandados sentiam-se recompensados, e além de servirem nas tropas regulares, serviam ao seu comandante, sendo leais a eles ou às causas defendidas. Essas relações de cooperação e confiança faziam com que mais homens aderissem ao serviço militar.

---

<sup>123</sup> CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteiras da Liberdade: Experiências Escravas de Recrutamento, Guerra e Escravidão: (Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2013. p. 111.

<sup>124</sup> MUGGE, Miquéias H.; COMISSOLI, Adriano. *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 31.

## CAPÍTULO II

### O SÍTIO A PORTO ALEGRE (1835-1838)

Neste capítulo, buscamos compreender o período inicial da Guerra dos Farrapos, o qual se inicia no ano de 1835 com a insurreição de uma parcela dos caudilhos rio-grandenses e vai até o ano de 1838, momento em que cessam as investidas à cidade de Porto Alegre pelos farroupilhas. Para que possamos entender, nesse contexto de belicosidade, a influência dos agentes de informação na Guerra dos Farrapos.

Mas é destinado, principalmente, a tratar de espionagem, distinguindo os agentes de informação do período estudado daqueles do período anterior. Dessa maneira, distinguiremos os diferentes agentes definindo suas atividades, bem como os mesmos foram utilizados no processo de obtenção de informações, para ambos os lados envolvidos na Guerra dos Farrapos.

Quais eram as funções dos agentes de informação, na busca por informação, e como se faziam úteis pelos comandantes das tropas e oficiais de alta patente do exército?

#### **2.1 PRIMEIRA FASE: PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE**

Para entendermos como se deu a atuação dos agentes de informação na Guerra dos Farrapos, devemos entender a própria guerra. Não podemos analisá-la simplesmente como um fato isolado de insurreição da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. O período regencial no Brasil foi marcado por inúmeras revoltas provinciais liberais, as quais erguiam como estandarte as reivindicações da elite regional. Em poucos casos, o movimento se deu pela insurreição da camada rica da população.

Como já vimos no capítulo anterior, a região Sul foi marcada por conflitos bélicos, acarretando na sua militarização, consolidando as figuras dos senhores de estância, sendo esses os grandes proprietários de terras, escravistas, com uma rede clientelista ao seu redor e normalmente ligados ao exército, as milícias (posteriormente também ligados à Guarda Nacional). Sabemos que primeiramente, dedicar-se-ão a roubar gado da banda oriental e das missões, e posteriormente, dedicar-se-ão, principalmente, à criação de gado (vacum, cavalari e

muar) e à fabricação de charque<sup>125</sup>. Esses estancieiros acostumados com a maior autonomia das regiões perante a metrópole, formaram a elite econômica do Rio Grande de São Pedro do Sul.

Ainda sobre os anos do pós-independência, podemos dizer que as medidas imperiais não agradaram a vários grupos políticos de diferentes regiões do país.

Assim, os anos regenciais testemunharam uma explosão de insatisfações das elites, de norte a sul do vasto território imperial. No caso do Rio Grande do Sul, as elites sulinas que se sublevaram desejavam maiores benefícios econômicos e mais autonomia política em relação ao poder central da Corte. Desejavam privilégios comerciais, sobretudo em relação aos países platinos, seus concorrentes econômicos (e muitas vezes, aliados políticos)<sup>126</sup>.

Podemos definir, então, que a “tributação do Império sobre os produtos sul-rio-grandenses sempre foi considerada a causa dos males da economia da Província”<sup>127</sup>. No entanto, o descontentamento dos rio-grandenses se dava por diversos motivos, um deles era de que nenhuma das suas reivindicações foi ouvida pelo governo imperial, ou seja, continuaram atendendo às necessidades do império no Prata, sem que lhes fossem restituídos os prejuízos sofridos com a mobilização das forças e dos recursos na Guerra Cisplatina de 1825. Mas, de acordo com Moacyr Flores, mesmo prejudicados, “a Província contribuía com grande parte da arrecadação do Império e quase nada lhe revertia, criando uma situação em que os requerimentos de impostos fortaleciam o sentimento de revolta contra o governo central”<sup>128</sup>.

Devemos mencionar mais especificamente como motivações econômicas o aumento do imposto sobre a produção do charque no Estado<sup>129</sup>, pois ele era importado do Uruguai a preços mais baixos, além das políticas centralizadoras do Império, sendo mais um dos motivos do conflito que durou dez anos: “As estatísticas abrangendo todos os impostos e taxas sobre o charque demonstravam que os rio-grandenses pagavam 25 por cento mais do

<sup>125</sup> KUHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

<sup>126</sup> CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteiras da Liberdade: Experiências Escravas de Recrutamento, Guerra e Escravidão: (Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2013. p. 110-111.

<sup>127</sup> RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: Os Milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2001, p. 31.

<sup>128</sup> RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: Os Milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2001, p. 30.

<sup>129</sup> LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

que o valor original, enquanto que seus competidores platinos pegavam somente uma taxa de exportação de 4 por cento”<sup>130</sup>.

No entanto, conforme Moacyr Flores, existiram outros fatores para a eclosão da guerra além do aumento do imposto sobre o charque. Um desses fatores foi referente à criação de mulas, que por serem animais de força extraordinária eram muito valorizados no Brasil e era exclusividade do Rio Grande de São Pedro do Sul, sendo o “gado muar um dos principais gêneros contrabandeados”<sup>131</sup>. Porém, “um dos primeiros atos da Regência foi o de anular esse privilégio, permitindo que outras províncias criassem muares”<sup>132</sup>. Portanto, os estancieiros perdem um monopólio extremamente lucrativo. Entretanto, para Moacyr Flores, o motivo de maior vulto que vai resultar na revolta dos farrapos é o plano do Presidente da Província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga, de criar um imposto sobre a terra, o que revolta os caudilhos devido ao seu caráter latifundiário.

Dentre as várias interpretações para as motivações do início do conflito com a tomada de Porto Alegre, temos a que advém de Luis Augusto Farrinatti (2007, p. 186-187), interpretando “que o estopim para a deflagração da revolta, em 1835, contra o Presidente da Província, foram as destituições sofridas por Bento Gonçalves do Comando da Fronteira de Jaguarão (no extremo sul), e por Bento Manoel Ribeiro do Comando da Fronteira de Alegrete (no oeste)”, em 1834, por Sebastião Barreto, o então Comandante das Armas. Farinatti ainda considera que as destituições sofridas sejam devido às suas relações dos comandantes:

Bento Manuel Ribeiro, Comandante da Fronteira de Alegrete, como de hábito, oscilava entre os dois pólos, tendendo mais para Rivera. Essa independência de atitude dos comandantes regionais contribuía para que eles se tornassem perigosos para a estabilidade dos interesses imperiais. O presidente da província, Antônio Fernandes Braga, havia sido aliado de Bento Gonçalves, mas eles acabaram por se afastar em razão das ações de Bento em apoio a Lavalleja, das suspeitas de sedição que lhe recaíam e da tendência cada vez mais conservadora que o governo de Braga ia tomando. Em 1834, Sebastião Barreto, que era o Comandante das Armas nomeado por Braga, retirou os dois Bentos dos seus respectivos comandos de Fronteira<sup>133</sup>.

<sup>130</sup> LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

<sup>131</sup> GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. 2002.p. 47.

<sup>132</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. P.15

<sup>133</sup> FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2007. p. 73.

Isso implica não apenas as questões econômicas e políticas no seio do conflito, mas também questões que impõem reconhecimento social dos comandantes militares. Para Varela, tanto Bento Gonçalves, quanto Bento Manuel foram os grandes nomes do movimento farrapo: “Bento Manuel (sinto que o futuro não há de desmentir as minhas palavras) quando se tiverem extinguido de todo as paixões que a revolução acendeu, que se perpetuaram e que ainda vivem, a de ser um dos vultos mais ilustres e mais nobres da nossa história, capaz de ombrear com Bento Gonçalves”<sup>134</sup>.

A motivação para um conflito armado poderia, então, ter nascido do sentimento de afronta à honra desses comandantes militares, que eram tão bem quistos na sociedade, além de eles terem sido destituídos de cargos importantes, dos quais mantinham sua influência como comandantes rio-grandenses. Dessa forma, não apenas a região Sul era uma preocupação para o governo central, como também a autonomia dos comandantes militares na região e suas relações com líderes platinos, fazendo com que fossem vistos como um perigo para a estabilidade do império.

A partir desses fatores, os ânimos acirraram o conflito entre charqueadores, estancieiros e o governo central. No dia 20 de setembro de 1835, os farroupilhas pegaram em armas e se puseram a fazer cerco à cidade de Porto Alegre.

“A facilidade com que o partido farroupilha adonou-se de Porto Alegre em 20 de setembro de 1835, pondo em fuga o Presidente da Província Fernandes Braga, autorizaria supor uma longa duração de seu predomínio. Mas desde logo ficou claro que não havia unidade entre os novos donos do poder e que, bem ao contrário, sérios dissídios reinavam entre eles. Tais divergências se manifestaram sobretudo em dezembro, quando a maioria da Assembléia Legislativa resolveu negar posse ao novo Presidente da Província indicado pelo ministério liberal da Regência, o rio-grandense José de Araújo Ribeiro. Desde logo houve um grupo que discordou dessa resolução e que, a partir daquele instante, abandonou o movimento. Foi esse o caso de Bento Manuel Ribeiro em sua primeira virada de posição. Mais adiante ele tornaria a aderir à rebelião e subsequente a abandoná-la, numa versatilidade quase incompreensível”<sup>135</sup>.

A cidade entra em pânico devido à ameaça farroupilha, e Antônio Rodrigues Fernandes Braga embarca junto com a sua família em uma escuna e se dirigem a Rio Grande,

---

<sup>134</sup> VARELA, Alfredo Ferreira Rodrigues. *Bento Manuel Ribeiro: seu papel na revolução, sua coerência e independência de caráter*. Rio Grande: Oficinas da livraria americana, 1906, p. 39.

<sup>135</sup> Franco, Sérgio da Costa. *Porto Alegre Sitiada (1836-1840): um capítulo da Revolução Farroupilha/* Sérgio da Costa Franco - Porto Alegre: Sulina, 2000. p. 21.



que será a base logística do Império durante o domínio de Porto Alegre. No entanto, segundo Tau Golin, a movimentação dos farroupilhas, que se rebelaram contra o governo imperial eram minoria considerando os dados populacionais.

Mesmo com as imprecisões dos censos, a demografia regional oscilava entre 250 mil até 400 mil pessoas. Do ponto de vista militar, os farroupilhas raramente chegaram a cinco mil arregimentados. Em um paradigma referencial, eram minoria mesmo! Considerando a flexibilidade estatística, recrutaram de 1,25% a 2%. Por indicadores otimistas, poderiam chegar à simpatia de 10% da população, enquanto todas as cidades importantes, especialmente Porto Alegre, se alinharam com o projeto de surgimento recente do novo país chamado Brasil, depois de mais de três séculos de colonização. Todas as tentativas de tomadas das cidades importantes pelos farrapos fracassaram pela resistência das tropas da nação, dos caudilhos regionais e da mobilização popular. Porto Alegre, depois da surpresa da ocupação de 20 de setembro de 1835, foi libertada por oficiais subalternos e sustentada durante o longo cerco por barricadas formadas por seus habitantes - líderes carismáticos, pescadores, negros, mestiços de múltiplas etnias, cafuzos, caboclos, índios... Vale lembrar que no processo de independência, o patrulhamento da capital era realizado por companhias do Regimento de Guaranis, transferidos de São Borja<sup>136</sup>.

Fazendo parte dos movimentos de insurreição liberais que eclodem durante o período regencial, a Guerra Farroupilha destaca-se dos outros movimentos devido ao tempo de duração e também pela separação formal do Brasil, além da formação de uma república independente. Conforme Moacyr Flores, o partido farroupilha era dividido em diversas facções, entre elas os liberais moderados, que pretendiam reformas por meio das leis e dividiam-se em: moderados monarquistas, chefiados por Bento Gonçalves; e moderados republicanos, chefiados por Manuel Luís Osório; e os liberais exaltados, liderados por Marciano Pereira Ribeiro.

Para motivo de esclarecimento sobre o termo farroupilha e o caráter da revolta Moacyr Flores diz:

“Os liberais exaltados eram denominados de farroupilhas ou farrapos com o significado de revolucionários que pretendiam a federação. Este apelido político já era antigo, pois em 1831 circulavam no Rio de Janeiro os jornais

---

<sup>136</sup> GOLOIN, Tau. Revolução Farroupilha e o mito cívico pilchado. Texto transcrito de parte da palestra proferida no evento Revolução Farroupilha e Revoltas Armadas no Rio Grande do Sul, no III Encontro de História do Memorial. 2015. pp. 5-6.

intitulados *Jujuba dos Farroupilhas* e *Matraca dos Farroupilhas* [...]Portanto o nome farrapo não foi usado porque os combatentes andavam esfarrapados, pois é anterior à revolução e também porque todos os seus líderes e comandantes eram abonados estancieiros e oficiais do Exército ou da Guarda Nacional”.<sup>137</sup>

No dia 21 de setembro de 1835, Bento Gonçalves entra sem resistência em Porto Alegre, “e desfilou com as tropas farrapas, fardadas com blusas amarelas e barretinas vermelhas”<sup>138</sup>, e coloca como governador da Província o terceiro vice-presidente Marciano Pereira Ribeiro, chefe do Partido Farrroupilha. Após Braga ter fugido com a família da capital, instala-se em Rio Grande e ali tenta manter militarmente sua posição, até que o Governo Central tomasse providências diante do ocorrido.

Porto Alegre tornar-se-á emblemática a partir do momento que Bento Gonçalves fará de tudo para ter a capital da província sob controle, devido ao valor simbólico de um exército dominar uma capital, ao contrário do que incita Moacyr Flores de que, se fosse um bom estrategista ele teria colocado seus esforços em dominar Rio Grande, base logística e militar do Império no Rio Grande do Sul, por isso seu domínio colocaria em cheque os reforços imperiais.

No dia 11 de setembro de 1836, quase um ano após o início da insurgência o general Antônio de Souza Netto, influenciado por separatistas, declara a separação do Rio Grande do Sul que se tornaria uma república. Isso após a chamada Batalha do Seival, em que o imperial “Silva Tavares colocou 500 combatentes na coxilha do Seival. Neto arremeteu com 430 cavaleiros, rompendo a ala esquerda do inimigo que teve 180 mortos. Tavares retirou-se em direção ao rio Camaquã. A vitória foi absoluta para Neto, que não perdeu combatentes”. Em 6 de novembro de 1836, é redigida a Proclamação Rio-Grandense, divulgada no ano de 1838 na tipografia “Republicana Rio-Grandense”. Segue o primeiro trecho do documento:

Quebrou-se o cetro da tirania com que há longo tempo nos oprime o Governo do **Brasil!** Suas violências, suas injustiças e seus caprichos, que serão largamente expostos em um manifesto fizeram ressoar em nossos horizontes o grito da independência; e este grito magnânimo, desprendido no **Seival, Jaguarão e Piratini**, mui breve repercutirá em todos os ângulos do Estado. Ah! Que dia de prazer para os verdadeiros amigos da liberdade! Que dia de glória para os rio-grandenses que amam sinceramente o bem da sua Pátria! Uma nova época começa a renascer, que gravada com letras de ouro

<sup>137</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farrroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. pp.26-27

<sup>138</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farrroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 45.

nas páginas da história formará a grandeza deste vasto continente. Sim, a Nação Rio-Grandense é de hoje em diante um Estado livre: seu nome se inscreveu-se já na lista das nações independentes, e o governo republicano, que adotastes, fará decerto a vossa ventura.

A carta da Proclamação Rio-Grandense faz parte dos documentos da Câmara de Piratini, redigido por José Gomes Vasconcellos Jardim. A formalização da república aconteceu com a assinatura da ata por Antônio de Souza Neto e mais 52 companheiros no dia seguinte. Além de ser o Proclamador da República Antônio de Souza Neto é um dos comandantes de grande importância para esta pesquisa, pois foi um dos comandantes a movimentar a rede de informação.

As informações vão de 12 de fevereiro de 1836 a 4 de janeiro de 1839, e apesar de serem poucas as cartas com informação, o período que se segue entre elas é longo. Dessa maneira, pode-se não ter tantas informações sobre seus agentes de informação, mas podemos pelo período afirmar que esta rede de espionagem durou bastante tempo. Já em 12 de fevereiro de 1836, Neto se preocupava com as investidas de Bento Manuel “[...] deve pôr toda sua atenção sobre Bento Manuel observar seus movimentos, o aumento da força do seu comando, [...]”<sup>139</sup>. Esta carta é destinada a João Antônio da Silveira, Tenente-coronel Comandante do Corpo de Cavalaria de Guarda Nacional do município da vila de Cacapava, São Gabriel.

Em carta de 16 de junho de 1836, ao Coronel Domingos de Almeida, Neto se nega a enviar vaqueanos “[...] quanto ao pedido de homens vaqueanos me é impossível poder cumprir com suas ordens”<sup>140</sup>, sem, no entanto, explicar os motivos de não poder cumprir com as ordens do Coronel. No entanto, as cartas trazem menções a bombeações, bombear, observar, “segundo notícias de meus observadores vem em mancha pelas Lavras sobre nós [...]”, em carta destinada ao Coronel João Antônio da Silveira.

Em 20 de setembro, propõe como chefe da República Rio-grandense, Bento Gonçalves da Silva. Após, Bento Gonçalves descobrir as novas, sobre a independência, ele retira o cerco a Porto Alegre para fazer parte do gabinete que criará a nova Nação e, após o ato de retirada, não conseguiu nunca mais retomar a capital. No entanto, devemos considerar que os farrapos dominaram a capital por um ano, não mantendo domínio sobre a cidade justamente pelo ato de retirada, decisão tomada pelo comandante.

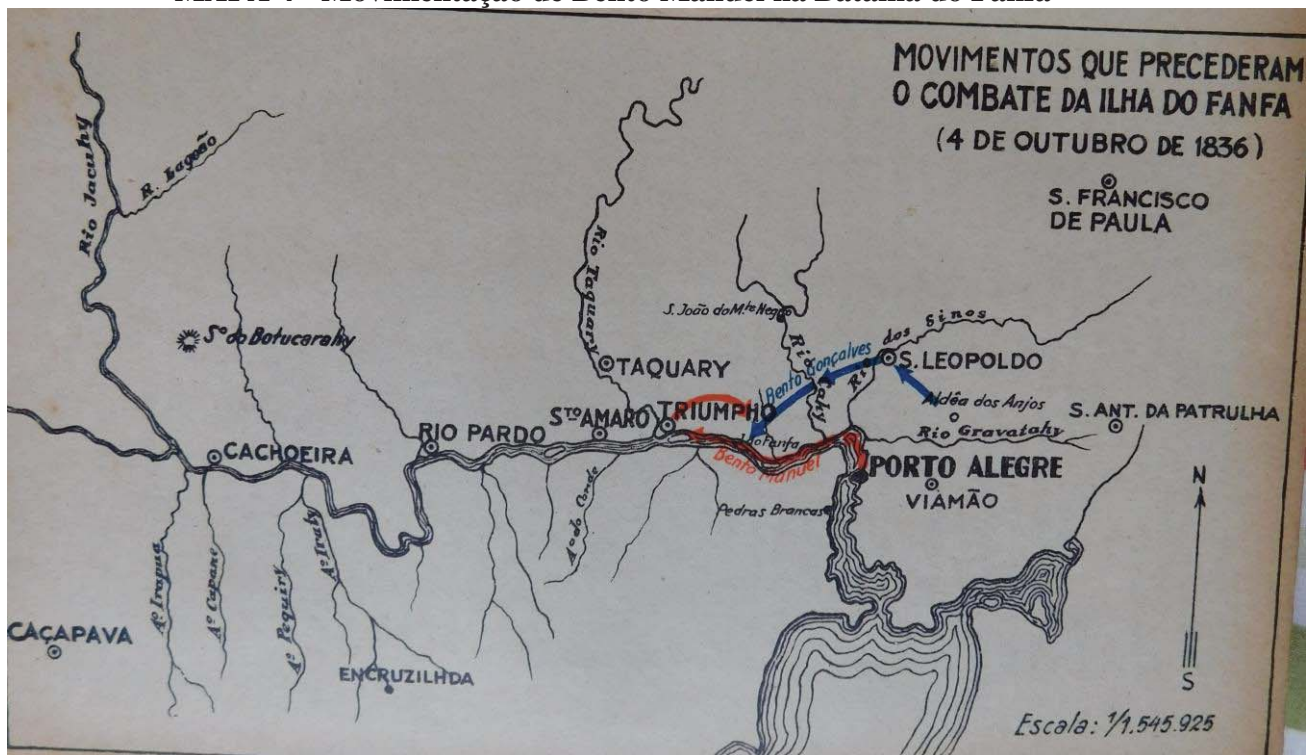
---

<sup>139</sup> Coleção Varela - CV-6053

<sup>140</sup> Coleção Varela - CV-6057

Porém, no dia 04 de outubro, em mais uma manobra questionável, após acampar na Ilha do Fanfa, o exército de Bento Gonçalves é atacado. O que essa batalha tem de interessante para esta pesquisa é o fato de ambos os lados estarem empregando bombeiros, para reconhecimento do território. Walter Spalding relata que nesse evento Bento Manuel vigiava e esperava apenas uma oportunidade para atacar as tropas de Bento Gonçalves, e isso se dava “graças ao grande número de espiões ou bombeiros que espalhou por toda a redondeza”, e Bento Manuel preparará uma emboscada para pegar o inimigo. Contudo, Bento Gonçalves utilizou-se da mesma tática ao empregar seus bombeiros. Após seus “batedores encontrarem as guardas avançadas dos legalistas”, em Triunfo, tentou desviar suas forças, em direção a costa do rio, tentando atravessar a outra “margem através das ilhas do Fanfa, Carçoço e do Leão”<sup>141</sup>.

**MAPA 4 - Movimentação de Bento Manuel na Batalha do Fanfa**



Fonte: FRAGOSO, Augusto Tasso. *A Revolução Farroupilha (1835-1845)*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1938, p. 80-81.

No entanto, mesmo que Bento Gonçalves tentasse desviar seu caminho, mudando sua rota, para não entrar em combate, as estratégias de Bento Manuel já estavam planejadas há mais tempo, dessa maneira não havia como escapar da emboscada. De acordo com Varella,

<sup>141</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 67.

“Bento Manuel imediatamente mandou forças no se encalço, e embarcando alguns batalhões na flotilha de Greenfell, subiu o Jacuí, a disputar-lhe o passo. Jogar-se-ia a partida suprema entre os dois Bentos, travar-se-ia um dos combates mais notáveis da revolução, e de certo um dos que maior influência tive nos destinos da província”<sup>142</sup>.

Bento Gonçalves se aproximava da margem esquerda “Bento Manuel fechou todas as passagens, deixando livre apenas um saco no qual, caso Bento Gonçalves entrasse, seria fatalmente derrotado”<sup>143</sup>, então com “120 mortos e inúmeros feridos, Bento Gonçalves, convencido de que não escaparia da armadilha, hasteou a bandeira branca”<sup>144</sup>. Varella também confirma o ato de desistência de Bento Gonçalves: “No Fanfa, Bento Gonçalves, encurralado na ilha, depois de lutar desesperadamente, arvorou a bandeira branca”<sup>145</sup>. De uma só vez, as tropas imperiais prenderam os chefes “Bento Gonçalves, Onofre Pires, Tito Livio Zambeccari, Pedro Boticário e Corte Real e mais de mil rebeldes”<sup>146</sup>. Bento é preso na presiganga, levado para o Rio de Janeiro e depois transferido para a Bahia.

Em Piratini, os liberais rio-grandenses organizaram a república que contou com presidente, ministérios, repartições públicas, exército e corpo policial. O exército foi dividido pelo chefe-militar João Manuel de Lima e Silva, em quatro brigadas, comandadas por “Antônio de Souza Neto, João Antônio da Silveira, José Mariano de Matos e Domingos Crêscencio de Carvalho”<sup>147</sup>. No dia 06/11/1836, elegeram Bento Gonçalves como Presidente da República, como não pudera assumir o cargo, este passou provisoriamente a José Gomes de Vasconcelos Jardim, exercendo o cargo até 16/12/1837, quando da fuga de Bento do Forte do Mar.

A fuga de Bento Gonçalves é anunciada pela *Gazeta da Bahia*, e transcrita as boas novas por Antônio de Souza Neto, em carta sem destinatário:

“O Coronel Bento Gonçalves da Silva, que por ordem do Governo Supremo se achava preso na Fortaleza do Mar, evadiu-se daquela no Domingo 10 do corrente as dez horas do dia!!! em uma canoa de velas, com 6 remos, sem que da dita Fortaleza houvesse a menor oposição, e sem um só tiro se desse

<sup>142</sup> VARELA, Alfredo Ferreira Rodrigues. *Bento Manuel Ribeiro: seu papel na revolução, sua coerência e independência de caráter*. Rio Grande: Oficinas da livraria americana, 1906, p. 21.

<sup>143</sup> SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio, seguida das “Efemérides” principais de 1835-1845, fartamente documentadas*. 3.ed. São Paulo: Ed. Nacional; Ed. Universidade de Brasília, 1982, p. 39.

<sup>144</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 68.

<sup>145</sup> VARELA, Alfredo Ferreira Rodrigues. *Bento Manuel Ribeiro: seu papel na revolução, sua coerência e independência de caráter*. Rio Grande: Oficinas da livraria americana, 1906, p. 21.

<sup>146</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 69.

<sup>147</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 71.



quer de fuzilaria quer de artilharia!!! O Coronel Bento Gonçalves da Silva, tinha a fortaleza promenagem [sic], onde se lhe permitia toda a liberdade; foi visitado amiudamente, o que havia de fazer? aproveitar-se como se aproveitou de toda esta franqueza; da estada do Comandante na Fortaleza em terra; da bonomia do Comandante do Destacamento; da licença que do mesmo teve para banhar-se no mar. Desgraçada Província do Rio Grande!”<sup>148</sup>.

Com o seu retorno, as tropas farroupilhas, após conseguirem fugir do Forte do Mar na Bahia, onde, como pode-se perceber, encontra número considerado de admiradores que o ajudam na fuga, até mesmo pelas facilidades que lhes são concedidas pelo Comandante do Destacamento, comandou combates e assumiu a presidência em 16 de dezembro de 1837.

É importante lembrar que os farroupilhas, “só ocuparam parte da província”. Suas atividades militares se concentraram “no espaço das férteis terras da Depressão do Jacuí, com facilidades de navegação, na Zona da Campanha, de campinas verdejantes, planaltos ondulados e canhadas cortadas por arroios e pequenos rios, de baixa densidade demográfica por causa da pecuária extensiva, principal riqueza da província”<sup>149</sup>. Dessa maneira

os principais centros urbanos da época – Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, São José do Norte – não apenas deixaram de apoiá-los como lhes foram francamente hostis, tomando as armas ao lado do Império. A Serra e as Missões mantiveram no todo uma atitude de neutralidade que favorecia o Império. Os colonos alemães de São Leopoldo participaram da luta para a expulsão dos farrapos da cidade de Porto Alegre, e depois asseguraram o abastecimento das forças legais. A rebelião, em rigor, apenas prosperou na região da Campanha, notadamente na parte mais próxima da fronteira com o Estado Oriental.<sup>150</sup>

Após perderem o controle da capital, em 1836, “os rebeldes nunca mais conseguiram retomá-la”<sup>151</sup>. Dessa forma:

---

<sup>148</sup> Coleção Varela - CV-6099

<sup>149</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 15.

<sup>150</sup> FREITAS, Décio. Farrapos: uma rebelião federalista. In: PESAVENTO, Sandra J.; DACANAL, José Hildebrando. *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, p. 177.

<sup>151</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre Sitiada (1836-1840): um capítulo da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Sulina, 2000.p. 16.

Os rebeldes estiveram no controle da capital somente nos meses imediatos à tomada da capital por Bento Gonçalves em setembro de 1835. Em junho do ano seguinte, aproveitando-se de divergências entre os rebeldes e a falta de uma base de apoio consistente, os legalistas conseguiram expulsá-los e retomaram a cidade. [...] O cerco obrigou que uma série de medidas fosse tomada o para a defesa da cidade<sup>152</sup>.

Em 1837, as movimentações continuam, “Antônio de Souza Neto, Davis Canabarro, Jacinto Guedes da Luz e João Antônio da Silveira, comandando 1.500 combatentes sitiaram Caçapava em 07/04/1837”<sup>153</sup>. procura engrossar numericamente suas forças e se prepara para atacar Porto Alegre. Já Neto, comandante interino do exército da República Rio-grandense em 20 de abril, após passar por Rio Pardo e Triunfo com suas tropas deslocam-se para Porto Alegre no intuito de “estabelecer o segundo Sítio a Porto Alegre, em 11/05/1837, com 1.400 combatentes e artilharia de pequeno calibre”<sup>154</sup>. Neste mesmo momento temos novamente a adesão de Bento Manuel Ribeiro ao lado dos rebeldes.

“Em 11 de maio, o General Netto intimou a guarnição da Capital a render-se. Sem resposta, restabeleceu o cerco à cidade, com uma força que se calcula em 1400 homens. Iniciava-se desta forma o segundo sítio, que se estenderá até fevereiro do ano seguinte”. [...] “A guarnição da Capital não era numerosa. Segundo ARARIPE, ela dispunha de setecentos infantes e 250 cavalarianos, 22 bocas de fogo instaladas nos baluartes intercalados às trincheiras, mais a participação de civis voluntários”. [...] “Os civis armados seriam, por vezes, maioria entre os defensores da cidade, suprindo assim a deficiência numérica dos efetivos militares. Na iminência de ataques, a população afluía às trincheiras, com as armas de que pudesse dispor”<sup>155</sup>.

De fevereiro a junho de 1838 temos um intervalo nas investidas a cidade de Porto Alegre, “... afastados os sitiadores, a cidade respirava novamente. Tornavam aparecer os carreteiros com a oferta farinha de mandioca, melancias, ovos, e galinhas tudo a preços

---

<sup>152</sup> BERUTE; Abriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. Tese. Porto Alegre; 2011, p.168.

<sup>153</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 82.

<sup>154</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 82.

<sup>155</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre Sitiada (1836-1840): um capítulo da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Sulina, 2000. p. 49.



convidativos, já que a súbita abundância fazia baratear os produtos”<sup>156</sup>. Bento Gonçalves juntou-se as forças em Viamão e em 1838, deslocou-se para Porto Alegre, no entanto as forças imperiais superavam as forças rebeldes em uma proporção de dois para um.

Em 15 de julho de 1838, estabelecem pela terceira vez mais um cerco a Porto Alegre. Iniciando o cerco “Bento Manoel Ribeiro chega com sua tropa à vista da Capital, promovendo no dia imediato um arrebanhamento de gado e cavalos...”<sup>157</sup>. Segundo Sérgio da Costa Franco:

“Em junho, o QG de Bento Manoel localizou-se em Gravataí; em julho, estabeleceu-se em São Leopoldo. Por alguns documentos dos próprios farroupilhas, percebe-se que, na segunda metade de 1838, pensou-se em dar ao cerco de Porto Alegre apenas um caráter divercionista, de molde a segurar na Capital um forte contingente dos “caramurus”, permitindo assim o desencadeamento de uma ofensiva na Zona Sul da Província, com vistas a conquista de Rio Grande...”. [...] “A relativa inação dos rebeldes não deixava de chamar a atenção do Presidente Elzeário. Por uma correspondência sua ao comandante da guarnição de Porto Alegre, fica se sabendo que Bento Manoel, prevalecendo-se de suas antigas relações com partidários do governo...”<sup>158</sup>.

Conquanto as forças imperiais reforçavam-se, mesmo sem sofrer pressão dos sitiantes, o governo mantinha uma guarnição reforçada, além de construir um novo baluarte, na Praia de Belas. As movimentações em torno de Porto Alegre cessaram em dezembro de 1840 e “Todo o ano de 1840 foi assinalado pelas tentativas de pacificação da Província”<sup>159</sup>, que só ocorreu em 1845. No entanto, em 19 de outubro de 1841, após findar o cerco a Capital, o governo concedeu a Porto Alegre o título de “Leal e Valorosa”, pelo decreto nº 103, do qual fazia com que a população da capital lembrasse do seu propósito e de sua coragem.

<sup>156</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre Sitiada (1836-1840)*: um capítulo da Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Sulina, 2000. p. 73.

<sup>157</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre Sitiada (1836-1840)*: um capítulo da Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Sulina, 2000. p. 85.

<sup>158</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre Sitiada (1836-1840)*: um capítulo da Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Sulina, 2000. p. 86.

<sup>159</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre Sitiada (1836-1840)*: um capítulo da Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Sulina, 2000. p. 117.

## 2.2 AGENTES DE INFOMAÇÃO: ESPIAS, BOMBEIROS E VAQUEANOS

O subcapítulo destina-se a definir os agentes de informação que atuaram na Guerra dos Farrapos. Percebemos que a nomenclatura se diferencia ao decorrer do tempo adquirindo conotação regionalizada da palavra. Podemos começar a definir os agentes de informação em período anterior ao estudado como “espia” ou “bombeiro”, sendo mais comum o termo “espia”, que advinha dos comandos portugueses. Com o passar do tempo, tal termo passaria a ser inutilizado. Os comandos locais da Província de Rio Grande de São Pedro utilizaram o termo “bombeiro” para definir seus espões, e apenas esse termo, além de destinarem vaqueanos para missões específicas. De tal forma trataremos dos três termos citados “espia”, “bombeiro” e “vaqueano”, definindo-os.

Pesquisando o final do século XVIII e o início do século XIX, Adriano Comissoli, ao tratar da comunicação política dentro da monarquia portuguesa, mais especificamente dos espões portugueses, distingue dois grupos envolvidos na “atividade de obtenção de informação”:

“O primeiro consiste em utilizar patrulhas e “bombeiros” - batedores avançados – que circulando pela região da campanha entre a capitania do Rio Grande de São Pedro e a Banda Oriental, procuram identificar a movimentação de tropas espanholas e localizar criminosos fugitivos. O segundo método é o dos informantes [...] localizados em cidades hispânicas com a finalidade de manter as autoridades portuguesas devidamente atualizadas tanto de iniciativas militares quanto dos humores políticos, elemento essencial nos agitados anos das duas primeiras décadas do século XIX”<sup>160</sup>.

Podemos perceber que, quando se tratava dos sujeitos que atuavam nas cidades hispânicas, somente a palavra espia era utilizada, ou como na citação acima “informante”, que equivalia da mesma forma ao espia, sendo uma denominação mais local o termo bombeiro, considerando que atuavam mais na capitania do Rio Grande de São Pedro. Dessa forma, um

---

<sup>160</sup> COMISSOLI, Adriano. Comunicação e poderes na fronteira platina: informantes luso-brasileiros nas cidades hispano-americanas no início do século XIX, *XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras*. Universidade Nacional de Cuyo, Mendoza. 2013, p. 3.

espião poderia, corriqueiramente, ser alguma pessoa que faz morada em um determinado vilarejo ou que é destinado ao serviço de espionagem passando informações, das quais se ouviu falar, sem ser necessário algum conhecimento tático, para efetivamente ser um espião.

Jonh Keegan, em seu livro “Inteligência na Guerra”<sup>161</sup>, apresenta uma distinção entre inteligência operacional e espionagem. Ao tratar destes termos aborda que a espionagem é um processo contínuo principalmente para os Estados que sempre estão preocupados em descobrir segredos políticos, comerciais e militares de outros Estados, de tal forma que seu aparato mais comum é o espião, este que normalmente já habita o local a ser vigiado e o qual pode ser subornado por tais informações. Por sua vez, a inteligência operacional é mais utilizada em tempos de guerra, e seu auge se limita a tempos de hostilidades, dessa maneira, as atividades dos agentes de informação em momentos de conflito bélico são mais solicitadas.

Podemos crer, então, que o bombeiro fazia parte de uma rede de inteligência operacional, melhor desenvolvida em tempos de guerra, pois por mais que apareçam menções a bombeiros em períodos de paz, a sua maior atuação é em tempos de guerra. Dessa forma, o bombeiro deveria ter conhecimentos específicos do seu ofício, como saber se camuflar para não ser visto, ter prática na arte da cavalaria, para que pudesse partir em retirada quando necessário. Era um batedor avançado, movimentava-se na região na busca de identificar a movimentação de tropas inimigas, entre outras atividades variadas, de acordo com a ordem que recebia.

Necessitava também ter algum conhecimento do território, porém essa era a função do vaqueano. O vaqueano poderia efetivamente fazer o serviço de um bombeiro, com a vantagem de ser um “mapa humano”, sendo ele conhecedor de todo o território, como podemos observar a seguir, “deverá o Batalhão desembarcar, e marchar por terra para o destino marcado, e para este fim lhe dará V. Exa. trez homens ao menos, vaqueanos do terreno para o guiar até aquele ponto,”<sup>162</sup>. Dessa maneira, podemos dizer que os agentes de informação exerciam funções diferentes, devido à especialização de cada função, e o conhecimento agregado a cada um dos agentes especializados de informação. Enquanto o vaqueano era conhecedor dos caminhos, o bombeiro nem sempre sabia se localizar no território, por isso sua função dependia de sua capacidade de se esconder, camuflar-se, para que não fosse pego em campanha.

---

<sup>161</sup> KEEGAN, John. *Inteligência na Guerra: conhecimento do inimigo, de Napoleão à Al-Qaeda*. Trad. de S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>162</sup> Coleção Varela - CV-7913

Já sabemos que tais definições eram utilizadas muito antes dos eventos da Guerra dos Farrapos. Sendo assim, Marcia Miranda Eckert, que trabalha a província de São Pedro dentre os anos de 1808 a 1831, período que antecede o nosso estudo, confirmando-nos tal uso:

O Comandante do Exército fazia largo uso das informações trazidas pelos bombeiros e das direções traçadas pelos vaqueanos, sem considerar que esses homens reportavam-se antes aos seus comandantes milicianos e atendiam em primeiro lugar às ordens desses. Era importante para os senhores-guerreiros manter as forças militares estacionadas junto ao vale do Rio Ibicuí, mesmo que em detrimento da defesa de Porto Alegre, Rio Grande e Santa Catarina<sup>163</sup>.

A partir dessa informação, encontramos definições ainda mais elaboradas e detalhadas sobre os bombeiros e vaqueanos, além de concomitantemente já definir a função e as atividades ministradas por ambos, as quais foram muito utilizadas pelos chefes militares na obtenção de informação e reconhecimento de território:

Os bombeiros eram patrulheiros de descoberta. Destinavam-se a seguir os movimentos do inimigo, a descobrir-lhe as atitudes, etc. Verdadeiros rastreadores, pelo exame das marcas deixadas no terreno pelas patas dos cavalos e de outros indícios, traziam o comando informado. Sobre o que o inimigo estava fazendo ou pretendia fazer. A atividade dos bombeiros deu lugar a criação do verbo bombear, na acepção de vigiar, espreitar, etc. Os vaqueanos eram elementos conhecedores do terreno, utilíssimos numa época em que se não conheciam ainda, ao sul do Brasil, as cartas topográficas. Recrutados entre as formações de guerrilhas e tropas milicianas, guiavam as tropas nos seus deslocamentos e eram consultados sempre que na preparação das operações os comandos precisavam conhecer as condições do terreno<sup>164</sup>.

As definições dos agentes de informação são bem claras sobre suas funções e atividades a serem desenvolvidas. No entanto, tais informações nos são úteis, para que possamos não apenas entender qual era função exercida pelos espias, bombeiros e vaqueanos, mas sim para que possamos perceber como as denominações mudam de região para região.

---

<sup>163</sup> MIRANDA, Marcia Eckert. *A Estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. Tese de Doutorado. Campinas 2006, p. 202.

<sup>164</sup> CIDADE, General F. de Paula. *Lutas, ao sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes (1680-1828): notas da história militar brasileira: reexame de questões políticas e militares*, 1948, p. 147.

De tal forma que, se pegarmos dicionários recentes a conotação de bombeiro é diferente, já que este atualmente é destinado a “combater incêndios”, e mesmo assim não se teria uma definição específica para o bombeiro (espião) que estamos buscando compreender.

Com isso, direcionamos a pesquisa para dicionários gaúchos, como o “*Popularium-sul-rio-grandense*”, de Apolinário Porto Alegre, que define bombeiro como “O que exerce ofício de espião”, definindo mais especificamente a função pelo termo bombear, que significa “espreitar cautelosamente e de longe o campo inimigo, para vir referir e narrar o que viu; em sentido genérico, espionar às ocultas para fazer uma exposição do que observou, ou para interesse próprio”<sup>165</sup>. Posto que, na mesma definição do termo bombear, Apolinário Porto Alegre define a palavra como sendo originária do guarani, de tal forma se constitui a troca do m (mombeú) para o b, que constituiria outra palavra: “bombeú”. E também cita que se formou a utilização do termo entre os povos do Rio da Prata e no Brasil só se localizou no Rio Grande do Sul.

Temos também a definição do “*Dicionário Gaúcho Brasileiro*” de João Batista Alves Bossle que defini bombeiro “como um indivíduo responsável pela exploração do “campo inimigo”, um “espião, observador”. Capaz de “observa os atos de outras pessoas, olheiro”<sup>166</sup>. Durante a guerra civil, tinha a função de fazer o reconhecimento da área; identificar o posicionamento das tropas inimigas; espionar os inimigos, na intenção de coletar informações sobre a movimentação das tropas; alguns seguiam na frente da patrulha ou no destacamento para identificar a presença do inimigo; adentrando em diferentes territórios. A espionagem, como lembra Keegan: “é um processo contínuo e extremamente antigo – e o mesmo se pode sempre procuraram conhecer os segredos das políticas de outros Estados”<sup>167</sup>.

Ainda temos o “*Dicionário de vocabulos Brasileiros*” de Visconde de Beaurepaire – Rohan e o “*Vocabulario Sul Rio-Grandense*” de Dr. J. Romaguera Corrêa. O segundo autor discorda da definição do primeiro sobre o termo bombeiro, de tal forma que Rohan define bombeiro como sendo um “espião; explorador do campo inimigo; espreitador das acções de outrem para lhe conhecer os intentos. Não é mais do que a corruptela de pombeiro”<sup>168</sup>, enquanto discordando de tal afirmativa Corrêa define-o como:

<sup>165</sup> PORTO ALEGRE, Apolinário. *Popularium sul-rio-grandense* (estudo de filosofia e folclore). Porto Alegre, ED. da UFRGS; Instituto Estadual do Livro, 1980, pp. 34-35.

<sup>166</sup> BOSSLE, João Batista Alves. *Dicionário gaúcho brasileiro*. Porto Alegre, RS: Arte e Ofícios, 2003, p. 88.

<sup>167</sup> KEEGAN, John. *A Batalha e a História*. Tradução de Luiz Carlos Carneiro de Paula. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed, 2006, p.395.

<sup>168</sup> ROHAN, Visconde de Beaurepaire. *Diccionario de vocabulos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 19.

espião; pessoa que vigia ou observa os actos de outrem; o que vae ao campo inimigo para informar-se de suas forças e intenções. O bombeiro, em tempo de guerra, além de se disfarçar por todos os modos, percorre os altos dos cerros e coxilhas com intento de descobrir qualquer força ou movimento do inimigo. É palavra usada nas Republicas Platinas, donde talvez a tenhamos tirado. Não creio que este vocabulo seja corruptela de - pombeiro, como o quer o Visconde de Beaurepaire - Rohan.

Pela ligeira leitura que fiz do vocabulario Rio-Platense, do DR. D. Granada, [...] mais se confirma minha opinião de que - bombeiro - não é corruptela de - pombeiro, como o julga V. de B. – Rohan<sup>169</sup>.

Apesar da discordância entre os autores e da definição de Apolinário Porto Alegre, o fato é de que não podemos afirmar com certeza, como o termo surgiu e como começou a ser utilizado, no Rio Grande do Sul. O que podemos afirmar é que o bombeiro exercia função específica, com conhecimento tático, o qual ele é destinado a efetuá-la. Diferentemente de um soldado, que não tem treinamento para exercer a função e que, dessa forma, não é apto a agir como sentinela avançado, assim como os vaqueanos destinados a descobrimento de território.

Ainda sobre esse agente temos mais definições como o termo “Vaqueanar, v. intrans.: fazer o officio ou ter a profissão de - vaqueano ou de pratico dos caminhos, etc”<sup>170</sup>. ou “Vaqueanaço, adj. superl.: muito vaqueano, mui pratico e conhecedor dos caminhos e lugares; tapejara, o que é perito em qualquer assumpto”<sup>171</sup>, definimos o vaqueano ainda como

pessoa que é conhecedora das estradas, caminho, atalhos e regiões, servindo de guia em qualquer viagem ou expedição, não perdendo o rumo ainda mesmo em noite bem escura, etc.; adj: pratico, perito, conhecedor, habil, habilitado, pelo que serve de guia, de cicerone ou mestre: Elle é mui vaqueano em fabricar esses objectos<sup>172</sup>.

Apesar de alguns soldados serem, sim, empregados para a função, podemos observar em carta de Antônio Soares de Paiva, Coronel Comandante da Guarnição, que os soldados

<sup>169</sup> CORRÊA, Dr. J. Romaguera. *Vocabulario Sul Rio-Grandense*. Pelotas-Porto Alegre: Echenique & Irmãos - Editores - Livraria Universal, 1898, pp. 36-37.

<sup>170</sup> CORRÊA, Dr. J. Romaguera. *Vocabulario Sul Rio-Grandense*. Pelotas-Porto Alegre: Echenique & Irmãos - Editores - Livraria Universal, 1898,

<sup>171</sup> CORRÊA, Dr. J. Romaguera. *Vocabulario Sul Rio-Grandense*. Pelotas-Porto Alegre: Echenique & Irmãos - Editores - Livraria Universal, 1898,

<sup>172</sup> CORRÊA, Dr. J. Romaguera. *Vocabulario Sul Rio-Grandense*. Pelotas-Porto Alegre: Echenique & Irmãos - Editores - Livraria Universal, 1898,

empregados nesse tipo de atividade, na maioria das vezes, não tinham conhecimento algum de como não serem surpreendidos pelo inimigo. Então, “No dia 15 mandei os soldados do Piquete Tristão Ignácio da Silveira e Joaquim Floriano da Silva bombar o inimigo e ambos forão surpreendidos pellos rebeldes perto do Estreito, existindo prisioneiros”<sup>173</sup>. Sendo eles pegos pelas forças rebeldes e aprisionados, podemos afirmar que os soldados empregados para a função não estavam preparados para realmente efetua-la.

Com isso, percebemos a necessidade das demais funções especializadas, pois na maioria das vezes, acaba dando errado destinar soldados para algumas funções. É por isso que existiam tais agentes. Contudo, esses dois agentes de informação, ao que tudo indica podem ser parceiros de operações, já que o vaqueano era o conhecedor dos caminhos, era a pessoa que guiava tanto tropas, quanto comandantes militares, além dos próprios bombeiros. De tal forma, o vaqueano também poderia exercer a função de bombeiro.

Os agentes de informação aparecem não apenas em definições de dicionários rio-grandenses, mas, sim, em contos gauchescos, dos quais fazem parte da cultura Rio-Grandense. A “Revolução Farroupilha”, comumente denominada no Sul constitui, do ponto de vista local, o evento mais importante do território.

Podemos observar a atuação dos dois agentes de informação no conto do renomado João Simões Lopes Neto: “Ora bem; havia já dois dias e duas noites que vivíamos neste apuro; arrinconados nalgum campestre dava-se um verdeio aos cavalos; os homens cochilavam em pé; nisto um bombeiro assobiava, outro respondia e o capitão, em voz baixa e rápida, mandava: — Monta, gente!”. E assim o conto continua, logo abaixo, destacando a atuação do vaqueano “E o Juca Picumã, que era o vaqueano, tomava a ponta e metia-nos por aquela enredada de galhos e cipós e lá íamos, mato dentro, roçando nos paus, afastando os espinhos e batendo a mosquitada, que nos carneava... Ninguém falava”<sup>174</sup>.

Os contos gauchescos trazem consigo a glorificação do Rio Grande do Sul, assim como os grandes feitos dos heróis revolucionários, porém temos tanto fatos reais quanto ficcionais:

Mesmo emboscados, os farrapos lutavam até o fim: Outra ocasião iaô a uma correria nas margens do Itapuy, onde julgavão surprehender uma partida. Em caminho a noite desceu e resolverão repousar um pouco, n'um raleiro da mataria. Os bombeiros não voltavão. Esperando-os preparavão-se

<sup>173</sup> Coleção Varela - CV-7099

<sup>174</sup> NETO, João Simões Lopes. *Contos Gauchescos*. p. 36 Acesso em: 09/09/2017. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000121.pdf>.



a tomar ligeira refeição, pois de sol a sol tinham viajado sem interrupção, quando forão accomettidos de todos os lados. – Rendão-se, disse uma voz que parecia a do chege, ou temos colleira encarnada ou presiganga. – Breados!<sup>175</sup>

Mesmo que o conto gauchesco seja ficcional, traz-nos indícios da existência de tal agente de informação; tanto a citação acima quanto o conto intitulado “O Vaqueano”, ambos de Apolinário Porto Alegre, trazem consigo informações que nos são úteis. Obviamente, nosso autor destacado neste momento, traz-nos certa segurança, pois, no ponto em que o mesmo autor nos dá uma definição sobre o termo bombeiro, demonstra-nos, também, que está utilizando fatos e personagens que podem ser, sim, reais e verídicos. Dessa forma, temos indício nos seus contos, tais como: “Enquanto os braços se esforçavam na retirada, o pensamento passava por laboriosa gestação. Quem o perseguia? — perguntava. Não cria que o tomassem por bombeiro dos farroupilhas. Na vila ninguém mesmo os supunha capazes da inaudita audácia de invadirem uma província comarcã”<sup>176</sup>.

Percebemos que, ao se referir aos bombeiros, também se referia aos farroupilhas, de tal forma que podemos supor a existência de bombeiros a mando dos comandantes farrapos. Os bombeiros poderiam servir ao comandante de uma tropa ou a um comandante em específico de acordo com os interesses do comandante.

Ao passo que percebemos no mesmo conto a atuação dos Vaqueanos:

José de Avençal!

Quem então o não conheceu, não por semelhante nome, mas pelo de Vaqueano, que vinha da profissão?

Era uma natureza admirável, não tanto pelas amplas manifestações dos músculos de ferro, como pela perícia e inteligência com que guiava os exércitos da República, e a grandeza e bondade do caráter.

Também jamais houvera rio-grandense que, como ele, conhecesse a Província. Não lhe escapava uma jeira de terra, ainda mesmo perdida nos ínvios sertões ou em banhados de largo perímetro. Tinha a memória fiel até para as nugas locais. Era uma verdadeira vocação. Seu calendário de nomes abraçava do capão sumido na campina à restinga do mato ou arroio de

<sup>175</sup> PORTO ALEGRE, Apolinário Josh Gomes. *A Tapéira*. In: Revista do Parthenon Litterário. Anno 3, Nº 4 (abr.), p.704-714. Nº 5 (mai.), p.744-750. Porto Alegre: Imprensa Litteraria, 1874. In: MENEZ, Alessandro R. “*Inolvidável Polígrafo*”: Regionalismo Literário Gaúcho e Nacionalismo Brasileiro em Apolinário Porto Alegre (1869-1879). Dissertação. Porto Alegre: 2015.

<sup>176</sup> PORTO ALEGRE, Apolinário Josh Gomes. *O vaqueano*. p. 18. Acesso em: 31 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua00031a.pdf>.

exíguos cabedais. Constituía de per si o mais exato arquivo topográfico, um mapa vivo e pitoresco<sup>177</sup>.

Contudo, o que podemos perceber neste caso é que, diferente dos bombeiros dos contos. Temos, ao mencionar o vaqueano, a composição de características que definem esse agente em especial, o qual é marcado por qualificativos que ressaltam a força física e moral, representando a figura do gaúcho, destacando-o pelos seus feitos e capacidade de localização e ação, além de ser nomeado, de tal forma que podemos saber que os vaqueanos dos contos são denominados de Juca Picumã e José de Avençal, além de termos constatado que, pelas características dadas, ele deveria, por vezes, ser um habitante local da província, para que se movimentasse pelo território com tanta proeza. No entanto, se esse nome é verdadeiro ou uma mera invenção do autor não vem ao caso, o que queremos discutir é a falta de informações sobre um dos nossos agentes de informações, o bombeiro.

Os bombeiros - tanto em contos, quanto nas cartas encontradas - dificilmente são nominados. Cartas, ofícios, missivas raramente falam seus nomes, de tal forma que não sabemos quem é especificamente esse bombeiro, ou, no caso, esses bombeiros, já que são vários os agentes de informação espalhados pela província. Também não redigem cartas, apenas passam informações. “Interessa-me muito ser informado de todas as notícias, que dêrem os Bombeiros”<sup>178</sup>, escreveu Thomaz Jose da Silva a Manoel Jorge Rodrigues.

O que podemos afirmar sobre os bombeiros são suas funções, tais como fazer o reconhecimento da área, identificar o posicionamento das tropas inimigas, espiar os inimigos, na intenção de coletar informações sobre a movimentação das tropas. Bem como, infiltrar-se no corpo do exército inimigo quando possível adentrar em diferentes territórios. Faziam corridas rápidas, pequenas partidas de bombeiros deslocavam-se do corpo do exército para sair em observação. Seguiam na frente da patrulha ou destacamento para identificar a presença do inimigo e, dependendo da informação, a marcha era reduzida, sendo assim, “uma parte do movimento do inimigo [...] que existia na Boa Vista me chega um dos bombeiros que tinha na frente dando-me parte que tinha marchado a força toda na direção do Triunfo, motivo por que tive de demorar”, escreveu Antônio de Souza Neto a José Custódio<sup>179</sup>.

Coletar informação também caracterizava repassar tais informações aos comandantes militares. Sendo assim, traziam o comando informado, observavam para vir referir e narrar o

---

<sup>177</sup> PORTO ALEGRE, Apolinário Josh Gomes. *O vaqueano*. p. 15. Acesso em: 31 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua00031a.pdf>.

<sup>178</sup> Coleção Varela - CV-7911.

<sup>179</sup> Coleção Varela - CV-6316

que viram, expor o que se observou, atualizando-os comandantes tanto de iniciativas militares quanto dos rumores políticos. Além de podermos considerar as informações devidamente sigilosas das quais tinham cunho de interesse próprio dos comandantes, e que não foram relatados em cartas, é possível que possam ter informações mais contundentes em diários dos comandantes, além disso não temos informações mais precisas sobre seus interesses, já que as notícias eram relatadas oralmente.

Os bombeiros eram exímios na arte da cavalaria, tinham de observar a movimentação e a posição do exército inimigo e rapidamente partir em retirada, evitando de todas as formas de serem percebidos. O bombeiro age como um sentinela avançado, sozinho ou em grupo, seu dever é descobrir a posição do inimigo sem ser percebido, Como a já referida definição de Romaguera Corrêa “o bombeiro, em tempo de guerra, além de se disfarçar por todos os modos, percorre os altos dos cerros e coxilhas”<sup>180</sup>. Sendo assim, um bom bombeiro tinha conhecimento do território, era hábil na arte do deslocamento e da camuflagem;

Os bombeiros e os vaqueanos eram há muito tempo já utilizados para diferentes atividades sendo ela de obtenção de informações ou não. Marcia Miranda Eckert, em sua pesquisa, declara que “As ações das tropas de Artigas colocavam a capitania em alerta, mobilizando diferentes setores da sociedade”, dentre eles os “civis que com medo do avanço das forças orientais evacuaram as suas moradias, sendo a defesa da região entregue a corpos auxiliares formados por guerrilhas, vaqueanos e bombeiros”<sup>181</sup>. De tal forma que, no período estudado por Marcia Miranda Eckert, as guerrilhas, os vaqueanos e os bombeiros, poderiam exercer funções um tanto diferentes das exercidas pelos mesmos na Guerra dos Farrapos.

Devem-se considerar inúmeros fatores referentes às atividades de obtenção de informações dos agentes de informação. Em primeiro lugar considerar a quem esses homens deveriam se reportar, a um comandante, sendo ele tenente, coronel, entre outros, mantendo-os informados. Em segundo lugar, considerar que há a possibilidade de um mesmo agente de informação operar para os dois lados conflitantes ou, de certa forma, reportar-se a quem lhe pagar mais. É o que Varela expõem em seu primeiro volume da *História da Grande Revolução*:

---

<sup>180</sup> CORRÊA, Dr. J. Romaguera. *Vocabulário Sul Rio-Grandense*. Pelotas-Porto Alegre: Echenique & Irmãos - Editores - Livraria Universal, 1898, pp. 36-37.

<sup>181</sup>MIRANDA, Marcia Eckert. *A Estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. Tese de Doutorado. Campinas 2006, p. 124.

O indício é de monta. Outro, porém, de melhor quilate se nos ministra. Quando a “caixa militar, por mal provida, não dava para o exacto”; della “se subtraíam, quase diariamente, copiosas somas, a título de despesas secretas, com bombeiros (espiões), que se os havia, melhor serviam ao inimigo, do que a quem lhes pagava com tamanha prodigalidade”<sup>182</sup>.

A citação faz menção a uma nota explicativa sobre esse fenômeno sem precedentes, nas velhas contendidas da fronteira, entre lusitanos e castelhanos: “como já se disse, os espiões, que tão dispendiosamente se mantinham, eram mais exactos com o inimigo, e guardavam-lhe mais fidelidade, do que a quem tão largamente os pagava, nenhuma fé merecendo suas declarações”<sup>183</sup>. Temos também o fator de que as informações podem ou não ser fidedignas, já que esta é uma função especializada e ao mesmo tempo paga. Com isso, pode-se ou não adquirir informações precisas sobre o exército inimigo.

No entanto, ao que tudo indica pelas cartas encontradas, é que há, sim, uma fidelidade entre comandante e comandado, de tal forma que a possibilidade de as informações serem verídicas é muito maior do que a possibilidade do bombeiro de um comandante militar se vender a outro comandante inimigo. Temos também a questão de esse espião bombeiro ser a favor, ou não, de uma das causas conflitantes, de maneira que estariam ligados pelo exército imperial ou farroupilha.

De tal forma, após termos analisado os três agentes de informação, concluímos que o termo espia entrou em desuso, não aparecendo na documentação analisada, nem mesmo nos contos gauchescos. No entanto, os termos bombeiro e vaqueano continuaram a aparecer constantemente, e de tal forma analisaremos a atuação dos bombeiros na Guerra dos Farrapos, além de quando possível, demonstrar os casos encontrados das atividades dos vaqueanos e a ajuda que forneciam aos bombeiros em meio à guerra. Também podemos dizer que a recíproca sobre a fidelidade dos agentes de informação com seus comandantes é verdadeira, não tendo achado nenhum indício do contrário. E até o presente momento, temos apenas o caso de Bento Manuel Ribeiro, o qual poderíamos analisar de forma distinta, já que é o único caso de troca de lados na guerra. Sendo assim poderia ter levado consigo seus bombeiros de confiança, no entanto nada foi comprovado sobre essa hipótese.

---

<sup>182</sup> VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. Porto Alegre, Liv. Globo, 1933. 1 v.

<sup>183</sup> VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. Porto Alegre, Liv. Globo, 1933. 1 v.

## **CAPÍTULO III**

### **A GUERRA DE INFORMAÇÃO**

Este capítulo pretende analisar a segunda fase de movimentação dos agentes de informação na guerra dos farrapos, sendo de 1838 a 1840. Veremos como foram as movimentações nesse período, de acordo com a documentação de casos encontrados, nas quais se utilizava a espionagem na província.

Também tem o intuito de tratar da movimentação em São José do Norte, sendo um dos casos mais interessantes que encontramos, que é a sequência de 14 cartas de Antônio Soares de Paiva, Coronel Comandante da Guarnição de São José do Norte, as quais dão parte de todos os movimentos de seus bombeiros, no período de um ano, de 10 de julho de 1839 a 5 de julho de 1840.

#### **3.1. SEGUNDA FASE: ATUAÇÃO DOS AGENTES DE INFORMAÇÃO NA GUERRA DOS FARRAPOS (1838-1840)**

Na Guerra dos Farrapos a vitória mais importante para os farroupilhas aconteceu em 30 de abril de 1838, na chamada Batalha do Barro Vermelho, sob o comando de “Neto, Bento Manuel, Canabarro e João Antonio da Silveira”<sup>184</sup>. Segundo Spencer Leitman foi uma “batalha sem trégua, que fez 370 vítimas imperiais, tomaram Rio Pardo. Munições, cavalos, presas essa muito valiosas, caíram nas mãos dos insurgentes”<sup>185</sup>.

A partir de 1840, escassearam os recursos de guerra. As corridas e negociações com os caudilhos platinos eram fraudadas. O exército imperial empurrava os rebeldes para a região da campanha e expandia sua influência na metade sul da província e das Missões. Veremos, nesse período de 1838 a 1840, algumas atuações dos bombeiros na guerra.

Nesse momento, já sabemos a que os bombeiros são destinados e como devem agir para manterem o sistema de coleta e transmissão de informações, além da possibilidade de o mesmo espião negociar com a tropa inimiga, e mesmo a fidelidade do bombeiro a seu

---

<sup>184</sup> LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 40.

<sup>185</sup> LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 40.

comandante. No entanto, necessitamos saber ainda quem é esse bombeiro. Podemos confirmar que temos espiões de diferentes classes sociais, desde espiões escravos, quanto espiões da elite rio-grandense, como é o caso do Dr. Magalhães Calvet, médico, irmão de José de Paiva<sup>186</sup>.

Com isso, encontramos sobre os bombeiros e quem eles possam ser, apenas o capítulo de Daniela Vallandro de Carvalho, intitulado “Da fuga dos exércitos a fuga para os exércitos: meandros das estratégias cativas em tempos de guerra no sul do Império (guerra civil farroupilha, século XIX)”, no livro organizado por Miquéias Mugge e Adriano Comissoli, “*Homens e Armas, recrutamento militar no Brasil, século XIX*”, no qual a autora trata de casos específicos de espiões escravos usados como bombeiros.

Como o caso do escravo João, que fugiu das tropas rebeldes e acabou preso pelos legalistas, a 8 de agosto de 1837. No interrogatório do 8º batalhão, contou que o seu senhor se apresentou às forças rebeldes e ingressou em seus serviços. João diz que não queria seguir o seu dono. Já no caso do pardo Antônio, o senhor foi morto pelos rebeldes. Passou a viver com a viúva, Clara Antônio de Oliveira. Era perseguido pelos rebeldes. Ainda com o senhor vivo, era responsável por levar a comunicação para o “Faxinal”. Era perseguido, por que sabia das movimentações militares rebeldes; ainda assim era desejado<sup>187</sup>. Ao ponto em que o escravo Antônio era destinado a levar a comunicação, podemos crer que seu senhor, quando ainda vivo, era um espião, não bombeiro especializado, mas quem fornecia informações do local em que estava, de tal forma a configurá-lo como espião. Com isso, queremos demonstrar que o senhor dono do escravo Antônio agia como agente de espionagem e não como bombeiro.

Mas havia pessoas da província que moravam no Estado Oriental e davam notícias de movimentações dos rebeldes, ou referente à política dos países de fronteira. Esses cidadãos, ao trazerem, informações mesmo que não tenham especialização profissional alguma, caracterizavam o processo de espionagem na província apenas pelo fato de darem notícias sobre o que viram ou ouviram falar. Sendo assim, essas pessoas faziam parte do processo de espionagem na província sem que soubessem da importância de suas informações.

Dessa maneira, podemos elencar alguns cidadãos que deram notícias do estado Oriental. Na maioria das cartas, davam notícias das movimentações das tropas de Frutuoso

---

<sup>186</sup> SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio, seguida das “Efemérides” principais de 1835-1845, fartamente documentadas*. 3.ed. São Paulo: Ed. Nacional; Ed. Universidade de Brasília, 1982, p. 30.

<sup>187</sup> CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Da fuga dos exércitos à fuga para os exércitos: Meandros das estratégias cativas em tempos de guerra no sul do Império (Guerra Civil Farroupilha, séc. XIX)*. In: MUGGE, Miquéias H; COMISSOLI, Adriano (orgs). *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil, século XIX*. São Leopoldo, Oikos, 2011, pp. 113-143.

Rivera, ambos encontravam-se na província: João Correia Mirapalheta<sup>188</sup>, Antonio Carlos Soares<sup>189</sup>, D. Carlos Nunes<sup>190</sup>, José Antonio Gerena<sup>191</sup>, Francisco José de Assunção<sup>192</sup>, Alexandre Barcelos<sup>193</sup> e Inácio Alz<sup>194</sup>. Dessa forma, podemos dizer que, para a manutenção e a organização política, havia um processo de espionagem desenvolvido na província, devido à possibilidade de conflito na fronteira e às desconfianças da Corte em relação aos comandantes farrapos e suas relações com líderes orientais, devemos lembrar que:

boa parte das desconfianças da Corte em relação ao Coronel Bento Gonçalves da Silva, entre 1828 e 1835, vinha de sua atuação autônoma dando proteção às forças do líder oriental Manuel de Lalleja concedendo-lhe exílio, emprestando-lhe homens e cavalos. O próprio apoio de líderes uruguaios foi essencial para a viabilidade da insurreição farroupilha, comandada por aquele mesmo Bento Gonçalves. No mesmo sentido, as ligações de Bento Manoel Ribeiro com o general uruaio Frutuoso Rivera formavam parte do cabedal militar que permitiu a Bento Manoel trocar de lado três vezes ao longo da revolução<sup>195</sup>.

Contudo, nosso foco da pesquisa são os agentes de informação. Sendo assim, sabemos que os bombeiros, engenhosamente infiltrados, algumas vezes no corpo do exército inimigo, além das demais funções que exerciam, facilitavam as previsões de ofensivas e defensivas, conforme o conteúdo das informações, ao passo que os vaqueanos traçavam e guiavam os comandantes pelo território.

Com isso, dava-se início ao circuito de comunicação na província, que durante toda a guerra, entre rebeldes e imperiais, operacionalizaram-se numa rede de espionagem que ocupou todo o conflito. O estado de guerra na província fez-se constante. Desse modo Clausewitz diz que a

condução da guerra é a formação e condução da luta. Se esta luta fosse um acto, único, não haveria necessidade de mais qualquer subdivisão, mas a luta

---

<sup>188</sup> Coleção Varela - CV-4015

<sup>189</sup> Coleção Varela - CV-4016

<sup>190</sup> Coleção Varela - CV-4017

<sup>191</sup> Coleção Varela - CV-4018

<sup>192</sup> Coleção Varela - CV-4019-CV-4020

<sup>193</sup> Coleção Varela - CV-4021-CV-4022

<sup>194</sup> Coleção Varela - CV-4023

<sup>195</sup> FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2007, p. 186.



compõe-se de um número, maior ou menor, de acções separadas, completas em si mesmas, a que chamamos combates, [...] Daqui resulta as actividades completamente diferentes, a da *formação* e *condução* destes combates singulares de per si, e a *combinação* de uns com os outros, tendo em vista o objectivo final da guerra. Ao primeiro caso dá-se o nome de *táctica*, ao outro *estratégia*<sup>196</sup>.

Ambos os lados demonstravam particular preocupação sobre se manter informados, pois na guerra, se um dos lados pudesse saber mais sobre o inimigo, já estaria em vantagem estratégica. Seguindo a classificação de Clausewitz de que “*a táctica é a teoria da utilização das forças militares em combate. Estratégia é a teoria da utilização dos combates para alcançar o objetivo da guerra*”<sup>197</sup>. Dessa forma, ao longo dos anos, as duas forças divergentes deslocaram uma rede de agentes sobre os principais pontos da província, e de posse de tais informações os poderes locais definiam suas estratégias de ação.

Na documentação encontrada conseguimos perceber que a maioria das missivas foi escrita por comandantes militares imperiais. Também pelos principais comandantes farrapos que, no entanto, fizeram pouca menção a seus bombeiros, pois eram possíveis as interceptações das cartas, as quais poderiam revelar o que os farrapos sabiam ou pretendiam fazer.

Bento Manuel Ribeiro é um dos agentes envolvidos no recrutamento e na manutenção dos núcleos de bombeiros atuantes na província, comandava “grande número de espões ou bombeiros”<sup>198</sup>, os quais espalhou pela redondeza. Tal fator justificável pelo seu cabedal militar que além de conferir certo grau de autonomia “permitiu a Bento Manuel trocar de lado três vezes, ao longo da revolução e, mesmo assim, continuar tendo sua chegada comemorada por cada um dos lados para o qual ele pendia”<sup>199</sup>.

Em 3 de abril de 1839, Bento Manuel está ao lado dos farroupilhas, sendo ele o oficial de 1ª linha mais graduado do exército. Podemos perceber isso em carta de Antônio Felix Lobo, major graduado e secretário do comando das armas, que fez uma relação dos oficiais de 1ª linha do exército pertencentes à província, que estavam a serviço dos revoltosos.

<sup>196</sup> CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. Trad. Inês Busse. Lisboa: Europa-America, s/d. p. 94.

<sup>197</sup> CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. Trad. Inês Busse. Lisboa: Europa-America, s/d. p. 95.

<sup>198</sup> SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio, seguida das “Efemérides” principais de 1835-1845, fartamente documentadas*. 3.ed. São Paulo: Ed. Nacional; Ed. Universidade de Brasília, 1982, p. 39.

<sup>199</sup> FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2007, p. 186.

**TABELA 1 - Relação dos oficiais de 1ª linha do Exército pertencentes a Província**

**Relação dos oficiais de 1ª linha do exército pertencentes a esta província, que uns se acham ao serviço rebelde e de outros se ignora o seu destino.**

**Brigadeiro Bento Manuel Ribeiro**  
**Coronel Bento Gonçalves da Silva**  
**Major José Luís de Andrada**  
**Dito Ricardo Alves Macedo**  
**Dito José Mariano de Matos**  
**Capitão Domingos Crescêncio de Carvalho**  
**Dito Manuel Ribeiro de Moraes**  
**Dito Joaquim Eugênio da Costa**  
**Dito Damião Damasceno Rosado**  
**Dito Luís Eugênio Malha**  
**Capitão Graduado Antônio José do Amaral**  
**Dito dito João Batista Rodrigues**  
**Dito dito Francisco de Assis Feijó**  
**Tenente José Antunes da Porciúncula**  
**Dito Antônio Coelho de Souza**  
**Dito Felisberto Fagundes de Souza**  
**Dito Bento Tomás da Silva**  
**Dito Hipólito José Rodrigues**  
**Dito Zeferino Domingues de Oliveira**  
**Dito Quartel-mestre Narciso José de Jesus**  
**Tenente Inácio Joaquim de Camargo**  
**Dito Joaquim Máximo Lobato**  
**Dito Joaquim Antônio Centeno**  
**Dito Cândido José Sanches da Silva Brandão**  
**Dito Francisco de Assis Chagas**  
**Dito José Aureliano Rolão**  
**Dito José Maria Pereira de Campos**  
**Dito ajudante Narciso Raimundo de Aquino**  
**Tenente Manuel Rodrigues Gambôa**  
**Alferes Antônio Carlos do Soveral**  
**Dito José Vitorino Pereira Coelho**  
**[1v.] Alferes Manuel Martins da Silva**  
**Dito Bento de Melo Rego**  
**Dito Quartel-mestre Manuel Antônio da Silveira**  
**Alferes Bernardo Lopes Duro**  
**Dito José Maria Amaral**  
**Dito Francisco Lucas de Oliveira**  
**Dito José Alves de Moraes**  
**Dito José Pinheiro de Ulhoa Cintra**  
**Dito Serafim Joaquim de Alencastro**  
**2º Tenente Joaquim José Ferreira Vilaça**  
**Alferes José Delfino de Camargo**  
**Dito José Gonçalves de Freitas**

**Dito Sezenando Antônio Bulhões Liote**  
**Cirurgião-mor Boaventura Alves Ferreira**  
**Dito dito Manuel Joaquim Barbosa**  
**Dito Ajudante João Moreira dos Santos**  
**Alferes Manuel Correia Vasques**

**Fonte:** Coleção Varela - CV-5519

No entanto, Bento Manuel, a partir da documentação encontrada só faz menção a seus bombeiros em uma carta, na qual relata: “O Cardozo e Rosa trouxeram noticia, que Netto está na Villa de Piratinym, pode querer ganhar-nos a retaguarda, e por isso amanhã volto d’este ponto a repassar na Cachoeira, e esperar novos bombeiros que mandei a Santa Anna de Camaquam”<sup>200</sup>. Bento Manuel se achava a mando dos imperiais no ano de 1836, quando a carta é redigida e enviada a Oliverio José Ortiz, Coronel Comandante da Divisão da Esquerda.

A atuação de Bento Manuel Ribeiro na Guerra dos Farrapos sempre foi tida como perigosa, no entanto seu cabedal militar fazia com que, mesmo com as desconfianças perante ele, ainda fosse requisitado por ambos os lados conflitantes. Luis Augusto Farinatti traz parte da trajetória de Bento Manuel Ribeiro, de 1834 a 1837, o qual nos faz compreender um pouco dessa figura:

O então Coronel Bento Manoel Ribeiro era Comandante da Fronteira de Alegrete, quando foi destituído pelo Comandante de Armas da Província, em 1834. Este ato motivou sua adesão ao movimento que derrubou o Presidente da Província, no ano seguinte. Quando o novo presidente, José de Araújo Ribeiro, foi nomeado, Bento Manoel posicionou-se favoravelmente a ele, e tornou-se um bastião legalista, ocupando ele próprio o Comando das Armas da Província. Mas uma nova reviravolta na política provincial, com a substituição de Araújo Ribeiro pelo General Antero de Britto motivaram nova troca de posições do líder fronteiriço. Assim, em 1837, Bento Manoel voltava para o lado farroupilha. Porém, em 1839, ele se licenciou do posto de General da República Rio-grandense e abandonou a guerra para cuidar de seus interesses particulares. Em 1842, o Barão de Caxias foi até o sul para assumir o comando das forças legalistas, com a missão de encerrar o conflito, que já durava tempo demais. Rapidamente, Caxias compreendeu que o cabedal militar de Bento Manoel era de suma importância para a vitória do Império. Ele tinha relações, prestígio social, conhecia como poucos os farrapos e as vicissitudes da guerra na Fronteira. O Barão precisou vencer a resistência dos políticos da Corte, que consideravam muito perigoso solicitar auxílio a Bento Manoel, depois que ele havia traído as tropas legalistas, em 1837, passando para o lado dos rebeldes<sup>201</sup>.

<sup>200</sup> Coleção Varela - CV-7708

<sup>201</sup> FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2007, p.188.

Com isso, podemos saber um pouco mais da trajetória de guerra de Bento Manuel, que “comandou sempre numa versatilidade quase incompreensível, [...] Assim, “a balança da vitória pendia, quase sempre, para o lado em que se encontrava Bento Manuel”<sup>202</sup>. Dessa maneira, no momento em que o Barão de Caxias incorpora Bento Manuel nas forças imperiais, ambos passam gradativamente a enfraquecer as forças farrapas.

Contudo, não conseguimos documentação pertinente sobre os bombeiros de Bento Manuel, para que pudéssemos compreender como se dava a relação de reciprocidade e confiança entre eles. Mesmo sendo parcas as informações que temos sobre os bombeiros de Bento Manuel, podemos afirmar que ele mantinha bombeiros a seu mando, o que não podemos no momento é determinar o tamanho dessa rede de espionagem mantida por ele. Podemos supor que seus bombeiros eram muito bem camuflados, e que Bento Manuel não dava parte de seus bombeiros a comandantes superiores, para que não houvesse interceptações das cartas pelo exército inimigo.

Havia, então, a possibilidade de que os bombeiros fossem pegos pelas forças do inimigo e, dessa forma, fariam com que os bombeiros dessem parte das notícias que haviam adquirido. Podemos verificar isso na carta de Henrique Marques de Oliveira Lisboa, Coronel comandante da brigada em operações em Santa Catarina que, em carta, narra o ocorrido com as forças do Major Souza, após seu bombeiro ter sido interceptado, “na mesma marcha prenderam um bombeiro dele e fizeram com que o dito bombeiros desse uma notícia exata da força e do estado dela, o que andava fazendo”<sup>203</sup>. Nessa interceptação do bombeiro do Major Sousa, ficaram então os farrapos a saberem onde estavam as forças do major.

Dadas as posições do Major Souza, foram ao seu encontro, e sem possibilidade de retirada de suas forças, acabou se entregando sem maior resistência, dada as forças ao seu mando serem inferiores às do inimigo, enquanto os praças que com ele estavam e não quiseram se entregar fugiram.

Nesse trecho, podemos perceber que ambos os lados estavam empregando bombeiros para precaverem-se de ataques surpresas. Podemos ver mais um exemplo no qual foram empregadas as forças dos bombeiros: “tiverão avizo que naquelas immediaçoens se achavão forças anarchistas Commandadas por João Antonio, as quaes mandarão bombear, e a

---

<sup>202</sup> MENDES, Jeferson. *O Barão de Caxias na Guerra contra os Farrapos*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo, 2011, p. 16.

<sup>203</sup> Coleção Varela - CV-5509

avaliarão em 400 homens: não tardou em apresentar o inimigo oferecendo o combate, deixando huma emboscada de 300 homens num espinhal proximo, Commandada por Bento Manoel”<sup>204</sup>. Nesse caso, mesmo tendo mandado bombeiros para saber das forças do inimigo, não tiveram tempo suficiente para que pudessem se precaver de um ataque.

Na mesma carta, Francisco de Castro Matutino Pita que a escreveu dando as notícias do ocorrido a Antonio Elesiário de Miranda e Britto, menciona ainda que “A Força que o inimigo apresentou naquelle dia foi calculada em 700 à 800 homens”<sup>205</sup>. A notícia dada pelos bombeiros nesse caso foi parcial, haviam eles avistado apenas 400 homens das forças farrapas, não considerando o contingente que já estava preparado para emboscada; dessa maneira, não seria possível combater os farrapos de forma igualitária, já que os farrapos tinham mais homens escondidos. “A guerra, embora, em última análise, seja o combate, é também planejar onde e quando combater e esconder do inimigo nossas intenções enquanto procuramos ataca-lo”<sup>206</sup>.

Para que esses encontros, então, não ocorressem com forças inferiores às do inimigo é que se faziam cada vez mais necessários os serviços dos bombeiros, os “comandantes têm sempre que procurar enganar o inimigo e devem fazer um esforço equivalente para se protegerem contra a surpresa, principalmente por meio da espionagem e da interceptação das comunicações do inimigo”<sup>207</sup>, ou seja, pagava-se o que fosse necessário para que desempenhassem suas atividades: “ou se não mande Entretanto– Bombeiros pella Margem direita e pela Ezquerda do Rio Negro – Pagos a bom dinheiro”<sup>208</sup>. Mas, as despesas poderiam ser pesadas para o Tesouro Real, “V. Exa. Mande-me mais algum dinheiro para as despesas que são muitas com bombeiros e próprios”<sup>209</sup>.

No entanto, não saíam baratos tais serviços. Assim os comandantes tinham que limitar esse serviço e necessitavam fazer advertências a seus comandados, como por exemplo: “Já dezaprovei esta sortida ao Tenente Coronel Commandante, e que só se deve limitar as trincheiras, e que alem d’ellas só pode empregar bombeiros no descobrimento das forças e movimentos do inimigo: esta não hé a primeira vêz [1v] que lhe ordeno isto”<sup>210</sup>. Essa carta foi escrita pelo Brigadeiro Comandante Francisco de Castro Matutino Pita, que estava

---

<sup>204</sup> Coleção Varela - CV-7468

<sup>205</sup> Coleção Varela - CV-7468

<sup>206</sup> KEEGAN, John. A Batalha e a História. Tradução de Luiz Carlos Carneiro de Paula. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed, 2006, p. 91.

<sup>207</sup> KEEGAN, John. A Batalha e a História. Tradução de Luiz Carlos Carneiro de Paula. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed, 2006, p. 91.

<sup>208</sup> Coleção Varela - CV-8028

<sup>209</sup> Coleção Varela - CV-5528

<sup>210</sup> Coleção Varela - CV-7492

aparentemente na carta descontente com as atitudes do Comandante da Villa de São José do Norte, pois no dia 23 de março de 1839, data da carta, descreve que ocorreu:

um intrincheiramento huns dez ou doze anarchistas, o Tenente Coronel Commandante daquela Villa teve a imprudencia de deixar sahir o Tenente Carneiro com quatorze Cavalleiros mal montados, ainda que acompanhados pôr hum suporte de Infantaria: o inimigo retirou-se e o tenente teve a imprudencia de o seguir até perto dos três Capoens, aonde o Inimigo tinha hua embuscada; da qual foi victima o dito Tenente Carneiro<sup>211</sup>.

Os valores pagos variavam bastante, entre dez a quarenta patações de cobre ou prata, podendo ser ainda maiores, de acordo com as atividades desempenhadas e os riscos corridos pelos bombeiros: “Estes 4 Individuos forão ganhar dez patações de prata cada hum, conforme V. Exa. o havia ordenado; e espero eu V. Exa. me mande entregar esta quantia para saptisfazer a elles, conforme prometi”<sup>212</sup>.

e estes bombeiros que mandei ao Montenegro não quiseram ir sem que lhes dissesse o quanto iam ganhar, aos quais para este fim ofereci-lhes 40 patações cobre e 30 ao próprio que mandei a vila de, e que de outra maneira não querem fazer as bombeações; não sei se seria da vontade de V. Exa., mas porque vi que era preciso e pelo contrário os homens não iam por serem as bombeações muito arriscadas<sup>213</sup>.

Foram várias as tentativas de ataques surpresas empregados pelos imperiais e pelos farrapos. Os dois lados estavam cautelosos, preparando-se para as surpresas que pudessem aparecer pelo caminho. No entanto, nem sempre eram efetivas as tentativas de ataques surpresas, como podemos observar nesta carta: “e mandei hoje dois bombeiros para o distrito, homens de fiança, e, em recolhendo-se, melhor poderei informar a V. Exa.; respeito à emboscada que fiz aos rebeldes, que em outro participe-lhe, foi baldada, que perdi dois dias e eles não vieram”<sup>214</sup>. Desse modo, as investidas podem não ocorrer como o previsto.

---

<sup>211</sup> Coleção Varela - CV-7492

<sup>212</sup> Coleção Varela - CV-7497

<sup>213</sup> Coleção Varela - CV-4136

<sup>214</sup> Coleção Varela - CV-4137

Nesse caso, podemos ponderar, como se faziam vigilantes e empregando bombeiros nas descobertas de forças e possíveis emboscadas, que algum bombeiro dos farrapos tenha dado parte da emboscada pretendida pelos imperiais, fazendo com que eles recuassem. Ainda a respeito dos bombeiros que foram destinados a bombear o distrito: “Respeito aos bombeiros que mandei ao distrito, não puderam atravessar o campo por estarem com muita atividade os rebeldes”<sup>215</sup>, tendo saído então em 14 de maio de 1839 e devido ao impedimento voltaram em 16 de maio do mesmo ano.

Havia também bombeiros a mando das tropas, os quais, se não tivessem os recursos necessários, faziam-se inúteis: “O grosso da força do inimigo, segundo todas as notícias, ocupa o passo do Rosário na margem esquerda do rio Santa Maria, tendo a sua frente mascarada com diferentes grupos bem montados, tornando-se por isso muito difícil em um campo aberto ter notícias diárias por nossos bombeiros mal montados”<sup>216</sup>. Essas são notícias dadas pelo coronel Manuel dos Santos Loureiro. Podemos supor também que os diferentes grupos bem montados dos farrapos, poderiam ter sido atribuídos aos bombeiros bem montados, ao contrário das tropas imperiais comandadas pelo coronel Manuel. Devemos considerar também que os bombeiros tanto quanto os soldados das tropas necessitavam muito de montaria, o que as vezes se faziam escassos.

Outro caso possível que ajudaria a qualquer um dos lados é o fato de poder-se adquirir, mediante pagamento, pessoas das tropas inimigas, sendo elas bombeiros ou soldados, para que dessem parte ao inimigo de dentro de suas tropas:

Receby o officio de V. Exa. de datta de hontem, que acompanha as noticias que dão os Bombeiros; se podesse-mos adquirir entre os rebeldes hum amigo fiel, e com bastante intelligencia para nos informar da força dos Corpos com exactidão, e que estivesse ao facto de seus Planos, éra couza maravilhóza; mas penso impossivel de alcançar<sup>217</sup>.

Demonstra, ainda, que os comandantes buscavam bombeiros capacitados, fiéis e inteligentes, para que pudessem manter a rede de informações que se faziam importantes na guerra. Essa seria uma das táticas mais arriscadas para se empregar na obtenção de

---

<sup>215</sup> Coleção Varela - CV-4138

<sup>216</sup> Coleção Varela - CV-5559

<sup>217</sup> Coleção Varela - CV-7914



informações precisas, sobre as forças do inimigo, as suas posições e seus planos, já que haveria a possibilidade de essa pessoas ou bombeiro ser pego, pois

O inimigo serve-se de todas as artimanhas para conseguir seus fins, e pode bem ser que este mesmo aviso seja um de seus estratagemas; todavia o negócio pede que tudo seja ponderado. Eu a 5 dias que mandei bombeiros a cima da serra; hoje dei ordens para irem outros, e espero notícias da posição de Bento Gonçalves e destino de David Canabarro, e do [1v.] que souber avisarei a V. Exa.<sup>218</sup>.

Como se pôde perceber por essa carta e em várias outras já mencionadas neste trabalho, as tropas contavam com um considerável contingente de bombeiros. Como é dito na carta, “mandei bombeiros” e “dei ordens para irem outros”, demonstra que não havia um só bombeiro para todos os movimentos do inimigo, até mesmo porque os ataques poderiam vir de diferentes lados. Dessa maneira, era, sim, necessária uma rede de espionagem, administrada pelos oficiais de alta e baixa patente e desenvolvida pelos bombeiros.

### 3.2 ATAQUE A GUARNIÇÃO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Um dos casos mais interessantes que encontramos, é a sequência de 14 cartas de Antônio Soares de Paiva, Coronel Comandante da Guarnição de São José do Norte, nas quais dá parte de todos os movimentos dos bombeiros a um oficial superior: “Continuando a cumprir os meus deveres, ponho na presença de V. Exa. a original parte que tive do Bombeiro da frente”<sup>219</sup> - nesse caso, ao Tenente General Comandante em Chefe do Exército Manoel Jorge Rodrigues. Dentre as 14 cartas enviadas por Paiva, a maioria foi destinada a Manoel Jorge Rodrigues, as cartas encontradas seguem de 10 de julho de 1839 a 5 de julho de 1840, o período de um ano, com espaçamento de meses entre as cartas. No entanto, demonstram a preocupação em empregar bombeiros para a obtenção de informações, para melhor proteger a guarnição de São José do Norte.

---

<sup>218</sup> Coleção Varela - CV-5621

<sup>219</sup> Coleção Varela - CV-7099

“Na manhã de 8 do corrente, recolhendo-se hum Bombeiro, que havia mandado até o Estreito à indagar os movimentos dos rebeldes, obtive as minuciozas noticias, que, por copia, levo a prezença de V. Exa.: ellas parecem dignas de algum credito, até mesmo pela coherencia que tem as que aparecem vindas dessa cidade”<sup>220</sup>. A todo momento são empregados bombeiros para observação do inimigo, eles podem tanto estar vigiando de longe, quanto podem estar infiltrados no exército inimigo, “sendo huma do Bombeiro que conservo entre eles”<sup>221</sup>. Dessa maneira, a função do bombeiro é considerada de risco, não podendo ser ele descoberto pelas forças inimigas.

Tenho a honra de passar as mãos de V Exa. a copia junta, que neste momento recebo de nosso Bombeiro deste lado; por ella conhecerá V Exa. O juiso que os anarchistas fazem do nosso movimento. S. Exa. se dignará disermme o que convém que eu lhe mande diser para elle lá fazer constar, ou, emfim, o mais que V. Exa. julgar conveniente<sup>222</sup>.

O fragmento acima, além de dar parte do movimento dos inimigos, pede instruções para o prosseguimento do serviço do bombeiro, como ele deveria proceder de acordo com as informações dadas (não temos acesso às informações dadas pelo bombeiro), também traz uma característica única, ao mencionar que remeteria “cópia da carta”, que havia recebido de um “bombeiro”. Dessa forma, podemos aqui afirmar a existência de cartas escritas pelos bombeiros, que até então não tínhamos conhecimento. Normalmente, as notícias eram compiladas e passadas para os demais oficiais, pelos comandantes das guarnições e das tropas, de maneira que as informações eram obtidas de diferentes formas, porém quase sempre repassadas da mesma forma, por cartas escritas pelos comandantes e não por subalternos, soldados e ou qualquer função de baixa patente. Contudo, a carta abaixo, demonstra a escrita de um bombeiro do Coronel Paiva:

Ilmo. Senhor.

Hoje, 21 de Março d 1840.

Participo a V. Sa. que de Mustardas só marchou parte da gente comandados pello Elias se ce acharão em São Simão e o resto se achavão em Mustardas com o Mingote e estavão esperando o resto da Cavallhada e gente do Estreito

---

<sup>220</sup> Coleção Varela - CV-7072

<sup>221</sup> Coleção Varela - CV-7076

<sup>222</sup> Coleção Varela - CV-7097

que no dia 19 dá se aVião de achar para marcharem para se reunir com o Canavarro deixando aqui huma polícia de 30 homens velhos e algumas crianças commandados pello Gutardo; O Canavarro se acha acampado entre capivari e palmares com quatro centos e tantos homens e troce com sigo huma purção de carretama com as famílias que elles vierão trazendo emganadas da laguna que já huma purção dellas [1v] se tem hido embora para a Laguna dizem por aqui que canavarro temciona dar hum asalto ahi no Norte, mais porem eu duvido que elle caia nessa; o que eu suponho he que elle com esse Voato quer ver se assim apanha lá toda acavalhada e gente de Mustardas e Estreito, pois elle bem necitado está dessa cavallhada por se achar muito apé a força do citio de Porto Alegre se acha em movimento eja tem Marchado para abanda de Capivari; também sefalla que Marchou huma força rebelde do citio de 800 a 900 homens commandados por Antonio Manoel Agostinho e outros para hirem atacar a nossa força [2] que vem de São Paulo, que já tinhão sido vistas por elles rebeldes as nossas partidas dessa força no campo da vacaria e por isso mandarão aquella gente a toda apreça aver se os podião atacar e estão a espera deste rezultado para saberem o que handem deliberarem he por hora o quanto tenho a participar a V. Sa. pois não me descuido e estou com toda a cautella evigilancia de todos os movimentos do Inimigo e de que algum movimento ou movida pequena ou grande que seja ou logo emediatemente mandarei ou erei peçoalmente participar a V. Sa. mais com tudo deve estar agora com [2v] com alguma cautella athe ver o movimento do tal canavarro que julgo o que breve se saberá.

Do bombeiro do Cel Pa Paiva.

Norte<sup>223</sup>.

É claro que, de acordo com uma maior quantia de missivas escritas, esses dois casos de menção de um bombeiro que realmente relatou o que viu de forma escrita é raro, já que, como mencionado, essa tarefa era destinada aos comandantes. Todo esse processo de escrita seguia a hierarquia militar da província, tanto pela redação das correspondências, quanto pelo fato de todos os oficiais reportarem-se a um oficial superior. A todo momento, os comandantes deveriam reportar-se a seus superiores e esperar respostas do que deveriam fazer para dar prosseguimento aos seus movimentos e às ações de suas tropas, além de muitas vezes necessitarem de apoio militar para algum possível confronto.

Constando-se por participação do Bombeiro da frente, que acabo de receber com dacta de hontem, que os rebeldes se reúnem em grande Numero para virem evadir esta Praça como se manifesta da copia junta; julgo de meu dever communicallo a V. Sa., para que se digne reforçar esta Guarnição com a força que puder dispençar, athe que se manifestem as marchas e tentativas dos mesmos rebeldes<sup>224</sup>.

---

<sup>223</sup> Coleção Varela - CV-7100

<sup>224</sup> Coleção Varela - CV-7110

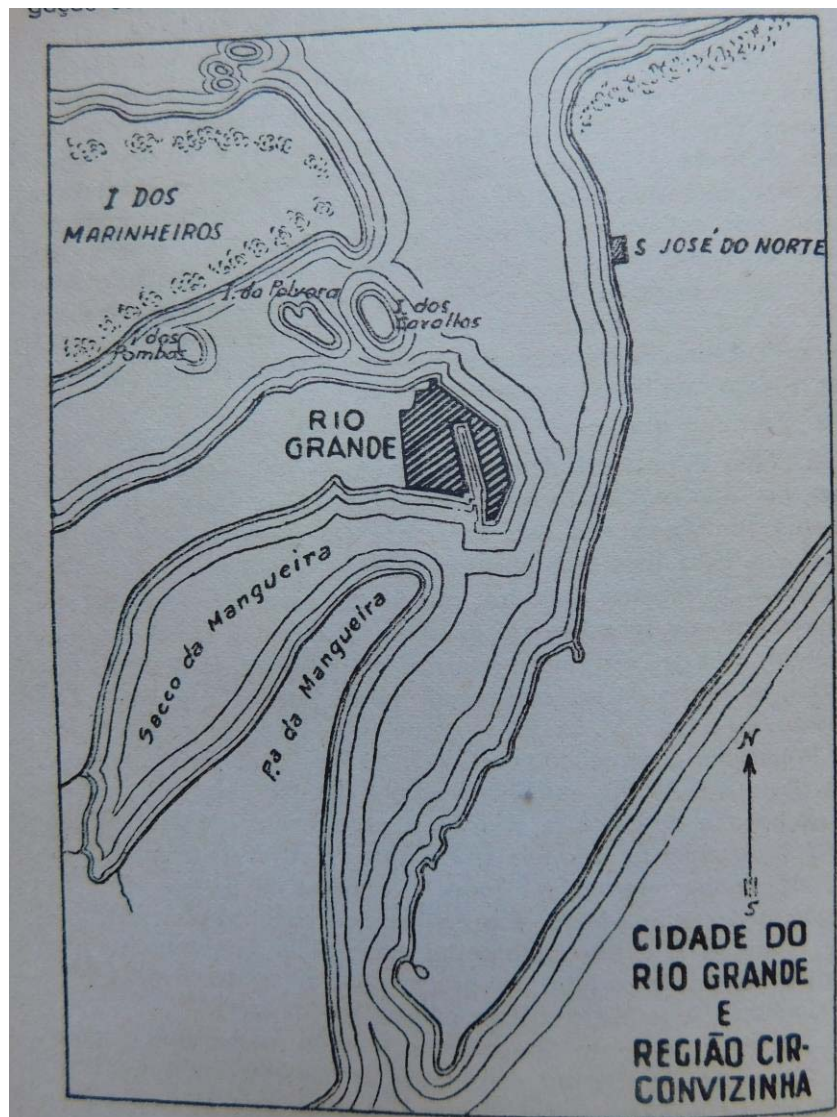
A preocupação do Coronel Paiva era de um possível ataque a sua guarnição. A carta é destinada então a Manoel Jorge Rodrigues e ao Coronel Comandante da Guarnição do Rio Grande, Jacinto Pinto de Araújo Correia, a quem pedia reforço, com a quantia de praças que pudesse dispensar. A última carta que encontramos do senhor Paiva, o qual emprega bombeiros para descobrimento do movimento dos inimigos, foi em 5 de julho de 1840, a qual dá parte da movimentação dos farrapos: “Junto achará V. Exa. as duas partes do Bombeiro da frente e por elas verá a posição que ocupão os rebeldes, e as Invernadas de suas Cavalhadas”<sup>225</sup>.

A intenção dos farrapos era de um ataque surpresa à cidade de São José do Norte, a qual, como vimos, estava sob o domínio do Coronel Comandante da Guarnição, Antônio Soares de Paiva, a mando dos imperiais, com o intuito de dominar São José do Norte e, a partir deste domínio passar a atacar a cidade de Rio Grande e tomar seu porto marítimo.

---

<sup>225</sup> Coleção Varela - CV-7114

**MAPA 5 - Cidade de Rio Grande e Vilarejo de São José do Norte**



**Fonte:** FRAGOSO, Augusto Tasso. *A Revolução Farroupilha (1835-1845)*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1938, p. 172.

O ataque ocorreu na madrugada de 16 de julho de 1840, e foi relatado em carta de 17 de julho de 1840 por Antônio Soares de Paiva, que foi ferido na batalha, ao Ministro da Guerra e feita uma cópia da carta por Francisco Jozé d'Amorim, Tenente Graduado Servindo de Secretário, (na ausência do secretário), ao Tenente Manoel Jorge Rodrigues, a qual tivemos acesso:

Cópia. Ilmo. e Exmo. Sr. = Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa., que à huma hora da noite do dia 16 do corrente foi atacada esta Guarnição em todos os seus pontos pelos rebeldes, em numero de mil a mil e duzentos homens de todas as armas ao mando de Bento Gonçalves, e

Crescencio, conseguindo forçar a Cortina entre as Batarías nº 2 e 3, e tomar as ditas Batarías, e invadir o centro da Villa; porém pagáráo bém caro o seu arrojio, por quanto soffrerão hum fogo infernál da nossa Furilaria, e das quatro baterias, que sempre conservamos, não tirando vantagem das duas que eles occupáráo, pois que apenas a 3ª fêz tres ou quatro tiros contra a 4ª que occupava-mos, a mesma que lhe respondeu com hum vivo fogo, e também dirigido que os obrigou a encravar duas Peças, e a não fazérem mais fogo de Artilharia. A perda das duas Batarías foi devida a impiricia dos officiaes que as commandávão, a 3ª pela pouca vigilância com que estava o Capitão João Nepomoceno da Silva Portella do Corpo expedicionario d'artilharia, que nella foi prizioneiro; e a 2ª pela falta de actividade do 1º Tenente Bento João.

No centro da Villa no Quartel do 2º Batalhão, e nas quatro Batarías que guarnecia-mos não cessou o fogo desde hũa hora ate as nove, ao qual respondia o inimigo corajosamente, fazendo toda a delligencia por sustentar os pontos que tinha gánho, ambicionando a possár-se de toda a villa para effectuar o saque que lhes éra prometido por seus maiores. Havião trez dias que huma forte Tempestade de vento privava a communicacão dêsta Guarnição para a do Rio Grande e vice-versa, e por isso não era possivel recebermos socorros d'ali com a promptidão que as circunstancias exigião; com tudo às tres horas da noite chegarão tres Lanchas com 35 praças, e às nove [1v] horas da manhã atracarão duas com mais 40, e já se dividávão, que sahião do Sul outras, que a remos forcejávão por socorrermos, o que só poderão conseguir humas à tarde, e outras à noite. Nestas circunstancias com aquelle piqueno reforço chegado às nove horas como fica ditto me dicidei a mandár attacár as duas Batarías, que o inimigo possuia, e tivemos a filicidade de as ganhár com pouca perda nossa, porque o inimigo além de pouca resistencia se pôz em vergonhoza retirada, na qual foi acossado com metralha, e fuzilariadas Batarías, de que lhes resultou conciderável perda<sup>226</sup>.

Foi um grande ataque à guarnição de São José do Norte. Pelo que pudemos observar na carta, as forças a mando de Bento Gonçalves estavam com um grande efetivo de soldados e a batalha não foi tão rápida, pois iniciou a uma hora da madrugada e estendeu-se até as 9 da manhã, com fogo intenso de ambos os lados. Segundo Tasso Fragoso “S. José do Norte estava provida de uma linha de trincheiras e que havia nessa linha, a distâncias apropriadas, pequenos fortes ou, melhor, posições especiais para a artilharia, e talvez para flanqueamento, denominado baterias”<sup>227</sup>. A tomada do povoado de São José do Norte, segundo Fragoso, foi rápida, perto das duas e meia da madrugada já haviam dominado diversos pontos do povoado, e o inimigo estava a se esconder. Dessa forma, para que os imperiais saíssem de seus quartéis, teriam de incendiar a praça, mas Bento Gonçalves se opôs à ideia, posto que, para isso, teria que fazer vítimas inocentes. Dessa forma, pôs-se em retirada: “O inimigo na sua retirada

<sup>226</sup> Coleção Varela - CV-7116

<sup>227</sup> FRAGOSO, Augusto Tasso. *A Revolução Farroupilha (1835-1845)*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1938, p. 173.



acampou daqui tres Legoas, aonde se conserva ate hoje, blazonando de voltar com mais força a atacar novamente esta Guarnição”<sup>228</sup>, o que não ocorreu.

Não houve um contra-ataque por parte dos farrapos, nem mesmo houve outros combates grandiosos. Logo após, sucedeu a troca da administração, passando o comando do Exército ao Conde de Rio Pardo, dentro dos 14 meses de sua administração, que foram de 14 de abril de 1841 a 26 de junho de 1842, não se envolveu em combates, “não se praticou nenhuma ação militar importante, nem se alterou a localização das tropas. Viveu-se na inércia. O chefe não teve nenhum pensamento estratégico ou, se teve, nunca o revelou”<sup>229</sup>. Com isso, temos, segundo Fragoso, os únicos feitos das tropas no período de administração do Conde de Rio Pardo em ataques surpresas foram descritos desta forma:

“Assim, em princípio de novembro de 1841, Francisco Pedro bateu a pequena guarnição rebelde de S. Gabriel, fazendo 23 prisioneiros e tomando 400 cavalos; em fins do mesmo mês (a 25), João Propício, no Rinção Bonito, nas costas do Pequirí, derrota forças rebeldes, matando-lhes 120 homens, fazendo 182 prisioneiros, apossando-se da bagagem, e tomando 800 cavalos; e, em 20 de janeiro seguinte, o sobredito Francisco Pedro, sendo inesperadamente atacado por Bento Gonçalves com 300 homens, destroça a êste, o qual deixa em campo 36 mortos com 20 prisioneiros, 200 cavalos e toda a bagagem, ao passo que a força legal só teve 3 mortos e 7 feridos”<sup>230</sup>.

Os feitos dos comandos das tropas de alguns oficiais faziam com que seu prestígio aumentasse cada vez mais. Esse foi o caso do Tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu. Em carta de José Maria da Silva Bitencourt, Brigadeiro Comandante a José Clemente Pereira e ao Conde de Rio Pardo, comunica o desempenho das tropas de Moringue:

V. Ex. Comunica o brilhante feito de armas praticado, em desempenho das ordens de V. Ex., participadas a esta Secretária de Estado no seu officio nº 22, por uma pequena força do Exército Imperial comandada pelo Tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, no dia 26 de janeiro, junto ao passo do Cordeiro. E o mesmo Augusto Senhor, apreciando devidamente o distinto valor com que o referido tenente-coronel e a briosa tropa às suas ordens destroçou completamente em renhido combate superiores forças comandadas

---

<sup>228</sup> Coleção Varela - CV-7116

<sup>229</sup> FRAGOSO, Augusto Tasso. *A Revolução Farroupilha (1835-1845)*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1938, p. 202.

<sup>230</sup> FRAGOSO, Augusto Tasso. *A Revolução Farroupilha (1835-1845)*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1938, p. 202.



pelo principal chefes dos rebeldes Bento Gonçalves, há por bem determinar que V. Ex. louve, no seu Imperial Nome, a todos os oficiais, oficiais inferiores e soldados que tiveram parte em tão distinta ação, pelo denodo e bravura com que tão assinaladamente souberam coroar de novos louros as armas imperiais; e por ser de suas magnânimas intenções que não fiquem sem remuneração os serviços dos beneméritos que se distinguem por gloriosos feitos de armas, houve por bem condecorar o bravo Tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu com a insígnia de Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro e conceder ao Capitão Honorário do Exército Fernando Augusto Maximiliano Kersting o soldo correspondente ao mesmo posto.

Como podemos observar, as operações surpresas empregadas pelos imperais às forças farrapas, descritas por Fragoso, vai de encontro à carta de José Maria da Silva Bitencourt, em que relata os feitos de Moringue, por mais que, aparentemente, não tenham exatidão da data do ocorrido. Além da condecoração e da descrição dos feitos de Moringue, há a valorização de todos os envolvidos na batalha, sendo eles oficiais de alta patente, oficiais inferiores e/ou soldados, vangloriando a toda a tropa, que não apenas ganhou uma batalha, mas como se referiu José Maria “destroçou completamente” a tropa comandada por Bento Gonçalves.

O alto oficialato era composto por: “alferes, tenentes, capitães, tenentes-coronéis, coronéis, brigadeiros e marechais”<sup>231</sup>. E quem compunha as forças do exército eram os homens pobres, libertos, criminosos, entre outros. É nesse fato que reside a necessidade de valorização dos soldados de baixa patente, pois havia uma certa dificuldade em recrutar o contingente necessário para o exército, de tal forma que a carga do recrutamento recaia sobre os ombros dos comandantes militares.

“A lógica do recrutamento militar refletia muito claramente as hierárquicas estruturas de poder, de sociabilidade, dos arranjos econômicos, enfim, da estrutura hierárquica da sociedade brasileira até o final do Império”<sup>232</sup>. Com isso, podemos afirmar que havia uma distinção social muito grande entre os que tinham força de mando militar e político, dos que apenas serviam ao exército.

Havia, ainda, “relações de clientela entre os comandantes militares”<sup>233</sup>, relações essas que deixam ainda mais claras essas distinções sociais. Podemos caracterizar o clientelismo como: “cultura política fundamentada em relações pessoais e alicerçadas em trocas de

<sup>231</sup> COMISSOLI, Adriano. *Espadas e penas*: o papel dos comandantes de fronteira nos circuitos de comunicação política da capitania do Rio Grande de São Pedro (século XIX). In: *Postais: Revista do Museu Correio*. Brasília: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Departamento de Gestão Cultural, 2014, p. 16.

<sup>232</sup> RIBEIRO, José Iran. *“De tão longe para sustentar a honra nacional”*: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, 2009, p. 7.

<sup>233</sup> FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais*: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2007, pp. 170-171.

favores, protagonizada por algum sujeito que detém o poder e concede a outrem quaisquer tipos de proteção/auxílio, para receber em troca fidelidade, apoios políticos e lealdades pessoais”<sup>234</sup>. Buscavam, com isso, na maioria das vezes, isenção do serviço militar.

Ainda demonstra que não apenas a valorização desses homens chegava, mas que o soldo se fazia necessário como recompensa por seus atos de bravura. Eram os comandantes responsáveis por manter suas tropas, com isso os comandados sentiam-se recompensados, e além de servirem nas tropas regulares, serviam ao seu comandante. Como é observado, esse processo segue o sistema de hierarquia militar da província, em que os comandados seguem seus comandantes, conforme se sentem protegidos ao seu mando. Em todo esse processo, podemos perceber e concluir que a confiança dos informantes em seus comandantes funcionava da mesma maneira, obviamente também mediante o valor recebido por esses agentes de informação, por prestarem um serviço de risco a suas vidas.

Dessa maneira, a confiança dos bombeiros do Coronel Antônio Soares de Paiva é feita seguindo o sistema de hierarquia militar da província, em que os comandados seguem seu comandantes, conforme se sentem protegidos ao seu mando. Podemos observar que, por um longo período de tempo, as atividades praticadas pelos bombeiros foram de grande ajuda. Por mais que tenham sido atacados em São José do Norte, haviam sido já informados e precavidos pelos bombeiros de um possível ataque, para o qual não conseguiram previamente se preparar, mas que devido a esses avisos puderam fortificar sua resistência, e com reforços de Rio Grande, puderam debelar o conflito, mesmo que parte disso tenha ocorrido por desistência de Bento Gonçalves.

Quanto às regiões de atuação dos bombeiros na guerra farroupilha, considerando o mapeamento das cartas utilizadas, e os anos de maior ocorrência das bombeações que vão de 1839 a 1842, foi estabelecido que a região de maior movimentação dos bombeiros na busca de informações foi entre Porto Alegre e Rio Grande, contemplando ainda Triunfo, Pelotas e São José do Norte. Podemos observar a proximidade dessas regiões no mapa da disposição dos municípios desde do Rio Grande do sul em 1834 (Mapa II). O caso de bombeiros que saíram dessa rota é observado apenas em meados de dezembro de 1840, quando o General Labatut, aproximava-se com sua pequena força do Passo Fundo, esse pertencente ao município de Cruz Alta, dando parte das movimentações de seus bombeiros, “Havendo eu deixado bombeiros na minha retaguarda para observarem o inimigo, tive participação dos

---

<sup>234</sup> CANCIANI, Leonardo; MUGGE, Miquéias H. As Guardas Nacionais e seus comandantes – um ensaio comparativo: as províncias de Buenos Aires e do Rio Grande do Sul (século XIX). In: MUGGE, Miquéias H.; COMISSOLI, Adriano. *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 193.

mesmos no dia 2 deste que uma força de 800 homens estava acampada aquém do rio das Antas, e nenhuma outra [1v.] parte mais tenho tido”<sup>235</sup>.

Em carta ao General presidente e comandante de armas da província de Rio Grande Francisco José de Sousa Soares de Andréa, o General Pedro Labatut descreve as notícias dadas por um bombeiro do inimigo que foi preso no dia 11 de dezembro de 1840.

Cópia. Ilmo, e Exmo. Sr. Um bombeiro que foi preso no dia 11 do corrente mês à tarde confirma a vinda da força inimiga em meu seguimento e diz que ela é de dois a três mil homens, e que ele e um negro iam com um ofício a João Antônio para me vir atacar pela frente e deter assim a minha retirada. Suposto o mesmo bombeiro tenha feito perdido o dito ofício, contudo eu suponho que o tal negro o foi levar, enquanto ele vinha informar-se bem do número e qualidade desta força; pelo que resolvi-me a deixar o Passo Fundo e vir ao encontro das duas brigadas que V. Exa. me manda em meu auxilio por não poder fazer frente ao inimigo com a força que eu tenho<sup>236</sup>.

Esse ataque aconteceu após a grande investida da Guarnição de São José do Norte. Com um efetivo inferior ao dos farrapos, o Coronel decidiu então deixar o local, visto que o auxílio de mais homens demoraria a chegar. Podemos ainda considerar que tenha sido o fluxo de bombeações maior nesses pontos devido às forças imperiais estarem guarnecidas em Porto Alegre e Rio Grande, e após as tentativas de 1840 de invasão a São José do Norte e os cercos que se faziam a Porto Alegre, foram cada vez mais diminuindo as investidas, ainda mais quando Caxias assume o comando das armas, e consegue mais contingente para lutar ao seu lado e ao lado do Império.

Esse é mais um dos casos em que tivemos a oportunidade de observar a atuação dos bombeiros na Guerra dos Farrapos, quiçá o melhor caso, do qual conseguimos acompanhar as diligências, às quais foram mandados bombeiros a observar o entorno do vilarejo, e com isso, a preocupação do comandante Paiva na guarda e na manutenção do seu domínio e comando do vilarejo de São José do Norte.

---

<sup>235</sup> Coleção Varela - CV-5352

<sup>236</sup> Coleção Varela - CV-5355

## **CAPÍTULO IV**

### **A GUERRA ESTRATÉGICA DE CAXIAS**

Este capítulo tem como premissa abordar a Guerra dos Farrapos no período de 1840 a 1845, comparando os efetivos das forças armadas que combateram na província. Devemos considerar que são poucas as informações sobre os efetivos das forças armadas que operavam na guerra no Sul, durante os dez anos do conflito. No entanto, utilizaremos uma comparação entre os dados dispostos por Hélio Moro Mariante e José Iran Ribeiro, os quais demonstram as disposições de efetivo das duas forças que combatiam na guerra.

Além disso, tratando-se do período de 1840 a 1845, abordaremos a atuação do Barão de Caxias na guerra após assumir a comandância das tropas imperiais em novembro de 1842, que juntamente com Bento Manuel pressionava os farrapos ao fim do conflito. Ainda nesse mesmo período, abordaremos o que podemos chamar de Batalha de Porongos ou Traição de Porongos, tratando da carta do Barão de Caxias a David Canabarro, que manda bombear o local antes do ataque.

#### **4.1 TERCEIRA FASE: MOVIMENTAÇÃO DE CAXIAS (1840-1845)**

De acordo com a documentação, há uma maior movimentação de bombeiros a partir do ano de 1841 em diante, principalmente dos imperiais, sendo uma rede bem organizada de agentes. Veremos que o conflito se arrastaria ainda por mais cinco anos.

Na documentação pesquisada, o Coronel Comandante João Daniel Hillebrand dá notícias das movimentações de seus agentes de informação em dez cartas, as quais vão de 14 de junho de 1841 a 5 de novembro de 1841. Um exemplo é a carta de 22 de setembro de 1841, destinada ao Marechal Comandante-em-Chefe do exército o Conde de Rio Pardo, descrevendo as atividades dos bombeiros:

O Alferes Datsch que eu tinha destacado nas matas imediatas da picada do Machado para de perto bombear com mais cinco camaradas os movimentos

do inimigo que se achava por aqueles lugares comandados pelo rebelde Carlos, [...] O Alferes Datsch diz que o número do inimigo podia consistir em perto de quarenta homens. [...] Capitão Garcia que com alguns soldados se acha na ilha que é situada defronte a embocadura do Caí para observar os movimentos do Tenente rebelde João Matias. [...] Depois os rebeldes terem seguido, constou ao dito alferes que eles tinham deixado pois homens naquela picada de observação, e tendo bombeado a casa onde parava, os surpreendeu, conseguindo matar o fascinoso e rebelde Francisco Duarte, porem o outro escapou<sup>237</sup>.

A missiva descreve as diferentes atividades dos bombeiros, até mesmo a morte do facinoroso rebelde. As bombeações foram em diversos locais da região, tendo ainda, como perceptível não apenas nesta carta, mas nas demais missivas enviadas no período de 14 de junho a 5 de novembro de 1841, que o Coronel Comandante João Daniel Hillebrand tinha vários bombeiros a sua disposição.

O Coronel Comandante João Daniel Hillebrand fazia parte dessa rede de espionagem, utilizando-se tanto do serviço de bombeiros como de vaqueanos, “Pelos bombeiros estou agora ao fato que o capitão rebelde Carlos voltou novamente à picada do Hortêncio talvez com 40 homens, e para ali me pretendo dirigir, tendo para isso combinado um plano com os meus oficia e conhecedores dos lugares”. Além de já dar parte dos bombeiros na carta, também indiretamente dá parte da atividade dos vaqueanos, já que esses são definidos como aqueles que são “conhecedores dos lugares”<sup>238</sup>.

As cartas demonstram ainda a importância das atividades dos agentes de informação. Acreditando no caráter fidedigno das informações dadas por ele: “Os bombeiros afirmam todos que os rebeldes de Santana se tinham posto em marcha ontem depois de terem arrebanhado quantos cavalos havia, sem contudo poder averiguar para onde foram[...]”<sup>239</sup>. A afirmativa da carta traz consigo a confiança do Coronel Comandante Hillebrand em seus agentes.

Ainda, as cartas trazem diferentes termos para a atividade desenvolvida pelos agentes de informação como: mandar bombear, bombear, bombeado, observar, observados, observando, além de “mandar colher notícias certas do inimigo deste lado[...]”. Dessa maneira, as menções às atividades desenvolvidas pelos agentes de informação dão diversas.

Antes de falar das movimentações do barão de Caxias na guerra, faremos uma comparação dos efetivos das forças armadas que combateram na província. Os autores

---

<sup>237</sup> Coleção Varela - CV-5206

<sup>238</sup> Coleção Varela - CV-5216

<sup>239</sup> Coleção Varela - CV-5210

dispõem de tabela de comparação, as quais juntamos para que possamos comparar tais dados, que, no entanto, são aproximados, justamente pela parca quantia de documentação oficial, com números precisos dos efetivos. Os dados dos Farrroupilhas em muito eram contados pelos imperiais, ou seja, faziam uma estimativa do contingente que iria enfrentar. Hélio Moro dispõe em sua tabela de dados do exército farrapo e do exército imperial de 1835 a 1845, enquanto José Iran Ribeiro dispõe apenas de dados sobre o exército imperial de 1835 a 1839 (da qual pegamos apenas os dados necessários para nossa análise), de tal forma que em alguns momentos a diferença do efetivo imperial é bem díspar, se compararmos os dados dispostos pelos autores.

**TABELA 2 - Comparativa de efetivos do Exército Farrroupilha e Exército Imperial**

ANOS	FARRAPOS	IMPERIAIS
1835	200 a 400	2.000
1836	1.700	3.000
1837	3.000	8.000
1838	3.220 a 5.200	6.398
1839	9.372	8.666
1840	7.000	7.215 a 8.000
1841	?	9.230
1842	3.500 a 5.000	11.545
1843	1.800	12.225
1844	4.000	12.537
1845	?	12.537

**Fonte:** MARIANTE, Helio Moro. *Farrapos, guerra a gaúcha*. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed, 1982. RIBEIRO, José Iran. *"De tão longe para sustentar a honra nacional": Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, 2009.

No entanto, não necessitamos de dados exatos sobre o efetivo do exército, mas que possamos estabelecer algumas comparações sobre como estavam sendo comandadas as tropas dos dois lados, durante os movimentos de insurreição. Percebe-se que o efetivo em 1835 é bem pequeno, no entanto, apesar dos 2.000 praças imperiais nesse ano, cerca de 300 soldados apenas encontravam-se na província quando da tomada de Porto Alegre pelos farrapos.

Hélio Mariante relata que “quando da proclamação da república o exército farrroupilha contava com cerca de 1700 homens”<sup>240</sup>. Devemos discordar dessa afirmativa, pois, segundo Flores, em 16 de fevereiro de 1836, encarregaram Bento Gonçalves de pacificar a província;

<sup>240</sup> MARIANTE, Helio Moro. *Farrapos, guerra a gaúcha*. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed, 1982, p. 45.

dessa forma, Bento reuniu 1.800 homens. Enquanto isso, o farrapo Afonso Corte Real passou a perseguir Bento Manuel, até São Gabriel onde recebeu reforços de 1.100 homens de Lima e Silva<sup>241</sup>. Com isso, podemos afirmar que o dado de contingente das forças farrapas, em 1836, era de pelo menos 2.900 homens, não levando em conta o suposto efetivo que estava com os demais comandantes farroupilhas.

Considerando ainda que de fevereiro a setembro de 1836, Bento Manuel e Silva Tavares foram derrotados por forças farrapas, o primeiro no passo do Lajeado, em 27 de fevereiro de 1836, e o segundo no arroio do Seival, em 10 de setembro de 1836, por Antônio de Souza Neto, não houve grandes embates de forças com ganhadores. Logo, os dados para a força farrapa, nesse ano, não correspondem, como já exemplificado, às batalhas e investidas dos imperiais foram poucas. Dessa maneira, as tropas farrapas até proclamação da república, podem ter aumentado, mas não diminuído de 2.900 homens para 1.700, como demonstra a Tabela I.

De acordo com José Iran Ribeiro o efetivo das tropas imperiais aumentou após 1841, e segundo ele, tal aumento pode ser explicado “por que, em 1840, o governo conseguiu debelar tanto a Cabanagem (1835-1840) quanto a Balaiada (1838-1840)”<sup>242</sup>. E a partir do ano de 1841 “a assembleia geral legislativa autorizou o governo a destacar até cinco mil guardas nacionais em todo o Império para suprir a falta de força de 1ª linha enviada para o Rio Grande do Sul”<sup>243</sup>. Os efetivos imperiais eram mandados para combater na província de Rio Grande de São Pedro, conforme disponibilidade de contingente das outras províncias.

Dessa forma, o exército imperial passa a ter um aumento significativo de seu efetivo a partir de 1842 e tem seu ápice em 1844, mantendo-o no ano seguinte. E segundo José Iran Ribeiro, a partir de 1843, os

farroupilhas perderam a maioria dos confrontos e a sua última capital, Alegrete; as condições eram tais que dificilmente acreditava-se que os republicanos conseguiriam sair vitoriosos do conflito. A partir disto, a estratégia farroupilha passou a ser de refugiarem-se nos países vizinhos e voltarem quando possível para lutar na Província. No entanto, Caxias ocupava cada vez mais as povoações e não dava descanso aos rebeldes<sup>244</sup>.

<sup>241</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 52.

<sup>242</sup> RIBEIRO, José Iran. *"De tão longe para sustentar a honra nacional": Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2009, p. 78.

<sup>243</sup> RIBEIRO, José Iran. *"De tão longe para sustentar a honra nacional": Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2009, p. 78.

<sup>244</sup> RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: Os Milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2001, p. 32.



O Barão de Caxias assumira a comandância das tropas imperiais em novembro de 1842, e conjuntamente com Bento Manuel pressionavam os farrapos. Mas, Caxias não se precipita nas investidas e nos combates, detendo-se a uma fase de organização e preparação.

Era, porém, imensa a fase preparatória. Um ponto fundamental na estrutura da guerra era a existência de cavalos, o mais poderoso instrumento naquela guerra. E era preciso tê-los em grande quantidade - na proporção de 3 ou 4 por cavaleiro - para ficar garantida a eficiência da arma. A luta ia ser feita contra cavaleiros de tradicional mérito, homens que, mesmo na paz, se identificavam com seus cavalos, hábeis no uso da montaria, ágeis, por si e por seus adestrados ginetes. O comando precisava, pois, de bons e inúmeros cavalos. E o comandante resolveu o problema, com três soluções coordenadas. Adquiria animais na própria província, tomava-os aos revoltosos, surpreendendo-os nas pastagens, e importava-os dos países vizinhos. Esta última solução tinha dupla vantagem. Além de prover o exército de boas montarias, impedia que os revolucionários conseguissem maior quantidade naquelas fontes que, antes, só a eles alimentavam<sup>245</sup>.

Já em 12 de dezembro de 1842, temos notícias de bombeiros em ofício do Barão de Caxias, registradas no APBC-Arquivo Pessoal do Barão de Caxias, que mencionam o serviço dos bombeiros cinco vezes em apenas um documento. A parte mais interessante descreve a intenção de surpresa aos bombeiros inimigos:

Recebo o officio de V.(...?) de 6 do corrente mez em que me comunica o desastroso acontecimento da partida de 60 homens que V.S<sup>a</sup> mandou para surprehender os bombeiros que costumavam vigiar o nosso Exercito, e em resposta tenho adizerlhe que muito me penalisa semelhante acontecimento, do qual toda a responsabilidade deve recair sobre V. S<sup>a</sup> por isso que não havia habilitado para emprehender esse movimento, não só pelo mau estado das cavalhadas, só rival vista como V.S<sup>a</sup> mesmo se expressou no seo officio de 27 de Novembro, como também por ter recebido ordem expressa do Governo Central comunicada pelo seo antecessor para não emprehender o minimo movimento, se não quando tivesse plena certeza e bom exito, o que senão podia dar nesse caso, porque havendo, como havia, 200 homens inimigos dos quais se destacavam esses 15 bombeiros que V.S<sup>a</sup> bater como igualmente me fez participante no citado officio de 27 de Novembro, não podia por certo contar com sequer a victoria destacando huma tão pequena força do grosso do Execito Deos Guarde V.S<sup>a</sup> Palacio do Governo na Leal e

<sup>245</sup> PEIXOTO, Paulo Matos. *Caxias*. Nume Tutelar da Nacionalidade. Rio de Janeiro: Edico, 1973, v.1. p. 128.

Valorosa Cidade de Porto Alegre 9 de Dezembro de 1842 = Barão de Caxias Sr Felipe Nery de Oliveira Brigadeiro comandante da 3ª Divisão e (...?) das Forças acampadas na Costa de Santa Barbara  
 Conforme. Domingo José Gonsalves de Magalhães  
 Secretario do Governo<sup>246</sup>.

O intuito era dismantelar a movimentação dos bombeiros que estavam a vigiá-los, no entanto a carta descreve que as forças do inimigo eram superiores a deles, considerando que a investida contaria com apenas 60 homens e a tropa inimiga dispunha de 200 homens sendo 15 bombeiros, isso fez com que a investida não ocorresse. Ainda na mesma carta descreve uma outra investida com uma força de 50 homens, a qual foi derrotada:

As mesmas instruções marcavão que procurasse embocar-se veio acima proximo a casa de Fortunato Marques donde passavão ordenadamente 15 ou 20 bombeiros inimigos que depois de ispnssionarem em nada deste acampamento o descobrião das altas couchilhas que os circundão. Pretendia vingar-me nestes da prissão daquelles que participei á V.Ex<sup>a</sup> no meo officio de 3; porem, quis a sorte diospol-o de maneira que tenho de lamentar a derrota completa dessa força<sup>247</sup>.

Nessa carta, podemos ver o emprego de uma quantia considerável de bombeiros, afirmando a ideia de uma rede de agentes de informação bem organizada, com disponibilidade desses agentes para as missões, a mando dos comandantes militares e de suas tropas. Nesse contexto, após o Barão de Caxias assumir o comando das armas, durante o ano de 1843, ocorreram:

entre farroupilhas e imperiais 19 encontros bélicos, na maioria das vezes com a vitória imperial. Nesse sentido, a ação de Caxias está estritamente ligada aos comandos de suas divisões, comandadas pelo brigadeiro Bento Manuel Ribeiro e pelo coronel Francisco Pedro de Abreu. O primeiro movimentou-se em busca de Canabarro, principalmente após a batalha de Ponche Verde; o segundo, sob o comando de Caxias, movimentou o cerco em Piratini<sup>248</sup>.

<sup>246</sup> Ofício do Barão de Caxias ao Brigadeiro Comandante da 3ª Divisão Felipe Neri de Oliveira. Porto Alegre, 12 de dezembro de 1842. In: APBC – NDH – UPF, nº 40, pt. 7.

<sup>247</sup> Ofício do Barão de Caxias ao Brigadeiro Comandante da 3ª Divisão Felipe Neri de Oliveira. Porto Alegre, 12 de dezembro de 1842. In: APBC – NDH – UPF, nº 40, pt. 12.

<sup>248</sup> MENDES, Jeferson. *O Barão de Caxias na Guerra contra os Farrapos*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo, 2011, p. 14.

Dessa maneira, o Barão de Caxias movimentava as tropas imperiais em direção à Serra Geral. A 27 de fevereiro, um corpo de cavalaria de 550 homens, bem armados e bem equipados, subiu a picada do Botucarai. A ação militar intencionava expulsar os grupos de rebeldes estacionados em Cruz Alta. Felipe Neri de Oliveira, que comandava a primeira divisão do exército imperial, acompanhado de Moringue e José Joaquim, marcharam com dois mil homens naquela direção. Sem perda de tempo, os rebeldes foram avisados da movimentação imperial.

Copia. Cidadão General. Participovos que no dia 28 marchou a vanguarda do inimigo commandada pello Filipe Neri e com elle Moringue e José Joaquim e dois Batalhoins os quais vierão tomar o passo de Santa Bárbara, e ontem marcharão ao passo de São Sepé em frente a casa do falecido Martins e athe a tarde ainda se conservavão acampados segundo a parte que me deram os bombeiros, e o Exercito marxou no dia 2 vinhão ao Passo Real de Santa Barbara. Dizem que Jeronimo Jacinto e Mello marcharão ao porto de Santa Maria para subirem por São Martinho. Bento Manuel vem com Caxias porem não commanda nada, Moringue, Silva e Loureiro ainda não converçarão com elle nem o xapeo lhe tirão, e quando o Exercito vai em marcha que elle passa por hum dos flancos he uma voz geral na tropa ahy vai o traidor ahy vai o traidor, elle com estas e outras constame que está bastante arrependido. Na Caxoeira não ficou ninguem, em Rio Pardo ficou o Vitor com sincoenta ho mens e hum Batalhão. Deus vos guarde. Campo em São Rafael 3 de março de 1843. Cidadão General David Canabarro. Manuel Rodrigues. Capitão comandante da frente<sup>249</sup>.

Podemos aqui atribuir o aumento considerável do efetivo de guerra, ao então empossado comandante das armas da província Barão de Caxias, que exigia um maior número de soldados para combater na província, já que a revolta vinha se estendendo demais.

O Barão de Caxias que até então por Porto Alegre e Rio Grande se preparava para abrir a campanha, aparece finalmente em Janeiro de 1843 na margem esquerda de São Gonçalo sobre a Cidade de Pelotas, acompanhado do brigadeiro Bento Manuel Ribeiro, com uma divisão de Cavalaria e infantaria, e crescido número de cavalcadas; faz o longo trajeto ao Guahyba, sofrendo nesta marcha a deserção de mais de 200 homens e depois, pela margem direita deste, se dirige ao acampamento de São Lourenço, onde se reúne ao seu Exército, composto segundo se dizia de 3.200 infantes e

---

<sup>249</sup> Coleção Varela - CV-6319

artilheiros e 2.800 cavaleiros. Com um Exército, pois, de 6.000 homens, e talvez mais, tomou o Barão a ofensiva marchando no dia 2 de Março em direção a São Gabriel, ponto de antemão escolhido para base de suas operações e desenvolvimento dos gigantescos planos, que segundo afiançava o Proteu Bento Manuel, dariam em resultado a conclusão da Guerra até o fim do mês!!<sup>250</sup>.

Esse fragmento de documento traz as “exposições fiéis das operações e sucessos mais notáveis ocorridos desde os primeiros dias de Dezembro do ano de 1842, até Maio de 1844”<sup>251</sup>, abrangendo então o período em que se fez presente a atuação do Barão de Caxias na guerra. Obviamente, a previsão de termino do conflito não ocorreu como o previsto, já que terminou apenas em 1844. Dessa forma, logo que assumiu o comando, tomou conta de reconhecer o território e organizar o exército, fazendo um esforço tremendo para poder efetivar seus objetivos, já que havia um certo descaso do Governo Imperial em fornecer recursos, o que dificultava sua organização.

Contudo, a estratégia do Barão de Caxias foi a guerra de movimentos e posições. Tais estratégias permitiram que o mesmo debelasse a insurreição na província. Primeiramente:

reforçou os pontos ocupados entre a Serra Geral e o litoral da província para, só então, movimentar o exército em direção à região da Campanha, único ponto onde os farroupilhas se movimentavam e exerciam relativa influência. Dessa forma, a guerra de posição determina pontos reforçados e que, nesse caso, impossibilitavam qualquer risco de ataque rebelde. Entretanto, a guerra de movimento envolvia combates, batalhas, nos acessos utilizados pelos rebeldes, principalmente nos pontos da fronteira com o Estado Oriental do Uruguai, por onde entravam os artigos bélicos para os rebeldes<sup>252</sup>.

O Barão de Caxias, como podemos perceber na Tabela II, dispunha de mais ou menos 12 mil homens, todavia empregava na guerra apenas 7 mil homens, os quais estavam “divididos em diferentes pontos e em diferentes momentos; enquanto quatro mil homens faziam a guerra de posição, o restante em armas empenhava-se na guerra de movimento”<sup>253</sup>. No entanto, os “Farrapos tinham bastante cavalos e alguns intermediários importantes na

---

<sup>250</sup> Coleção Varela - CV-6821

<sup>251</sup> Coleção Varela - CV-6821

<sup>252</sup> MENDES, Jeferson. *O Barão de Caxias na Guerra contra os Farrapos*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo, 2011, p. 33.

<sup>253</sup> MENDES, Jeferson. *O Barão de Caxias na Guerra contra os Farrapos*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo, 2011, p. 14.

Banda Oriental, e pareciam imbatíveis neste tipo de guerrilha”<sup>254</sup>. Dessa maneira, Caxias “teria que recorrer à diplomacia e a acordos secretos com alguns Farrapos, além de sua ação militar para pacificar a província”<sup>255</sup>.

Próximo ao fim do conflito, os farrapos já não tinham homens nem armas e se encontravam desmoralizados de tal maneira que a Batalha de Porongos ocorreu em momento oportuno para que se pudesse dar início às últimas tratativas para o fim da Guerra dos Farrapos. Dessa maneira, o tratado de Ponche Verde seria apenas uma forma de legitimar o fim do conflito armado.

Mas podemos, também, a partir da Tabela II, indagarmo-nos sobre de que forma o exército farrapo, com um efetivo inferior ao imperial, manteve uma insurreição durante dez longos anos, já que seu maior efetivo se deu no ano de 1839, e apenas nesse ano. A presente indagação vai ao encontro das indagações feitas por Hélio Mariante

por que os imperiais que, indiscutivelmente, sempre contaram com maiores recursos, efetivos superiores, chefes de renome, marinha de guerra equipada com o que de melhor existia na época, maiores facilidades de reabastecimento de armamento e de munição, em tudo superior ao adversário, demoraram tanto para subjugar os farrapos?<sup>256</sup>

Com esse questionamento, necessitamos buscar embasamento para responder tal pergunta. Podemos trazer como motivo para a manutenção da guerra pelos farrapos durante os dez anos que se procederam, o fato de que as relações dos comandantes regionais tanto de Bento Gonçalves com Lavalleja quanto de Bento Manuel com Rivera, propuseram-lhes recursos que não conseguiriam de outros territórios do Brasil. Dessa maneira, teriam acesso à fronteira de onde poderiam adquirir diversos itens necessários para que mantivessem na guerra.

Anderson Schmitt, além de descrever melhor como se dava o processo de comércio dos farrapos com o Estado Oriental, traz a “política de confiscos” como mais um dos motivos para a manutenção da guerra:

---

<sup>254</sup> LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 46.

<sup>255</sup> LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 46.

<sup>256</sup> MARIANTE, Helio Moro. *Farrapos, guerra a gaúcha*. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed, 1982, p. 81.

Na política de confiscos, sem dúvida também esteve presente a intenção de fazer com que os inimigos deixassem as armas legalistas, ou que os indecisos ou os que simplesmente não queriam se envolver, pegassem em armas pelos farrapos. Todavia, o cerne das medidas de confisco foi econômico. A restrição de acesso aos portos a que estiveram submetidos os farrapos determinou o avultamento da importância do comércio que envolveu os bens de legalistas. As práticas de se retirar escravos para o serviço de mão de obra - que fazia com que sobrassem recursos para serem direcionados ao Exército-, gado para munício das tropas e, em especial, o comércio do gado das fazendas legalistas com o Estado Oriental, em troca de armas, cavalos, munição, vestimentas e todos os demais utensílios necessários para manter a tropa em condição de marchar, estiveram em voga durante a guerra civil<sup>257</sup>.

Contudo, temos diversas possibilidades para o período de duração da Guerra dos Farrapos e, no entanto, não podemos afirmar com veemência que tais características tenham sido suficientes para a manutenção de um período tão longo. Ainda assim de acordo com Anderson Schmitt, sobre sua própria teoria

Se foi a partir dos confiscos que se organizaram os recursos elementares deste tempo de guerra, foram pelas características da organização e da hierarquia das ordens de recrutamento que o Exército farroupilha ganhou sua definição para os anos de conflito. Mesmo sendo tratado pelos seus líderes e seguidores como um novo Estado, os farroupilhas estiveram compreendidos pelas características sociais e militares do período, onde as relações e decisões pessoais davam o caráter da organização militar<sup>258</sup>.

Buscamos ainda explicar sobre a durabilidade da guerra, analisando o tipo de guerra empreendida pelos farrapos. Já que “As tropas republicanas nunca foram um exército regular e organizado. Sua função era guerrilha. Apuravam paciência e valor de seus adversários por sua constante mobilidade”<sup>259</sup>. Dessa maneira, temos a chamada “guerra irregular” que em termos práticos “é todo conflito conduzido por uma força que não dispõe de organização militar formal e, sobretudo, de legitimidade jurídica institucional”. Ou seja, é uma guerra

---

<sup>257</sup> SCHMITT; Anderson Marcelo. *"Não admitindo escusa alguma": confisco e recrutamentos na guerra civil rio-grandense (1835-1845)*. Dissertação de Mestrado, Passo Fundo: 2014, p. 145.

<sup>258</sup> SCHMITT; Anderson Marcelo. *"Não admitindo escusa alguma": confisco e recrutamentos na guerra civil rio-grandense (1835-1845)*. Dissertação de Mestrado, Passo Fundo: 2014, p. 146.

<sup>259</sup> MARIANTE, Helio Moro. *Farrapos, guerra a gaúcha*. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed, 1982, p. 60.

travada por forças não regular<sup>260</sup>. Sendo esse tipo de guerra “a forma mais antiga de se combater e, desde meados do século passado, também, a mais usual”<sup>261</sup>. Ainda

Para compreender a guerra irregular há que se partir da premissa de que, nesse tipo de beligerância, não existem regras. Sem regras, torna-se mais difícil a tarefa de delinear um conjunto rígido e definido de princípios teóricos que fundamentem a sua aplicação em circunstâncias muito diversificadas. Contudo, o vigor da guerra irregular encontra-se, justamente nessa importante característica: a ausência de padrões rígidos que lhe permite adequar-se e moldar-se a ambientes políticos, sociais e militares diferenciados<sup>262</sup>.

Não apenas por esse fator, mas nos embasaremos nele como nossa principal justificativa para o período de duração da guerra, considerando que as atividades guerrilheiras são próximas às atividades dos agentes de informação, sendo eles bombeiros e vaqueanos. Considerando que “Terrorismo, guerrilha, insurreição, movimento de resistência, combate não convencional e conflito assimétrico, por exemplo, são alguns dos conceitos ou práticas abarcados pelo conjunto de ideias, mais amplo e muito pouco compreendido, denominado *guerra irregular*”<sup>263</sup>.

Podemos dizer que o exército imperial, mesmo com seu maior efetivo perante os farrapos não conseguiu os debelar antes do tratado devido às táticas da guerra de guerrilha, a qual podemos caracterizá-la por empregar técnicas de:

emboscadas, surtidas, partidas volantes, venidas, bombeadas, arreadas, surpresas, estratagemas e entreveros, tudo com fito de inquietar o inimigo, tomar seus suprimentos de guerra (armas, munições, cavalos e alimentação), só oferecendo embates de maior envergadura quando os chefes julgavam oportuna a ocasião, por encontrarem – se suas forças em excelentes condições ou, então, quando a tal não se podiam esquivar<sup>264</sup>.

<sup>260</sup> VISACRO, Alessandro. Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009, p. 13.

<sup>261</sup> VISACRO, Alessandro. Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009, p. 7.

<sup>262</sup> VISACRO, Alessandro. Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009, p. 222.

<sup>263</sup> VISACRO, Alessandro. Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009, p. 7.

<sup>264</sup> MARIANTE, Helio Moro. *Farrapos, guerra a gaúcha*. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed, 1982, p. 60.



Como mencionamos, a tática de guerra irregular muito se aproxima das atividades dos agentes de informação, ao passo que se utilizavam de emboscadas - as próprias bombeações - para que se pudesse surpreender o inimigo. Dessa forma, e de “modo geral, os conceitos disponíveis sobre guerra irregular apontam para uma forma de beligerância que transcende os estreitos limites do campo militar, destacam a atuação de forças predominantemente nativas e fazem referência à guerra de guerrilha, à subversão, à sabotagem e ao terrorismo”<sup>265</sup>.

Outro aspecto importante para a manutenção da forma de guerrear era a boa quantidade de cavalos que possuíam, “Para o deslocamento dos homens e emprego tático de combate à moda gaúcha ai estava o cavalo, principal fator da mobilidade da guerrilha daquele então”<sup>266</sup>, sendo de extrema importância para as atividades das tropas e, principalmente, para as atividades desenvolvidas pelo bombeiro como patrulheiro de descoberta, seguindo os movimentos do inimigo.

Logo, podemos responder à pergunta que nós fizemos inicialmente, pois, se compararmos os efetivos de guerra, realmente não podemos justificar a duração da insurreição. Mas a partir do momento em que entendemos a forma com que as batalhas se davam no Sul, já podemos indicar uma explicação para a duração da guerra, ainda mais com as atividades que exerciam os agentes de informação. Podemos mencionar que as táticas farrapas foram um empecilho para os imperiais, ao ponto que além de dominarem seu território poderiam determinar onde emboscariam as tropas imperiais.

Podemos considerar também que mesmo que os imperiais se utilizassem da mesma tática de guerrear e obtivessem ajuda de seus bombeiros, que davam parte dos inimigos, ainda assim, não conheciam o território do Rio Grande do Sul, como os chefes farrapos e seus soldados. Os soldados disponíveis para lutar ao lado dos imperiais advinham dos demais territórios brasileiros, desse modo, era quase impossível que pudessem mesmo, ao se utilizar da guerra irregular de se desvencilhar das emboscadas das tropas farrapas. Contudo, os confrontos eram evitados ao máximo, entrando em combate no momento em que os números de efetivos das tropas fossem equivalentes.

As tropas farrapas eram constituídas de infantaria, cavalaria e artilharia, além da marinha de guerra. No entanto a artilharia foi a mais inexpressiva das armas farrapas, ao passo que a marinha farroupilha foi uma força ineficiente. Temos ainda o papel da “*infantaria*

---

<sup>265</sup> VISACRO, Alessandro. Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009, p. 222-223.

<sup>266</sup> MARIANTE, Helio Moro. *Farrapos, guerra a gaúcha*. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed, 1982, p. 70.

rebelde representou papel secundário no contexto das lutas desenvolvidas no palco dos acontecimentos, embora sua importante função como força de ocupação das posições conquistadas”<sup>267</sup>. Dessa maneira, a força que mais se fez útil na guerra dos farrapos foi a cavalaria que

representou a arma principal do exército republicano. Foi imbatível na maioria das ações em que desempenhou sem concurso das demais. O consabido apego do gaúcho ao cavalo, o que lhe valeu o batismo de centauro dos pampas, o papel que as tropas montadas, desde os idos dos Dragões do Rio Pardo, desempenham nas lutas pela posse e conservação da terra a contar dos primórdios da vida do homem branco no Rio Grande do Sul, o que já vinha constituindo uma tradição, um e outro consagraram a cavalaria sul-rio-grandense[...]<sup>268</sup>.

Como já mencionado, até a posse de Caxias no comando das armas, os rebeldes vinham dominando o cenário de guerra, e o conflito vinha se estendendo por um longo tempo. Devido à utilização da tática de guerrilha pelos farrapos e do fracasso nas investidas dos imperiais, há meses não havia, embates entre as duas forças, mais especificamente 14 meses, sem que nenhum lado ganhasse ou perdesse. Contudo as forças farrapas se “movimentavam com mais facilidade pela Campanha e na fronteira”<sup>269</sup>. Anterior à posse de Caxias, essa má administração, de certa forma, dava-se pela incompetência dos comandantes imperiais empregados para a missão de debelar a revolta, ainda mais considerando o contingente do exército, que era numericamente maior.

Além das táticas já mencionadas empregadas por Caxias para sufocar o movimento, outra ideia era a de “criar desconfiança dentro do círculo rebelde”<sup>270</sup>, e depois de dois anos no comando das forças imperiais, essa tática começou a dar certo, pois enquanto um grupo queria a permanência na guerra, o outro buscava a anistia a qualquer preço. Com isso enquanto “Bento Gonçalves da Silva, que, juntamente com Neto, liderava o grupo chamado de “maioria”. Do outro lado, David Canabarro e Vicente da Fontoura, sabiam que era impossível

---

<sup>267</sup> MARIANTE, Helio Moro. *Farrapos, guerra a gaúcha*. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed, 1982, p. 60.

<sup>268</sup> MARIANTE, Helio Moro. *Farrapos, guerra a gaúcha*. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed, 1982, p. 61.

<sup>269</sup> MENDES, Jeferson. *O Barão de Caxias na Guerra contra os Farrapos*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo, 2011, p. 14.

<sup>270</sup> MENDES, Jeferson. *O Barão de Caxias na Guerra contra os Farrapos*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo, 2011, p. 17.

manter uma guerra já perdida”<sup>271</sup>. Caxias com seu poderio ampliado, e mantendo contato próximo com os rebeldes, conseguiu então em conluio com Canabarro, depreciar ainda mais as tropas na Batalha de Porongos. Depois da Batalha de Porongos a guerra entra em sua fase final, com as negociações de paz, e no dia 1º de março de 1845 ocorreu a assinatura do Tratado de Paz em Ponche Verde.

No entanto, como mencionamos, as atividades desenvolvidas pelos agentes de informação na província puderam, de certa maneira corroborar o período de tempo que durou a guerra. Esses agentes movimentaram-se pela província fazendo diferentes atividades de emboscadas, bem como vigiar o inimigo e manter o comando informado, fazendo com que partissem em retida de acordo com as informações recebidas por seus agentes.

#### 4.2 O CASO DE PORONGOS: “NÃO DEIXE DE MANDAR BOMBPEAR”.

Um dos eventos de maior porte, em que a atuação dos bombeiros é requisitada no decorrer da Guerra dos Farrapos, é a denominada Batalha de Porongos ou a Traição de Porongos, como alguns historiadores preferem referir-se, e que tem muitas discordâncias entre eles quanto aos eventos ocorridos e quanto ao termo. A batalha ocorreu em 14 de novembro de 1844, quase no final das hostilidades, e de acordo com Cesar Pires Machado, “tornou-se especial substrato para deturpações, repetições de equívocos e construções de mensagens atentatórias aos ensinamentos que o estudo do passado pode proporcionar”<sup>272</sup>. A batalha teria sido encenada entre Canabarro e pelo até então Barão de Caxias. Em suposta carta, haveriam planejado uma armação conjuntamente, e de tal forma atribuíam ao bombeiro a tarefa de bombear o território para garantir que o exército inimigo estava no local antes do ataque surpresa.

Regule V. As. Suas marchas de maneira que no dia 14 ás 2 da madrugada possa atacar a força ao mando de Canabarro, que estará nesse dia no cerro de Porongos. **Não se descuide de mandar bombear o lugar do acampamento de dia**, devendo ficar bem certo de que ele há de passar a noite nesse mesmo acampamento. Suas marchas devem ser o mais ocultas que possível seja,

<sup>271</sup> MENDES, Jeferson. *O Barão de Caxias na Guerra contra os Farrapos*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo, 2011, p. 80.

<sup>272</sup> MACHADO, Cesar Pires. *O Ataque de Porongos e os 170 anos de uma farsa intermitente*. Artigo. p. 2. Disponível em: <http://www.acadhistoria.com.br/otuiuti/O%20TUIUTI%20133.pdf>.

inclinando-se sempre sobre a sua direita, pois posso afiançar-lhe que Canabarro e Lucas ajustaram ter as suas observações sobre o lado oposto. No conflito poupe o sangue brasileiro quanto puder, particularmente da gente branca da Província ou índios, pois bem sabe que essa pobre gente ainda nos pode ser útil no futuro. [...] Se Canabarro ou Lucas, que são os únicos que sabem de tudo, forem prisioneiros, deve dar-les escapula de maneira que ninguém possa nem levemente desconfiar, nem mesmos outros que eles pedem que que não sejam presos, pois V. As. bem deve conhecer a gravidade deste secreto negócio que nos levará em poucos dias ao fim da revolta desta Província. [...] Todo o segredo é indispensável nesta ocasião e eu confio no zelo e discernimento que não abusará deste importante segredo<sup>273</sup> (Grifo nosso).

Com isso, podemos perceber a necessidade que havia na utilização da atividade de obtenção de informações atribuídas aos bombeiros, antes de adentrarem no acampamento, garantindo o êxito da operação. O resultado desse encontro foi desastroso: “100 mortos, 333 prisioneiros, sendo 35 oficiais. Além do apresamento de todo o armamento da infantaria, cavalaria e bagagens. Os imperiais tiveram, apenas, três feridos”<sup>274</sup>. Não apenas a atividade de obtenção de informação era necessária, mas que se tivesse o maior cuidado, para que não fosse visto o bombeiros, como a marcha da tropa imperial para o ataque também fosse oculta. E era necessário que se fizesse todo o possível para que ocorresse de tal forma.

A carta também afirma, ao descrever o evento, que Canabarro e Lucas sabiam do ataque, lembrando ainda que, se fossem pegos, dessem-lhes chance para que pudessem escapar, para que não fosse necessário explicar a atitude dos comandantes a seus companheiros farrapos, já que tal surpresa prescindiria o fim da revolta na província, ou era o esperado pelos planos de Caxias, atentando ainda para a indispensável discrição e que se fizesse segredo do ocorrido.

Contudo, Cesar Pires Machado relata que: “Aproximadamente um mês depois do Combate de Porongos, Chico Pedro passou a distribuir arditosamente cópias de uma carta com autoria atribuída a Caxias da qual se poderia deduzir que Canabarro teria traído os farroupilhas”<sup>275</sup>, sendo que se na correspondência, como já referido, foi pedido o máximo de discrição sobre o ocorrido, de forma que, ao acabar a batalha o plano teria sido divulgado por Moringue.

---

<sup>273</sup> Coleção Varela - CV-3730

<sup>274</sup> FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 32.

<sup>275</sup> MACHADO, Cesar Pires. *O Ataque de Porongos e os 170 anos de uma farsa intermitente*. Artigo. p. 8. Disponível em: <http://www.acadhistoria.com.br/otuiuti/O%20TUIUTI%20133.pdf>.

Nesse ponto, o que é debatido sobre o evento é a veracidade de tal carta, havendo a hipótese de falsificação dela por Moringue, como era conhecido Francisco Pedro de Abreu, Comandante da 8ª Brigada do Exército, “oficial imperial que se notabilizou em diversas ocasiões por ações originais e surpreendentes”<sup>276</sup>.

Os feitos dos comandos das tropas de alguns oficiais faziam com que seu prestígio aumentasse cada vez mais, esse foi o caso do Tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu. Em carta de José Maria da Silva Bitencourt, Brigadeiro Comandante a José Clemente Pereira e ao Conde de Rio Pardo comunica o desempenho das tropas de Moringue:

V. Ex. Comunica o brilhante feito de armas praticado, em desempenho das ordens de V. Ex., participadas a esta Secretária de Estado no seu ofício nº 22, por uma pequena força do Exército Imperial comandada pelo Tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, no dia 26 de janeiro, junto ao passo do Cordeiro. E o mesmo Augusto Senhor, apreciando devidamente o distinto valor com que o referido tenente-coronel e a briosa tropa às suas ordens destroçou completamente em renhido combate superiores forças comandadas pelo principal chefes dos rebeldes Bento Gonçalves, há por bem determinar que V. Ex. louve, no seu Imperial Nome, a todos os oficiais, oficiais inferiores e soldados que tiveram parte em tão distinta ação, pelo denodo e bravura com que tão assinaladamente souberam coroar de novos louros as armas imperiais; e por ser de suas magnânimas intenções que não fiquem sem remuneração os serviços dos beneméritos que se distinguem por gloriosos feitos de armas, houve por bem condecorar o bravo Tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu com a insígnia de Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro e conceder ao Capitão Honorário do Exército Fernando Augusto Maximiliano Kersting o soldo correspondente ao mesmo posto.

Como podemos observar, as operações surpresas empregadas pelos imperais às forças farrapas, descritas por Frágoso, vão de encontro à carta de José Maria da Silva Bitencourt, em que relata os feitos de Moringue, por mais que, aparentemente não tenham exatidão da data do ocorrido. Além da condecoração e descrição dos feitos de Moringue, há a valorização de todos os envolvidos na batalha, sendo eles oficiais de alta patente, oficiais inferiores e/ou soldados, vangloriando toda a tropa, que não apenas ganhou uma batalha, mas, como se referiu José Maria, “destroçou completamente” a tropa comandada por Bento Gonçalves.

Teria então Francisco Pedro de Abreu falsificado a carta para se utilizar de tal estratégia para desestabilizar os farroupilhas. O que causaria grande efeito, já que “as

---

<sup>276</sup> MACHADO, Cesar Pires. *O Ataque de Porongos e os 170 anos de uma farsa intermitente*. Artigo. p. 9. Disponível em: <http://www.acadhistoria.com.br/otuiuti/O%20TUIUTI%20133.pdf>.

divergências internas entre os insurgentes nutriam ânimos revoltosos”, pois, como já mencionado, “um grupo queria a permanência, ao passo que o outro buscava a anistia a qualquer preço”<sup>277</sup>.

Jeferson Mendes defende que “Nesse antagonismo de interesses, David Canabarro entrou em conluio com o barão de Caxias, e Porongos, sem sombra de dúvidas, foi marcada pela traição de Canabarro”, em contraposição ao que Cesar Pires Machado acredita. No entanto Machado defende a hipótese de Moringue ter forjado a carta, pelo fato de ele acabar determinando sua autonomia, mesmo sem ser autorizado por Caxias. Moringue acabava por comandar suas tropas sem antes se dirigir a Caxias, a quem deveria retratar-se a todo momento, para obter as ordens destinadas às suas forças. Com isso, “não se observa referência específica às ordens recebidas de Caxias. É óbvio, porém, que Chico Pedro não tinha autonomia para retirar guarnições de Pelotas e Jaguarão, nem pra transferir forças de Rio Grande para Pelotas”, ao se referir à arregimentação de forças para a operação contra Canabarro, “e como que para essa comissão andava o C. Abreu por Pelotas incansável a reunir gente, e até por Rio Grande, reunidas as forças e certo pelos seus bombeiros da posição do Exército do Gen. David Canabarro”<sup>278</sup>.

Ainda, ao se referir aos escravos, Jeferson Mendes afirma que foram usados na Guerra do Paraguai “quando Caxias e Canabarro batalharam no mesmo lado. O conluio serviu para Canabarro subir de insurgente a comandante de tropas do Império, ou seja, Caxias soube utilizar instrumentos políticos para cooptar rebeldes para o lado imperial”<sup>279</sup>. O que demonstra que a hipótese de elaboração de uma carta falsa é um tanto inconclusiva. Temos ainda, a confirmação deste ataque, e de suas glórias a partir das Ordens do dia do general Barão de Caxias, carta datada de 21 de Novembro de 1844, onde relata todo o ocorrido na batalha:

Quartel General em bagé 21 de Novembro de 1844.

Ordem do Dia N° 170

S.Ex.<sup>a</sup> o Sr. Gen. Barão de Caxias, Prezidente desta Provincia e Commandante em cheffe do Exército, [...] Sua Ex.<sup>a</sup> disto teve parte achando-se juncto dos trez Capões próximo do Pirahy Grande, e para aguardar o disfeito desta Operação poz em movimento a sua Columna no dia 14 para tomar posição na circunvizinhança de Sancta Tecla, epoder manobrar com

<sup>277</sup> MENDES, Jeferson. *O Barão de Caxias na Guerra contra os Farrapos*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo, 2011, p. 80.

<sup>278</sup> MACHADO, Cesar Pires. *O Ataque de Porongos e os 170 anos de uma farsa intermitente*. Artigo. p. 9. Disponível em: <http://www.acadhistoria.com.br/otuiuti/O%20TUIUTI%20133.pdf>.

<sup>279</sup> MENDES, Jeferson. *O Barão de Caxias na Guerra contra os Farrapos*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo, 2011, p. 83.



vantagem sobre Canavarro, no caso de mallograr-se a empresa do Sr. Coronel Abreu: seria huma emeia hora da madrugada de 10 quando chegou ás mãos de S.Ex.<sup>a</sup> Parte, que na madrugada do dia 14 a Força do Coronel Abreu rompêra Alvorada no Campo dos Porongos; atacando Canabarro, e seos immediatos Neto, e João Antonio, os quaes vergonhozamnete se deixarão surprehender, e sem fazerem a menor resistencia, do Exercito titulados officiaes, e o seo Ministro da Fazenda José Francisco Vaz Vianna, 14 feridos gravemente, os quaes forão entrgues á charidade de hum vizinho proximo do lugar, e á cargo de hum Cirurgião: toda a bagagem, Abarracamneto, Armamento de Infantaria, 1.500 Cartuxos de adarme 17, porção grande deste artigo de adarme 11, muitos de Cavalleria, mais de 1:000 Cavallos, parte destes arreados, 5 Estandartes, o Archivo completo de Canabarro, que revelou a Sua Ex.<sup>a</sup> as sinistras tramas do Gen. D. Frutuoso Rivero, e a perfidia dos especuladores desta Província, que tanto hão concorrido para derramar o sangue precioso de seos compatriotas: alguns dos nossos soldados prizioneiros do inimigo forão resgatados nesta ocasião. Esta apreensão da Correspondencia he de summa importancia: sobrepuja em valor à Derrota, que soffreu o inimigo: que fugindo em diversas direcções, apenas pouco mais de 300 o poderão faser à Cavallo; parte delles em pêlo: da nossa parte apenas tivemos 4 feridos levemente, e alguns contuzos. [...] No impedimento do Ajudante General, (a) Casemiro José da Camara e Sá, Coronel Deputado Ajudante. General<sup>280</sup>.

No entanto, o que nos compete nesta investigação, e que nos é importante nos chamando mais atenção, é o fato de que, na carta forjada, o comandante tinha bombeiros a sua disposição, de forma que passamos a determinar mais um dos comandantes militares que movimentavam essa rede de informantes bombeiros.

Podemos então afirmar que os imperiais obtiveram informações por meio dos serviços de observação empregados pelos bombeiros, e que dentre os comandantes de alta patente até o momento identificados, encontramos: Bento Manuel Ribeiro, Francisco Pedro de Abreu e Barão de Caxias que “tinha extraordinário controle sobre ações de espionagem e intrigas”<sup>281</sup>. As forças imperiais eram compostas então sob “o comando direto de Caxias, a divisão comandada por Bento Manoel Ribeiro e a brigada de Chico Pedro constituíam um exército quase cinco vezes superior às forças revolucionárias”<sup>282</sup> (como foi demonstrado no efetivo de tropas da Tabela II). Os três comandantes eram então os principais agenciadores de bombeiros a mando das forças imperiais. Ainda podemos supor, nesse dado momento que os

<sup>280</sup> Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ordens do dia do general Barão de Caxias (1842-1845). Ministério da Educação e Saúde. Imprensa Nacional Rio de Janeiro: 1942. V. 1.

<sup>281</sup> MACHADO, Cesar Pires. *O Ataque de Porongos e os 170 anos de uma farsa intermitente*. Artigo. p. 4. Disponível em: <http://www.acadhistoria.com.br/otuiuti/O%20TUIUTI%20133.pdf>.

<sup>282</sup> MACHADO, Cesar Pires. *O Ataque de Porongos e os 170 anos de uma farsa intermitente*. Artigo. p. 3. Disponível em: <http://www.acadhistoria.com.br/otuiuti/O%20TUIUTI%20133.pdf>.



comandantes mais graduados tivessem uma rede de espionagem mais longa do que oficiais de baixa patente.

Finalizando o conflito armado, após a traição em Porongos e as negociações entre o barão de Caxias e David Canabarro, a frente do exército farroupilha, alguns bombeiros rebeldes foram incorporados às tropas imperiais. “Resta-me rogar a V.Exa. se sirva expedir suas Ordens para que se gratifique a este bombeiro”, escreveu Francisco Félix da Fonseca Pereira ao comandante das Armas da província, Antonio Corrêa Seara “que muitos serviços pode continuar a prestar ao Imperio: elle ajustou por uma onça o peão que o acompanhou na digressão que fez, e satisfaz-se com a quantia que se lhe der, com tanto que não se falle em seu nome”<sup>283</sup>.

As atividades dos agentes de informação eram e continuaram sendo importantes em momentos de guerra. Ainda assim, a carta deixa clara a intenção de utilizar-se dos serviços dos bombeiros, mesmo tendo findada a Guerra dos Farrapos, considerando que as atividades dos agentes foram de suma importância para ambos os lados envolvidos no conflito bélico.

---

<sup>283</sup> Coleção Varela - CV-7333

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender quem eram os agentes de informação que atuaram na Guerra dos Farrapos, mas principalmente como foram seus serviços utilizados pelos comandantes, tanto farrapos quanto imperiais. Inicialmente, partimos dos aspectos gerais da Capitania de Rio Grande de São Pedro, levando em consideração seu desenvolvimento econômico e social. Sobre as características econômicas da sociedade rio-grandense, tendo sido as doações de sesmarias que proporcionaram essa estabilidade para os rio-grandenses que se assentavam na pecuária e na agricultura.

As forças militares no Brasil desde o período colonial tinham uma organização tríplice, abrangendo forças de 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> linhas, as quais mudam em 1831, com a substituição das Milícias e Ordenanças pela Guarda Nacional. Foram essas as mudanças ocorridas antes da guerra e, após seu início, a mudança foi ainda maior, devido à separação formal do Brasil. É nesse contexto de lutas no Sul que tratamos do nosso agente de informação que transitava pela província.

As relações na sociedade rio-grandense, foram mantidas durante a guerra, sendo assim, quem detivesse o poder de mando, determinava os rumos tanto dentro dessa sociedade, quanto as ações de cunho militar e político. E para a compreensão de como se davam as diferentes formas de relações na província, tivemos que partir da ótica estrutural estabelecida na província, fundamentada nas relações familiares e nas relações de compadrio e mando, sustentadas pela posse da terra, de gado e escravos e pelas atividades de cunho militar, que foi denominado de “estancieiro militarizado”. Na sociedade sul rio-grandense, ser um “oficial militar” significava muito, de forma que lhe conferia reconhecimento social, prestígio e poder; contudo, isso se dava também a partir da capacidade do comandante.

Sendo assim, os comandantes militares eram responsáveis por manter suas tropas, proporcionando a um comandante que seu comando confiasse nele. Essas relações de cooperação e confiança estariam presentes no desenvolvimento das missões de espionagem, empregadas pelos comandantes e desenvolvidas pelos bombeiros.

Buscando compreender a atuação dos agentes de informação na Guerra dos Farrapos no período de 1835 a 1845, dividimos a guerra em três fases. O intuito foi de abordar as atividades empregadas pelos agentes no decorrer da guerra. Sendo assim, a primeira fase foi de 1835 a 1838, a segunda, de 1838 a 1840; e a terceira, fase de 1840 até o final da guerra, em 1845. Dessa maneira, distinguimos os diferentes agentes de informação, e definimos as

atividades desenvolvidas pelos bombeiros na província e como eles foram utilizados no processo de obtenção de informações, para ambos os lados envolvidos na Guerra dos Farrapos.

Podemos afirmar que os agentes de informação exerciam função específica, com conhecimento tático, o qual ele é destinado a efetuar-la. Ao longo da pesquisa, percebe-se a importância das funções especializadas, como no caso dos vaqueanos destinados a descobrimento de território, sendo ele o conhecedor dos caminhos. Era a pessoa que guiava tanto tropas, quanto comandantes militares, além dos próprios bombeiros, dando indicativo de que poderiam ser parceiros de operações.

Podemos observar que, ao coletar as informações, os informantes deviam repassar tais notícias aos comandantes militares. Dessa maneira, observaram para vir referir e narrar o que viram, expor o que observaram, atualizando os comandantes, tanto de iniciativas militares, quanto dos rumores políticos. Os valores pagos aos agentes de informação variavam entre dez a quarenta patações de cobre ou prata, podendo ser ainda maiores, de acordo com as atividades desempenhadas e os riscos corridos pelos agentes.

Foram inúmeras as tentativas de ataques surpresas empregados pelos imperiais e pelos farrapos, utilizando as habilidades dos agentes de informação. De acordo com a documentação encontrada, temos uma maior movimentação de bombeiros a partir do ano de 1841, considerando o fluxo de bombeações entre os anos de 1839 a 1844. As bombeações foram empregadas principalmente pelos imperiais, sendo uma rede bem organizada de agentes.

Outro fator importante desta pesquisa foi a maneira de guerrear dos farrapos, que consistiu então em uma mistura de guerra convencional e da guerrilha. E, dessa maneira, podemos dizer que o exército imperial, mesmo com seu maior efetivo perante os farrapos, não conseguiu debelá-los antes de 1845 devido às táticas da guerra de guerrilha, empregada pelos farrapos, diferentemente das estratégias posteriormente utilizadas pelo Barão de Caxias, que após assumir o comando das armas, empregou a guerra de movimentos e posições. É a partir disso que entendemos como se deu a batalha entre farrapos e imperiais no Sul.

Dessa maneira, podemos dizer que as táticas farrapas foram um empecilho para os imperiais, ao ponto que, além de dominarem seu território, poderiam determinar onde emboscariam as tropas imperiais, ainda com a ajuda de seus bombeiros, que davam parte dos inimigos, ao passo que se adiantavam as tropas, no intuito de descobrir suas localizações, e então partir em retirada para dar parte das notícias.

A pesquisa contou 14 volumes da Coleção Varela, os quais contém mais de 140 cartas, que faziam menção aos bombeiros. E de acordo com a documentação encontrada, estipulamos o ano de maior fluxo de movimentação, a região de maior movimento, quem empregou mais os bombeiros nas descobertas das forças inimigas, casos específicos desse processo de espionagem, além de constatar vários aspectos, discutidos ao longo da pesquisa.

A partir dos documentos encontramos a sequência de 14 cartas de Antônio Soares de Paiva, Coronel Comandante da Guarnição de São José do Norte, as quais dão parte de todos os movimentos dos bombeiros. As cartas encontradas seguem de 10 de julho de 1839 a 5 de julho de 1840, o período de um ano, com espaçamento de meses entre as cartas, que demonstram a preocupação do comandante em proteger a guarnição de São José do Norte.

O Barão de Caxias assumira a comandância das tropas imperiais em novembro de 1842, sendo cauteloso, não se precipitando nas investidas e nos combates, detendo-se a uma fase de organização e preparação. Um dos eventos de maior porte, em que a atuação dos bombeiros é requisitada no decorrer da Guerra dos Farrapos, é a denominada Batalha de Porongos ou a Traição de Porongos, que ocorreu em 14 de novembro de 1844, quase no final das hostilidades.

Na documentação encontrada, conseguimos constatar que a maioria das missivas foram escritas pelos comandantes militares de ambos os lados e apenas dois casos de bombeiros redigindo as missivas. Os imperiais foram os que mais utilizaram os serviços dos bombeiros. Podemos considerar, ainda, sobre essa utilização, que era devido ao não conhecimento do território de São Pedro do Rio Grande do Sul. Quanto aos comandantes farrapos utilizaram-se dos mesmos serviços no entanto eram mais cautelosos com o que mencionavam em suas cartas.

Podemos afirmar, nesse momento, que há, sim, uma fidelidade entre comandante e comandado, de tal forma que a possibilidade de as informações serem verídicas é grande. Dessa forma, podemos atestar que há sim uma relação de reciprocidade e confiança entre comandante e comandado, seguindo o sistema de hierarquia política da província, tanto para os soldados que seguem seus comandantes, quanto aos agentes de informação que operavam na província.

Isso pode ser comprovado pela a confiança dos bombeiros do Coronel Antônio Soares de Paiva, que segue esses moldes, e por um longo período de tempo as atividades praticadas pelos bombeiros foi de grande ajuda. Quanto às regiões de atuação dos bombeiros na guerra, considerando os anos de maior ocorrência das bombeações, que vão de 1839 a 1842, foi

estabelecido que a região de maior movimentação dos bombeiros na busca de informações foi entre Porto Alegre e Rio Grande.

É evidente que nem todas as cartas continham informações precisas e úteis sobre a atuação dos bombeiros, porém conseguimos confirmar alguns aspectos já mencionados do serviço desses agentes de informação na província. E um dos objetivos da pesquisa que não conseguimos atingir foi o fato de não descobirmos quem é esse bombeiro devido à falta de informações e características sobre os bombeiros. Também não conseguimos determinar como Bento Manuel organizava sua rede de informação, devido ao limitado número de cartas escritas pelo Brigadeiro Bento Manuel de acordo com a Coleção Varela, bem como as cartas enviadas para ele. Ainda assim, as atividades dos agentes de informação eram e continuaram sendo importantes em momentos de guerra. Mesmo com o fim da Guerra dos Farrapos, as habilidades dos agentes de informação se faziam úteis e, dessa maneira, alguns bombeiros rebeldes foram incorporados às tropas imperiais.

**FONTES**

Coleção Varela-3730  
Coleção Varela-4015  
Coleção Varela -4016  
Coleção Varela -4017  
Coleção Varela -4018  
Coleção Varela-4019  
Coleção Varela-4020  
Coleção Varela-4021  
Coleção Varela-4022  
Coleção Varela-4023  
Coleção Varela-4136  
Coleção Varela-4137  
Coleção Varela-4138  
Coleção Varela-5206  
Coleção Varela-5210  
Coleção Varela-5216  
Coleção Varela-5349  
Coleção Varela-5352  
Coleção Varela-5355  
Coleção Varela-5509  
Coleção Varela-5519  
Coleção Varela-5528  
Coleção Varela-5559  
Coleção Varela-5621  
Coleção Varela-6053  
Coleção Varela-6057  
Coleção Varela-6069  
Coleção Varela-6080  
Coleção Varela-6099  
Coleção Varela-6146

Coleção Varela-6151  
Coleção Varela-6316  
Coleção Varela-6319  
Coleção Varela-6821  
Coleção Varela-7072  
Coleção Varela-7076  
Coleção Varela-7097  
Coleção Varela-7099  
Coleção Varela-7110  
Coleção Varela-7114  
Coleção Varela-7115  
Coleção Varela-7116  
Coleção Varela-7263  
Coleção Varela-7304  
Coleção Varela-7333  
Coleção Varela-7468  
Coleção Varela-7492  
Coleção Varela-7497  
Coleção Varela-7708  
Coleção Varela-7911  
Coleção Varela-7913  
Coleção Varela-7914  
Coleção Varela-8028



## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região*. Fronteiras. Dourados, v. 10, n. 17, 2008.

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ordens do dia do general Barão de Caxias (1842-1845). Ministério da Educação e Saúde. Imprensa Nacional Rio de Janeiro: 1942. V. 1.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 1986.

ARCE, Ana Inés. "*Jóias para os Museus da História*": o acervo documental sobre a Revolução Farroupilha e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1925-1940). Dissertação de Mestrado. Passo Fundo, 2015.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1977, v. 1.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1978, v. 2.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1981, v. 5.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1983, v. 6.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1983, v. 7.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1984, v. 8.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1985, v. 9.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1989, v. 10.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995, v. 11.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998, v. 12.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST edições, 2006, v. 15.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Guerra civil no Brasil Meridional (1835/1845): [recurso eletrônico]: anais / Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. – Dados eletrônicos – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, v. 17.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Os Segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha [recurso eletrônico] / Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2009, v. 18.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Uma República contra o Império [recurso eletrônico]: (1835/1845): anais / Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. – Dados eletrônicos – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, v. 16.

BARROS, José D'Assunção. Parte IV *Os conceitos na História*. In: \_\_\_\_\_. Os conceitos: seus usos nas ciências humanas. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 141.

BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercantis e agentes mercantis (1808-1850)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2011.

BOSSLE, João Batista Alves. *Dicionário gaúcho brasileiro*. Porto Alegre, RS: Arte e Ofícios, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (Coord.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. São Paulo: Campus, 1997.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Da fuga dos exércitos à fuga para os exércitos: Meandros das estratégias cativas em tempos de guerra no sul do Império (Guerra Civil Farroupilha, séc. XIX)*. In: MUGGE, Miquéias H; COMISSOLI, Adriano (orgs). *Homens e armas: recrutamento militar no Brasil, século XIX*. São Leopoldo, Oikos, 2011.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteiras da Liberdade: Experiências Escravas de Recrutamento, Guerra e Escravidão: (Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2013.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (Coord.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. São Paulo: Campus, 1997.

CIDADE, General F. de Paula. *Lutas, ao do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes (1680-1828): notas da história militar brasileira: reexame de questões políticas e militares*, 1948.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. Trad. Inês Busse. Lisboa: Europa-America, s/d.

COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2011.

COMISSOLI, Adriano. *Bombeiros, espias e vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa (Rio Grande de São Pedro, sécs. XVIII-XIX)*. *Revista de Indias*, 2018, vol. LXXVIII, núm. 272, Págs. 113-146, ISSN: 0034-8341.

COMISSOLI, Adriano. *Comunicação e poderes na fronteira platina: informantes luso-brasileiros nas cidades hispano-americanas no início do século XIX*, XIV Jornadas

Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidade Nacional de Cuyo, Mendoza. 2013.

COMISSOLI, Adriano. *Espadas e penas: o papel dos comandantes de fronteira nos circuitos de comunicação política da capitania do Rio Grande de São Pedro (século XIX)*. In: Postais: Revista do Museu Correio. Brasília: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Departamento de Gestão Cultural, 2014.

CORRÊA, Dr. J. Romaguera. *Vocabulario Sul Rio-Grandense*. Pelotas-Porto Alegre: Echenique & Irmãos - Editores - Livraria Universal, 1898.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. *História da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2007.

FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira do Brasil(1825-1865)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Contrabando e contrabandistas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul – (1851-1864)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2007.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *CRIMES DE FRONTEIRA: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Tese de doutorado. Porto Alegre: 2012, p. 16.

FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.

FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *A Revolução Farroupilha (1835-1845)*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1938.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre Sitiada (1836-1840): um capítulo da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Sulina, 2000.

FREGA, Ana. *Pertencias e identidade em uma zona de fronteira*. La región de Maldonado entre la revolución lusitana (1816-1820). UDELAR; Uruguai.

FREITAS, Décio. *Farrapos: uma rebelião federalista*. In: PESAVENTO, Sandra J.; DACANAL, José Hildebrando. *A Revolução Farroupilha: História e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. 2002.

GOLIN, Tau. *A centralidade da guerra e a ocupação luso-brasileira do Continente do Rio Grande de São Pedro*. Artigo.

GOLIN, Tau. *Revolução Farroupilha e o mito cívico pilchado*. Texto transcrito de parte da palestra proferida no evento *Revolução Farroupilha e Revoltas Armadas no Rio Grande do Sul*, no III Encontro de História do Memorial. 2015.

GOLIN, Tau. *A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GÓMEZ, Antonio Castillo. *“Como o polvo e o camaleão se transformam”*: modelos e práticas epistolares na Espanha Moderna. In: *Destino das Letras: história, educação e escrita epistolar*. (Orgs). BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana C. Venancio. Passo Fundo: UPF, 2002.

KEEGAN, John. *A Batalha e a História*. Tradução de Luiz Carlos Carneiro de Paula. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed, 2006.

KEEGAN, John. *Inteligência na Guerra: conhecimento do inimigo, de Napoleão à Al-Qaeda*. Trad. de S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KUHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936.

LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MACHADO, Cesar Pires. *O Ataque de Porongos e os 170 anos de uma farsa intermitente*. Artigo. O TUIUTI. Órgão de divulgação das atividades da academia de história militar terrestre do Brasil/Rio Grande do sul (AHIMTB/RS) - Academia General Rinaldo Pereira da Câmara - e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS). 70 anos da criação da FEB - Ano 2014/Dezembro nº 133. Disponível em: <http://www.acadhistoria.com.br/otuiuti/O%20TUIUTI%20133.pdf>.

MAESTRI., Mario. *História e historiografia do trabalhador escravizado no RS: 1819-2006*. In: LECHINI, Gladys (Org). *Los estúdios afroamericanos y africanos em America Latina: Herencia, presencia y visiones del outro*. Córdoba: CLACSO, Cediciones, 2008, p. 55.

MARIANTE, Helio Moro. *Farrapos, guerra a gaúcha*. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed, 1982.

MENDES, Jeferson. *O Barão de Caxias na Guerra contra os Farrapos*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo, 2011, pp. 79-83.

MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o Império: Crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*, Campinas, São Paulo: 2006. Tese de Doutorado.

MUGGE, Miquéias H.; COMISSOLI, Adriano. *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

NETO, João Simões Lopes. *Contos Gauchescos*. p. 36 Acesso em: 09/09/2017. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000121.pdf>.

OSÓRIO, Helen, *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. São Leopoldo: Oikos, 2017.

PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: companhia Editora Nacional, 2001.

PEIXOTO, Paulo Matos. *Caxias*. Nume Tutelar da Nacionalidade. Rio de Janeiro: Edico, 1973, v.1.

PORTO ALEGRE, Apolinário Josh Gomes. *A Tapéra*. In: Revista do Parthenon Litterário. Anno 3, Nº 4 (abr.), p.704-714. Nº 5 (mai.), p.744-750. Porto Alegre: Imprensa Litteraria, 1874. In: MENEZ, Alessandro R. *“Inolvidável Polígrafo”*: Regionalismo Literário Gaúcho e Nacionalismo Brasileiro em Apolinário Porto Alegre (1869-1879). Dissertação. Porto Alegre: 2015.

PORTO ALEGRE, Apolinário Josh Gomes. *O vaqueano*. Acesso em: 31 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua00031a.pdf>.

PORTO ALEGRE, Apolinário. *Popularium sul-rio-grandense* (estudo de filosofia e folclore). Porto Alegre, ED. da UFRGS; Instituto Estadual do Livro, 1980.

PRADO. Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: F.P. Prado, 2002.

REICHEL, Heloisa; BANDIERI, Susana. *Redescobrimo as fronteiras*. A sobrevivência histórica das regiões no processo de construção estatal do Brasil e da Argentina. In: REGUERA, Andrea; HARRES, Marluza (Orgs.) *Da região à nação*. São Leopoldo: Oikos, 2011.



RIBEIRO, José Iran. *"De tão longe para sustentar a honra nacional": Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, 2009.

RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: Os Milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2001.

ROHAN, Visconde de Beaurepaire. *Diccionario de vocabulos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

SCHMITT; Ânderson Marcelo. *"Não admitindo escusa alguma": confisco e recrutamentos na guerra civil rio-grandense (1835-1845)*. Dissertação de Mestrado, Passo Fundo: 2014.

SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio, seguida das "Efemérides" principais de 1835-1845, fartamente documentadas*. 3.ed. São Paulo: Ed. Nacional; Ed. Universidade de Brasília, 1982.

TEJERINA, Marcela. *Frontera urbana, frontera colonial. Historias de la región platina durante el dominio de las coronas ibéricas : siglos XVI al XIX / Marcela Tejerina*. - 1a ed . - Rosario .:

VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. Porto Alegre, Liv. Globo, 1933. 1 v.

VISACRO, Alessandro. *Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. São Paulo: Contexto, 2009, p

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.